



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**V Legislatura**

**Número: 31**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 16 de Dezembro de 1993**

**Presidente: Deputado Madruga da Costa**

**Secretários: Deputado Gaspar da Rosa e Hélio Pombo**

### **Sumário**

(Os trabalhos iniciaram-se às 10:15 horas)

De acordo com o artigo 184.º, n.º 5 do Regimento desta Assembleia, entrou-se de imediato na continuação da apreciação dos Orçamento e Plano para 1994. Assim, intervieram no debate os seguintes Srs. Deputados:

António Gomes (PS), António Silveira (PSD), Dionísio de Sousa (PS), Martins Goulart (PS), Fernando Lopes (PS), Alvarino Pinheiro (CDS/PP), Artur Martins (PSD), Rui Pedro Ávila (PS), Rogério Serpa (PS), José Maria Bairos (PSD), Paulo Valadão (PCP), Carlos César (PS), Victor Evaristo (PSD), Francisco Sousa (PS), Duarte Pires (PS), Carlos Morais (PSD), Jorge Cabral (PSD), Fernando Menezes (PS), Francisco Oliveira (PS), Manuel António Martins (Indep.) e Nélia Figueiredo (PS), bem como os Srs. Secretário Regionais da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima), das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva), da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva), da Educação e Cultura

(Aurélio da Fonseca), do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal) e ainda o Subsecretário da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves).

(Os trabalhos terminaram às 20:00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares, a fim de se proceder à chamada.

(Eram 10:15 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, José Gomes, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Homem de Gouveia, Rui Luís, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS/PP - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados:

Antes de darmos início aos nossos trabalhos que são a continuação do debate sobre Orçamento e Plano para 1994, daria conhecimento dos tempos que ainda estão disponíveis.

Assim:

Governo - dispõe 2 h 43 m e 55 s

PSD - dispõe 3 h 5 m e 10 s

PS - dispõe 2 h 39 m e 20 s

PCP - dispõe 22 m e 30 s

CDS/PP - dispõe 9 m e 15 s

Dep. Independente - dispõe 15 m

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para analisarmos em profundidade e extensão as propostas dos Planos e Orçamentos Regionais, devemos ter em conta o Princípio da Solidariedade Regional, e julgo ser também de extraordinária importância, para este trabalho, a consulta aos relatórios de execução referentes aos anos anteriores.

Estou certo de que só assim estaremos conscientemente habilitados a entrar na discussão e votação das Propostas do “Plano e Orçamento para o ano de 1994”.

Na sequência do que acabo de dizer, vou referir-me, em primeiro lugar às médias das taxas de execução dos planos regionais dos últimos 4 anos, excluindo S. Jorge e compará-las com as desta ilha em igual período.

Numa simples operação matemática chegamos ao seguinte resultado:

#### TAXA DE EXECUÇÃO

	Açores	S. Jorge
1989	79%	58%
1990	77%	48%
1991	86%	42% (a)
1992	64,5%	65%

(a) Taxa de execução inferior a metade da Região.

Desta primeira abordagem fica claramente demonstrado que S. Jorge, nos anos supra mencionados, teve uma taxa de execução abaixo da média regional, isto é: enquanto esta ilha realizou 53,25% a média das restantes atingiu 76,63%.

Por outro lado, lamentavelmente vemos que o capítulo mais favorecido nos últimos anos, acima referidos, foi o que tem a designação de “não desagregado”, contemplado neste espaço de tempo com a verba inicial de 28 milhões 638 mil contos, tendo sido gastos 25.000.273 contos, o que significa uma taxa de execução de 87,3%.

Na minha opinião estes últimos resultados, que acabo de referir, evidenciam falta de rigor na gestão regional e esta situação tem vindo a agravar-se de ano para ano. Hoje estamos a debater as propostas do Plano e Orçamento para 1994 com uma verba “Não desagregada” que corresponde a 27,3% do seu total.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Introduzi estes elementos na minha intervenção porque os considero pertinentes, tanto mais que o círculo eleitoral que me elegeu teve uma péssima taxa de execução nos últimos anos e a Proposta do Plano e Orçamento para este ano não corresponde minimamente às aspirações dos Jorgenses, e demonstro com o seguinte:

## TRANSPORTES

Relativamente a este assunto registo com desgosto que o Governo Regional tem vindo a utilizar dinheiros comunitários canalizados para a reabilitação de Estradas Regionais em São Jorge, bem como os provenientes de empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento para estes mesmos objectivos noutras obras. (Bastará ver a Resolução 106/90).

Sei que as pavimentações betuminosas para São Jorge que constam do Plano em análise são as mesmas que já foram contempladas nos anteriores, tendo sido inscritos no PNIC-Programa Nacional de Interesse Comunitário e a conclusão destas acções tinham como data Dezembro de 1991.

A propósito da pavimentação da Estrada Regional Velas/Norte/Relvinha e Ramal para a Calheta e em resposta a um requerimento meu, recebi da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações a seguinte informação:

“...Os trabalhos encontram-se contemplados no Plano para 1993”.

Por mais que me tenha esforçado nunca encontrei este investimento inscrito no documento supracitado e obviamente no capítulo da desagregação espacial; mas o que nos interessa é a obra, e esta continua por se fazer.

Lamento que a proposta em discussão apresente a acção atrás referida com uma dotação de 50.000 contos, verba bastante inferior ao necessário tal como se confirma através da Resolução do Governo nº 73/91 de 16 de Abril onde se pode ler que esta obra custava, já nessa altura 310.086 contos.

Esta exígua verba de 50.000 contos mais uma vez inviabiliza, logo à partida, o tão desejado arranque da pavimentação em causa.

Do mesmo modo, sou forçado a considerar que no ano de 1994 não assistiremos às tão esperadas obras de beneficiação do porto da Calheta, por forma a possibilitar a acostagem do navio Espirito Santo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que serve uma obra portuária ampliada há poucos anos para um fim que nunca teve?

- A quem se deve tal incompetência?

- Porque razão não fiscalizaram a execução desta obra?

- Qual a justificação para não terem respeitado o perfil do projecto ao nível do fundo?

Quanto à Agricultura, este Plano apresenta uma verba de 25.000 contos para caminhos rurais, importância que não possibilitará uma realização minimamente satisfatória para uma ilha onde este sector está em crise e é a base da economia dos jorgenses, área que ocupa mais de metade da população de São Jorge.

Também sabemos que esta parcela de Região tem um queijo de marca registada e por conseguinte é considerada uma zona demarcada. Isto é condição necessária e suficiente para responsabilizar esta Assembleia pela inércia que o Governo Regional imprimiu às acções naquela Ilha ligadas ao sector agrícola, tais como: abastecimento de água às explorações agrícolas, ao rompimento de caminhos de penetração, à criação do serviço de classificação do leite e ao tão prometido centro de formação profissional.

Ao nível das Pescas temos 11.000 contos desagregados para estruturas portuárias na Ilha de São Jorge. Sendo assim, mais uma vez não serão beneficiados os portos do Norte Grande, do Topo e o da Fajã dos Vimes.

No capítulo da Juventude, a dotação para o apoio a jovens empresários é de 2.400 contos, sendo 2.200 contos a importância destinada ao apoio à habitação deste grupo etário. Que pobreza!

Quanto ao Ambiente este Plano apresenta somente 2.900 contos para São Jorge e nada diz quanto ao necessário tratamento da Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e também esquece a necessária protecção da Orla Marítima.

Em relação à Educação, todas as obras do anterior PMP, prometidas para São Jorge, ficaram por se fazer e tudo leva a crer que no próximo ano nada se fará a este nível.

Refiro-me concretamente à construção do edifício escolar das Velas e Boa Hora, à ampliação da Escola Preparatória das Velas e a construção dos edifícios para a Pré-Primária.

No Sector Energético a verba de 2. 500 contos não possibilitará certamente o desejado apoio financeiro à EDA-EP por forma a que que esta Empresa possa executar no próximo ano redes de média e baixa tensão, nos lugares da Fajã do Ouvidor, Fajã dos Vimes, Lournal e Fajã de São João.

Ao nível da Segurança Social, infelizmente constato que não existe nos documentos em apreciação qualquer dotação para as obras de remodelação e ampliação da estrutura de apoio a idosos na Calheta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por hoje não vou tecer mais considerações sobre as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1994. Todavia, quero manifestar o meu agrado pela existência de uma verba significativa destinada à execução do imóvel para a secção de bombeiros do Topo. Contudo não esqueço que outros planos já contemplavam as verbas necessárias para este investimento.

Faço votos para que esta obra avance, em prol de uma população que, como as demais, também merece estar protegida.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Plano da Região Autónoma dos Açores para 1994 surge numa época marcada por ténues sinais de recuperação económica, se bem que, quer na Comunidade Europeia, quer a nível mundial os reflexos de uma grave crise económica, se posicionem ainda com bastante acuidade.

Numa região periférica, ou melhor, numa região ultraperiférica como são os Açores, os sintomas de crise económica, também aqui se fizeram e fazem sentir de uma forma bastante marcante, mas ao mesmo tempo com a experiência de saber ultrapassar as crises que, ciclicamente nos assolam, o Governo Regional, acompanhado de perto pela população açoriana, soube mais uma vez de uma maneira coerente e objectiva ultrapassar a crise, reganhar a confiança e perspectivar o futuro.

Enganaram-se pois aqueles, que pensariam que o Governo estaria desatento ou insensível (para daí retirarem óbvios dividendos políticos) à crise da Lavoura, da Caixa Económica Açoriana ou de uma resposta mais acelerada, aos pagamentos devidos aos agentes económicos.

Aí também - no caso dos atrasos dos pagamentos - rejeitando o desânimo, ultrapassando as contrariedades, recorrendo aos mecanismos que a Lei lhe confere, mas sem exageros, o Governo consegue pôr a Casa em ordem, evitando a subida do desemprego e continuando num rumo firme a apostar no desenvolvimento dos Açores.

Alicerçada nas novas orientações comunitárias, a esperança renasce, mobiliza-se a determinação dos açorianos, essencialmente do seu tecido empresarial e acelera-se novamente o progresso.

Para aqueles - sempre os mesmos “Velhos do Restelo”, ou da oposição - que ainda aquando da discussão do Plano e Orçamento para 1993, ora criticavam a sua exiguidade, ora criticavam o agravamento do endividamento regional, mas sem nunca se esquecerem de solicitar mais e mais obras, foi possível dar uma resposta

adequada, eficaz mas realista e não exagerada respondendo aos desejos dos açorianos.

Assim, foi possível partirmos para a discussão do documentos agora em análise, com uma visão mais optimista, mais consentânea com a nossa real necessidade de desenvolvimento, podendo assim também equacionar com mais clareza e um outro grau de exigência, algumas obras ou acções que à partida, se afiguravam de difícil implementação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não venho aqui tecer um hino de louvor, ao Plano de 1994, no que diz respeito à Ilha de S. Jorge, inserida no contexto regional.

Se o fizesse estaria traíndo os princípios pelos quais pauto a minha actuação política, que se baseia num método de trabalho que uso como referência, ou seja:

- É preciso ouvir os cidadãos, transmitir os seus problemas a quem de direito e pugnar pela sua resolução.

Por isso, neste Plano de 1994, os jorgenses sentem-se defraudados nas suas justas expectativas de desenvolvimento, por razões objectivas que passo a apresentar:

1. Na distribuição do investimento à Ilha de S. Jorge (Desagregação Espacial) cabemos apenas 2.5 do total do investimento previsto, ou seja, numa hipotética tabela classificativa, atrás de nós apenas se classificariam 3 ilhas.

2. Na distribuição “per-capita”, do investimento previsto, a nossa “posição classificativa”, ocupa um modesto penúltimo lugar com 83 contos por habitante, comparados com ilhas de maior desenvolvimento económico onde o investimento se situa na ordem dos 87.5, 99, 113 e 126 contos por pessoa.

Constatados os números, há que repor a justiça, invertendo esta situação.

Penso pois que, pese embora estes dados, é ainda possível em 1994, corrigir a “classificação” e subir alguns degraus, se o Governo dos 9.103.700 contos - não desagregados - e que corresponde a 27,3% do total dos investimentos, entender utilizar parte desse montante como corrector, dos montantes agora programados para cada ilha, respondendo como será justo e solidário aos projectos oriundos das ilhas, cuja distribuição quantitativa dos investimentos que estão agora em escalões de valor inferior.



Ninguém, está sugerindo que a distribuição dos montantes do investimento, seja contado - tostão a tostão, para cada ilha.

O que se pretende focar, é que o desenvolvimento harmónico da Região, não se pode escamotear.

Ele tem de ser sempre uma vertente orientadora do progresso dos Açores, na busca sempre renovada de que “todas as ilhas, são ilhas e não umas ilhas e outras ilhas apenas”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exige-se pois, do Governo Regional, a vontade e a coragem política para avançar para o futuro, corrigindo claras assimetrias e fazendo de cada uma das nossas ilhas, espaços de vivência, onde a qualidade de vida se aplique com igualdade, pese embora, sabermos-nos situar na realidade, pois que há “insularidades dentro da insularidade” que muito dificilmente poderão ser contempladas.

Aquilo que agora se exige do Governo, deixando de lado números e projecções económicas, esquecendo (por algum tempo) mesmo os esquecimentos que o sector do Turismo nos vota neste Plano, é que o Governo de todos os Açorianos, programe a justiça a que os jorgenses têm direito e avance no próximo ano lectivo com a criação dos 10.ºs e 11.ºs anos de escolaridade nas Velas de S. Jorge.

Como sempre defendemos nesta Casa e brevemente investidos noutras funções, estaremos dispostos para colaborar com o Departamento responsável, com instalações e outras possíveis ajudas, para responder à nossa juventude e à população que não pode ser e só a sacrificada em benefício até de outros pólos mais evoluídos da Região.

Não se podem trair as expectativas justas duma população, que aceitando responder positivamente aos desafios do futuro, tem o direito e a obrigação democrática de lhe ser atendida uma justa reivindicação.

A reparação urgente das nossas Escolas Preparatórias de Velas e Calheta e a implementação dos anos de escolaridade já referidos, é a nossa única exigência, que 13 anos de trabalho nesta Casa e por esta Região, me deu o direito democrático de exigir em nome da população da ilha que me elegeu.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não abdicarei de exigir a resolução deste problema, porque acredito que o Governo Regional atenderá a um direito dos jorgenses, tão fortemente enraizado e sentido pela sua gente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Com o sentido da responsabilidade e com a humildade democrática de uma grande vitória eleitoral, que os Velenses me concederam, à minha equipa e ao PSD, assumirei a Presidência da Câmara Municipal de Velas, espero que no início do próximo mês de Janeiro.

Esta será provavelmente a última vez que neste mandato usarei esta Tribuna. Permitam-me, pois, que termine esta minha intervenção, saudando todos os Srs. Deputados presentes e afirmando que sou daqueles que acreditam que o coração, o cerne, melhor, a seiva da Autonomia é esta Casa, porque aqui estamos todos eleitos pelo povo dos Açores, que votando nos diferentes partidos políticos conferem aos trabalhos deste Parlamento uma representatividade e uma responsabilidade primeira nas suas preocupações e expectativas.

Aqui fiz e espero deixar muitas amizades, porque entendo que os homens devem ser combatidos pelas suas ideias ou opções políticas, mas respeitados também, como pessoas que são, sejam quais forem as suas opções, desde que as mesmas respeitem a liberdade, a democracia e a justiça social.

Do Governo Regional espero e procurarei colaboração e diálogo no desempenho das minhas novas funções, mas nunca, em momento algum abdicarei da procuração que os Velenses me passaram, para usar o confronto democrático ou a polémica necessária, quando entender que o progresso do Município está sendo posto em causa.

Deixo também aos Órgãos de Comunicação Social, uma palavra de apreço, pelo serviço que prestam à população dos Açores, esperando que tenham sempre em conta transmitir o retrato correcto daquilo que nesta Casa se trata.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é com muito gosto que os receberei na Vila-cidade ou na minha casa como amigos, e na Câmara Municipal de Velas, com toda a atenção, respeito e diálogo para com todos,

principalmente para com todos aqueles que por eleições livres e democráticas têm a responsabilidade de serem os mensageiros privilegiados do povo dos Açores

(Aplausos de pé da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavras o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não se assustem! Não se enervem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O acordo intercalar ontem “atirado” contra esta Assembleia, pelo Sr. Secretário das Finanças, obriga-nos a repensar ou a tecer algumas considerações sobre muito daquilo que fazemos nesta Assembleia, concretamente neste Plenário e nalgumas das suas Comissões.

Dois exemplos:

Aprovámos aqui nesta Assembleia, uma alteração ao Plano e Orçamento para 1993, donde constava um empréstimo de 10 milhões de contos em condições que mantinham em vigor as condições aprovadas no Decreto Legislativo Regional 10/93/A.

Ontem, viemos a saber que o Governo da República e o Governo Regional se entenderam para alterar e para revogar essas condições. É uma manifesta ilegalidade, visto que nenhum deles tem capacidade para o fazer. Mas isto obriga-nos, efectivamente, a repensar o que é que estamos fazendo nesta Assembleia.

Outro exemplo.

O artigo 93.º do Estatuto diz-nos que:”a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos de dimensão nacional e internacional”.

A cláusula 3 do acordo intercalar, diz que:

“O Governo da República e o Governo Regional irão rever conjuntamente um método seguido no cálculo das transferências orçamentais e das transferências relativas às receitas fiscais, de modo a assegurar que as mesmas correspondam ao imperativo constitucional de solidariedade nacional e permitam à Região melhorar o grau de satisfação das necessidades públicas, nomeadamente com a educação e a saúde”.

Ora, nós estávamos a fazer uma Revisão Estatutária que partia do pressuposto de que estas áreas da solidariedade nacional seriam alargadas. Ou melhor, lembro que pelo menos se acrescentava energia aos transportes, às comunicações, à saúde, à cultura e à segurança social.

Acabamos de ver que o Governo Regional e o Governo da República estão a funcionar precisamente em sentido contrário. Ou seja, a restringir às áreas a solidariedade nacional, tal como às áreas da saúde e da educação.

Pergunto: O que é que estamos a fazer numa Comissão Eventual de Revisão Estatutária? Nós, PS, entendíamos que essa Revisão Estatutária, neste momento, era inoportuna. Começamos a chegar à conclusão que neste momento ela é inútil. É algo que todos temos que repensar.

Mais. Sobre aquilo que estamos a fazer neste momento, ou seja, a discutir o Plano e o Orçamento, estamos a fazê-lo no pressuposto da autonomia financeira que já não temos neste momento.

Recordo a definição de autonomia financeira que foi ontem aqui lida pelo Sr. Secretário e que é a seguinte: “a ausência de qualquer relação de tutela entre o poder central e os órgãos de governo próprio das regiões”. O que significa que estes são livres de formular a sua própria escolha orçamental que reflecte as opções das populações singulares, tal como foram expressas através de actos eleitorais.

Fala-se a seguir na possibilidade de diversificação de escolhas orçamentais, em padrões diversificados de escolha orçamental, em possibilidade de diversificação de experiências que poderão vir a motivar alterações nos restantes passos nacionais. Ora, o que nós vemos, é que estes pressupostos que são a definição já não existem, já não estamos apenas sujeitos a uma tutela inspectiva do Governo da República sobre a

nossa autonomia financeira, mas sim, estamos sujeitos a uma verdadeira tutela administrativa, ou seja, estamos obrigados à contenção da despesa total, à contenção do endividamento.

Para o Plano de 94 que agora estamos a discutir, estamos obrigados à limitação de 4% nas despesas correntes e que faço já notar que essas mesmas despesas correntes efectivas no texto, estão apenas referidas com essa dimensão e entretanto no texto lido pelo Sr. Secretário, avança-se com uma interpretação para essas despesas correntes, reduzindo-as à dotação provisional, ou seja, às despesas de pessoal e retirando os juros, enquanto que na cláusula não está esta excepção sobre os juros da dívida.

Além disso, a consultas na elaboração do Orçamento para 94 - é evidente que aqui fala-se na sua elaboração, e são consultas que foram feitas, no entanto nós não sabemos o resultado delas - nada impede que elas prossigam depois da aprovação nesta Assembleia, ou seja, o Orçamento depois de ser aprovado aqui, continuará em elaboração e em consultas com o Governo da República e isso obriga-nos, realmente, a repensar todo o nosso papel perante este autêntico “acordo leonino” com o Governo da República, em que a Região para uma garantia e uma promessa, - a garantia de um aval não é de qualquer dinheiro - é apenas um aval para pagar as despesas do último jogo, ou melhor, as dívidas do jogo eleitoral do Governo Regional e uma promessa, ou seja, uma revisão das regras de transferências financeiras e das regras fiscais. Mas em troca disso, a Região prescinde de certos direitos que o Estatuto lhe concedia. Três já foram referidos, os outros quatro, são reduzir as transferências do Orçamento Regional para as empresas públicas.

É mais um atropelo ao Estatuto. Mais uma vez, o Governo Regional abdica daquilo que o Estatuto lhe dá direito e que ele não pode alienar tal como como se diz na alínea f) do artigo 56.º do Estatuto: “orientar, coordenar, dirigir e fiscalizar os serviços, os institutos públicos e as empresas públicas e nacionalizadas que exerçam a sua actividade predominantemente na Região”.

Isso deixa de ser possível. Quem orienta agora? Quem coordena? Quem dirige e fiscaliza as empresas públicas na Região?

É o Governo da República e não o Governo Regional como diz o Estatuto. Essa é que é a verdade, sim senhor!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Não é verdade!

O Orador: Fica obrigado a reduzi-lo!

Tem que liquidar a dívida à Caixa Geral de Depósitos, tem que eliminar a conta gratuita no Banco de Portugal. Já ontem se referiu como é que isso infringe mais um artigo do Estatuto.

Eu chamo a atenção para algo que tem algum significado e que se relaciona, tal como a minha intervenção depois comprovará.

É que o Governo da República já nem confia neste Governo Regional e já nem deixa a este Governo Regional autonomia para ser ele próprio a gerir o próximo Plano de Desenvolvimento Regional. O Governo Regional vai sujeitar-se a um protocolo global que fixará as metas e os objectivos para o próximo Plano de Desenvolvimento Regional. O que é que isso significa? É que fica, implicitamente, um juízo do Governo da República sobre o modo como este Governo Regional executou o actual Plano de Desenvolvimento Regional, se este não confiaria que o próximo seria bem executado. Isto prende-se um pouco, como verão, com aquilo que eu tenho a dizer a esse respeito e já tinha escrito na minha intervenção.

Tudo isto, é evidente que tira qualquer credibilidade a este Plano, tira qualquer credibilidade a esta discussão e permitam-me desde já que repita aqui - e não vou fazê-lo só uma vez - o que anteontem foi lido no início de uma carta em que o Dr. Gualter Furtado pediu a sua demissão.

“Em virtude de tudo isto, a incoerência com a avaliação da situação política e financeira actual, encontro-me presentemente em desacordo com a estratégia que está a ser seguida em relação à política financeira da Região e com a questão do financiamento regional que está a ser transmitido aos açorianos”

Quanto àquilo que nós aqui fazemos, razão tinha ontem a televisão - e é o Governo que dá essa razão à televisão - tratando desta forma a Assembleia que apesar de ter - como disse há pouco - sido atirado para o chão desta Assembleia um acordo, a televisão abriu o seu Telejornal de ontem, pelo julgamento dos “Bexigas”.

(Risos da Câmara)

O Orador: Mas tudo isso que está dito, tem a ver e reforça aquilo que eu já trazia escrito para esta intervenção que é a credibilidade deste Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não merece qualquer credibilidade o plano anual de um governo que de ano para ano, consegue piorar a observância das condições técnicas e legais para a elaboração de um planeamento eficaz e democrático.

Este ano foram ultrapassados todos os limites.

O Governo Regional entregou nesta Assembleia, uma proposta de plano que infringiu de tal forma as disposições legais sobre o princípio da participação social da sua elaboração, que a mesma lhe deveria ter sido devolvida para, ele próprio, suprir aquelas violações.

Não o tendo feito, esta Assembleia acabou por se enredar também, em manifesta violação da legalidade, quer no que respeita à data da sua apreciação em plenário, quer no que respeita ao processo da sua apreciação nas comissões especializadas.

Foi o preço que esta Assembleia teve de pagar, para poupar ao Governo Regional, a humilhação pública de ter de reconhecer e ser reconhecido como “transgressor da lei”.

Que ao menos este atribulado processo tenha servido de lição para todos, no futuro, já que no presente, todos perderam: Assembleia, Governo e, sobretudo a credibilidade deste Plano.

Sras. e Srs. Deputados:

Não merece qualquer credibilidade o plano anual de um Governo que, de ano para ano, piora as condições de acompanhamento e fiscalização do plano, pelas entidades políticas e jurisdicionais incumbidas desta tarefa.

Neste caso, respectivamente, esta Assembleia e o Tribunal de Contas.

Pelo que respeita às condições do exercício da função fiscalizadora desta Assembleia, é oportuno voltar a recordar como este Governo, na prática, a anulou, concedendo-se um verdadeiro estatuto de “irresponsabilidade política”.

É importante voltar a trazer à memória embotada da maioria dos Senhores Deputados que, de forma totalmente sub-reptícia e clandestina, sem qualquer discussão prévia, ou simples justificação técnica ou política prévia ou posterior, este Governo Regional transformou o conceito de PROGRAMA DO PLANO, de um conjunto de acções articuladas para alcançar um objectivo genérico dentro de um prazo limitado, numa amálgama indiferenciada de acções - a média aritmética é de cerca de 10 acções por programa, num total de 250 acções para 29 programas - sem qualquer articulação entre si, nem prazo limitado de execução.

Por este caminho, os planos regionais cada vez se afastam mais do ponto de equilíbrio entre programas e projectos, entre as exigências da execução e as condições de fiscalização que esta Assembleia impôs ao Governo Regional em 1979 e que este, discricionariamente, alterou no último PMP.

Por este caminho, os planos regionais cada vez se aproximam mais de simples grandes opções genéricas por sector, - e agora não tem outro remédio com os novos acordos intercalares e protocolos prolongados - embora quantificadas e se afastam mais, do modelo adequado de plano, com quantificação financeira ao nível de programa, no PMP, e ao nível de projecto no plano anual como, aliás, a legislação impõe e se pratica há muito a nível nacional.

Como já demonstrei nesta Assembleia, com este estratagema o “pai” de todas perversões desta democracia autonómica insular - o Dr. João Soares - consegue impor aquilo que, por proposta de resolução, tentou fazer passar, em 1985, nesta Assembleia, e que o Tribunal Constitucional condenou, em 88.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até agora estive a pescar, agora meto água!

(Risos da Câmara)

O Orador: Quanto à fuga à fiscalização jurisdicional, constata-se que o Governo Regional, apesar das repetidas insistências da Secção Regional do Tribunal de Contas, nos seus pareceres anuais sobre a conta da Região, continua a esquivar-se à apresentação de legislação que disponha que a “Conta da Região passe a englobar a



execução física e financeira do plano”, como aquele Tribunal recomendou no seu parecer de 1990.

Pior ainda.

Como se refere no parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta de 91, nem se dá ao incómodo de cumprir a promessa, de fazer acompanhar a Conta da Região de de informação mais detalhada sobre a execução financeira das despesas do Plano.

Naquele mesmo documento, acrescenta-se ainda que, por tudo isto - volto a citar - “a análise da execução do plano limita-se à referência ao nível global de execução e à apresentação de mapas de despesas por departamentos governamentais, não existindo qualquer controlo ao nível dos projectos quer em termos de dotação, quer de execução” - é o Tribunal de Contas que está a dizer, não é o deputado da oposição.

Sras. e Srs. Deputados:

Não merecem qualquer credibilidade, propostas de plano que seguem como regra, aquilo que o referido parecer do Tribunal de Contas diz do Plano para 91 - e isto foi aqui ontem demonstrado e voltou a sê-lo hoje:

- mas é o Tribunal de Contas que está dizendo - “Se compararmos as acções previstas inicialmente, com as que foram realmente efectuadas, verifica-se que não coincidem, tendo sido realizados investimentos não previstos e outros que, embora constassem do Plano, não foram executados” - é o fim da citação do Tribunal de Contas.

Por esta razão, acentua-se nesse mesmo documento, a dificuldade “na realização de uma análise mais pormenorizada dos investimentos do plano, nomeadamente ao nível dos projectos e acções”.

Sras. e Srs. Deputados:

Não merece qualquer credibilidade, o plano de um governo que, em matéria de planeamento, apenas numa sessão legislativa, apresenta o seguinte brilhante palmarés:

Em Dezembro de 92, por proposta aprovada pela sua obediente maioria, este Governo Regional alterou, de dois para quatro meses, o prazo de apresentação do PMP e do Plano e Orçamento anuais, alegando necessitar dessa dilatação de prazo para - cito - “definir bem o quadro financeiro dos próximos anos”, - ainda não

conseguiu definir - com relevância particular, “para a negociação em curso do novo Quadro Comunitário de Apoio” - que não serviu para nada para este plano.

Satisfazendo a sua soberana vontade, esta Assembleia aprova aqueles documentos no passado mês de Maio.

Transcorridos apenas 4 meses sobre a sua aprovação, exactamente os mesmos que pretextara necessitar para a sua elaboração, o Governo Regional, alegando agora “a necessidade de fazer ajustamentos a nível de programas”, considerou “imperioso proceder ao reforço do Plano em 10 milhões de contos”.

Um mês depois, surge o Plano para 94, com novo endividamento em mais 16,4 milhões de contos.

Em resumo:

No curto período de meia dúzia de meses, este Governo conseguiu zigzaguear, conseguiu 2borboletar” por três modelos diferentes de planeamento e de financiamento das despesas do Plano.

O primeiro modelo, foi aquele que constava do texto da proposta do PMP, apresentada a esta Assembleia e que tinha como objectivo “executá-lo de acordo com os recursos financeiros disponíveis” (sic).

Esclarecia-se mesmo, em tom de compromisso solene:

“Não agravar o défice orçamental continua a ser um dos principais objectivos e, nesse sentido o rigor orçamental terá que ser assegurado tendo em conta, por uma lado, a diminuição de algumas receitas e, por outro, a manutenção do crescimento sustentado das despesas correntes, - agora não podem crescer, nem sequer sustentadas - libertando ainda alguns meios, para assegurar um nível de investimento considerável”.

Acrescento em tempo e a propósito que o Dr. Gualter Furtado não assinou a renúncia do seu mandato de deputado, quando escreveu a carta que anteontem foi aqui lida. Assinou-a quando escreveu essas palavras no Plano Médio Prazo.

Da longa espera parecia ter resultado, como se prometera, um quadro financeiro bem claro e bem definido, com três linhas de força dominantes, (1) não agravamento do défice, (2) controlo das despesas correntes, (3) como processo de libertação de verbas para investimento.

Apesar de muito pensado durante 4 meses, este modelo sofreria o seu primeiro revés, ainda nesta Assembleia, portanto, antes mesmo de começar a ser posto em execução.

Daí nasceria o segundo modelo.

- Com efeito já depois de encerrado o debate do Plano e Orçamento, sob a pressão da reclamação do PS de um programa de estabilização financeira de curto prazo, o Governo Regional retirou da “sacola” das soluções mágicas a chamada “subvenção extraordinária” constante do artigo 8.º de decreto legislativo regional do Orçamento Regional/93.

Com ela pretendia-se resolver, o atraso nos pagamentos às empresas, através da assunção pelo Governo Regional, dos encargos financeiros resultantes do recurso a financiamentos bancários, por parte daquelas entidades para suprirem os atrasos na satisfação das dívidas do Governo.

Sras. e Srs. Deputados:

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Mais água!

O Orador: Aí vem ela!

P’ra agricultura é ótimo!

Finalmente, o terceiro modelo, com o regresso à única solução que os Governo de Mota Amaral conseguem pôr em prática: a do agravamento de défice com a aceleração do endividamento da Região.

Só que, desta vez, com o contratempo de, digamos, uma ligeira “nuance” introduzida por Cavaco.

O indispensável aval da República para o efeito, traduziu a leitura que Cavaco tem das despesas regionais e que é substancialmente diferente da que o Governo Regional pretende fazer crer.

Para ele, a raiz do défice regional não está nas despesas do plano, está nas despesas correntes - isso escrito antes do acordo pelas razões que se dizem a seguir.

Tal concepção vem claramente expressa no relatório da proposta do Orçamento de Estado para 94, quando se salienta:

“Da análise das contas regionais constata-se que as mesmas são deficitárias ao nível das operações correntes, mais acentuadamente nos Açores do que na Madeira” - palavras do Relatório do Orçamento de Estado para 94. Mais acentuadamente

operações correntes, despesas correntes, com défice maior nos Açores do que na Madeira - a seguir à Madeira não sei se vem as Canárias!

De facto, os números apresentados evidenciam um aumento do défice das despesas correntes, de 92 para 93, superior a 50% - exactamente de 6,1 milhões de contos para 9.3.

Igualmente se destaca no mesmo relatório que “as despesas correntes cresceram a uma taxa média anual superior ao crescimento das receitas correntes”.

É por esta razão que Cavaco que, na Madeira teve de remediar os excessos de João Jardim, nos Açores quer prevenir a derrapagem financeira total de Mota Amaral.

Sras. e Srs. Deputados:

Sobre este tema, não será inoportuno lembrar que, no PMP 89/92 se adiantava o austero propósito seguinte:

“O objectivo de equilíbrio do orçamento corrente exigirá que as despesas correntes de funcionamento da administração sejam financiadas com as receitas provenientes da cobrança dos impostos”.

Sublinhe-se que este objectivo político se limitava a repetir, por outras palavras, aquilo que o artigo 4.º do Decreto Regional 3/78/A impõe sobre o equilíbrio do orçamento.

Pouco importou, porém, quer esta imposição legal, quer aquele objectivo político, porque no PMP em vigor já se diz:

“A racionalidade da estrutura financeira da Região assenta no princípio de que as receitas fiscais deverão cobrir a maior parte das despesas correntes” - não é todas é a maior parte.

Ainda por cima, acrescento eu, uma racionalidade tão elástica que, tanto se adapta à cobertura de 60% do valor global da despesa pública, pelas receitas fiscais e patrimoniais, à semelhança do que acontecia no Plano/93, como a uma cobertura de apenas 44,5% por aquelas mesmas receitas fiscais e patrimoniais, à semelhança do que acontece no Plano/94.

Para cúmulo, em ambos os casos, se considera estar perante “uma estrutura financeira equilibrada” - estamos a ver o “equilíbrio”!

Sras. e Srs. Deputados:

Neste contexto, como é que nos pode merecer qualquer credibilidade o propósito proclamado na introdução do orçamento para este ano, de conseguir “um crescimento zero para as despesas de funcionamento”, quando nem se consegue cumprir, em 94, a meta que foi anunciada e conseguida em 93, na orçamentação das despesas correntes?

Passo a explicar a afirmação.

No PMP em vigor, depois de se anunciar “uma política de grande rigor no crescimento das despesas correntes”, dizia-se:

“Neste cenário aponta-se para um crescimento das despesas correntes efectivas inferior ao verificado no ano transacto, na ordem dos 50%”.

Se lermos o quadro XIV do Orçamento Regional/94, à luz deste critério constataremos que, de 92 para 93, o aumento das despesas correntes foi de 12%, (52 800 milhares de contos para 59 000) ou seja, exactamente 61% (6 300 contos) do aumento verificado no ano anterior que fora de 24% (10 200 contos).

O respeito por este critério implicaria uma aumento de 2 268 milhares de contos (36% do aumento do ano anterior) de 93 para 94.

O aumento orçamentado é de mais do dobro. É de 5 000 milhares de contos.

O acatamento deste critério, consagrado nos propósitos do PMP, - não sabemos se está em vigor ou não - dar-nos-ia muito mais esperança, na proclamada política de “rigor orçamental e controlo dos gastos públicos”, tanto mais que como se previa no Relatório da Proposta do Orçamento de Estado/94, há a referir a diminuição das receitas fiscais cobradas nas regiões que, se estima em 4%, em 93.

Sras. e Srs. Deputados:

Não nos pode merecer qualquer credibilidade, uma proposta de plano que, para conseguir um acréscimo de 5% no investimento público para 94, em relação à dotação ajustada do Plano/93, se propõe endividar a Região em 16,4 milhões de contos.

Mais ainda, quando o montante global deste plano é de 33 400 milhões de contos, e se sabe que a taxa média de execução financeira do anterior PMP não ultrapassou 65,5% do orçamentado, não atingindo 80% nem no melhor ano (79,29% em 89), mas pouco ultrapassando os 50% (53% em 92), no pior deles.

Quando se sabe ainda que, quer se tenha um orçamento de 30 milhões de contos, como em 89; 36, em 92; ou 46,40 milhões, em 90 e 91, a execução financeira mais elevada foi de 26 868 milhares de contos.

Como vemos, este limite de capacidade de execução financeira tem de entender-se, pela experiência dos últimos 4 anos, como o verdadeiro limite real, de execução do Governo Regional, independentemente de qualquer correcção monetária - está aqui o limite da capacidade do Governo Regional conseguir gastar dinheiro.

Dizer que este limite equivale a cerca de 30 milhões de contos a preços actuais, como se afirma no relatório do OR/94, é apenas um mau argumento para justificar o montante do actual Plano ou encobrir desperdícios futuros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É tempo de terminar.

Só porque o tempo corre e não porque não nos ocorrem mais razões contra a credibilidade deste Plano.

Por isto mesmo, vamos terminar, apresentando mais duas sólidas razões relacionadas com as receitas da Região.

Uma das explicações, repetida pelo Governo Regional até à exaustão, para as actuais dificuldades financeiras do Governo Regional é a perda de receitas da Base das Lajes.

Trata-se de uma facto incontestável, mas a sua versão oficial, particularmente cara ao actual Secretário das Finanças, é desmentida pela própria contabilidade do Governo Regional.

Já sabemos que o descontrolo contabilístico em que caiu o Governo Regional, torna impossível que esta contabilidade se ajuste à realidade, mas é exigível em nome de um mínimo de coerência, que ajustem os textos das explicações verbais, aos textos dos registos da contabilidade.

Mas vamos à versão oficial.

Na sua primeira intervenção nesta Câmara, o Sr. Secretário das Finanças falou “nas alterações de tratados internacionais que estiveram na origem de uma redução abrupta e inesperada das receitas do ano transacto”.

Há poucos dias, foi publicado em separata de um diário regional, um artigo assinado por Joaquim Bastos e Silva e que é apenas a transcrição literal das páginas de introdução do Plano/94.

Num dos únicos 4 parágrafos originais desse texto, volta a repetir-se aquela versão. Diz-se:

“O ano de 1993 ficou marcado pela redução significativa do investimento público líquido mercê da redução imprevista de receitas da Região em 92, no valor de 7,9 milhões de contos, que seriam provenientes da Base das Lajes”.

Em primeiro lugar, assinalamos a originalidade de o Governo Regional conseguir pôr a render juros, o dinheiro que não tem - aquele que tem só serve para render dívidas.

Com efeito, só isto explica que a receita que no Orçamento Regional/92, estava orçamentada para as contrapartidas da Base das Lajes em 6 650 000 contos, agora apareça com o montante de 7,9 milhões de contos.

Mas o que interessa sublinhar é que a própria contabilidade regional desmente a versão do Sr. Secretário.

Segundo os números dos documentos oficiais do Governo Regional, a quebra de receitas das Lajes, não foi abrupta, nem imprevista, não ocorreu apenas em 92.

Foi gradual, era previsível e distribuiu-se por 91 e 92.

Com efeito a Região contabiliza, como receitas dos acordos internacionais, em 1990, 6 993 milhares de contos; em 3 747 milhares de contos, isto é, 64% do previsto; e em 92, 2 578 milhares de contos, isto é, 38% do Orçamento e já nem me refiro à realidade, porque ela é diferente e está reconhecida em textos oficiais pelo Governo Regional, visto que este recebeu em 92, 4 983 000 contos da Base das Lajes. Mas, estamos apenas a tentar demonstrar como as duas versões não coincidem e não são a realidade, porque é impossível chegar a ela através da contabilidade do Governo Regional.

Sras. e Srs. Deputados:

Em todo o caso - e isto é o mais importante, por isso eu deixo para o fim - estes números não podem deixar de considerar-se irrisórios se comparados com aqueles que desde 89, traduzem a perda de receitas dos fundos estruturais da Comunidade por parte da Região.

Advirto-vos, desde já, que os números são perfeitamente escandalosos.

Eu próprio vou meter água desta vez!

Eu próprio tive relutância em aceitá-los à primeira leitura.

Só depois de conseguir confirmá-los através das Contas da Região e dos pareceres do próprio Tribunal de Contas, é que me resignei à realidade.

Aí vão os números do escândalo.

Por acaso alguns dos Srs. Deputados ou Membros do Governo sabe ou recorda, quanto é que a Região orçamentou como receita dos fundos comunitários nos Orçamentos Regionais de 89, 90, 91 e 92, isto é, nos 4 anos do anterior PMP? E quanto é que efectivamente aplicou nestes mesmos 4 anos?

Já vos digo:

Orçamentou 56 550 milhares de contos e conseguiu executar apenas 30 553, isto é, apenas 54% do previsto.

Eu volto a repetir:

Orçamentou 56 550 milhares de contos e conseguiu executar apenas 30 553 milhares de contos, isto é, 54% do previsto e já não me refiro ao PMP inicial que oferecia à Região 76 596 milhares de contos - se fossemos para essas contas, teria executado menos 31%.

Mas confirmemos o descalabro ano a ano:

Em 1989 orçamentou o Governo Regional 11 000 milhares de contos. Conseguiu executar 3 211 milhares, ou seja, 29% do orçamentado.

Por outras palavras, o Governo Regional deixou perder em 89, 7 788 milhares de contos de fundos estruturais - FEDER, FEOGA e FSE.

Em 1990, o Governo Regional previa receber dos fundos estruturais, 13 200 milhares de contos. Conseguiu receber 5 682, ou seja, apenas 43% do orçamentado, isto é, não conseguiu utilizar 7 518 milhares de contos.

Em 1991, o Governo Regional orçamentava, como receitas dos fundos estruturais, 15 570 milhares de contos. Conseguiu aproveitar 11 779, isto é, 75%. Desperdiçou 3 791 milhares de contos.



Finalmente, em 92 o Governo Regional previa receber dos fundos estruturais, 16 780 milhares de contos. Apenas conseguiu a cobrança efectiva de 9 881, isto é, 59% do previsto, desperdiçando assim, 6 889 milhares de contos.

Volto a repetir para resumir:

O Governo Regional orçamentou em 89, 90, 91 e 92, no anterior PMP, 56 560 milhares de contos, nos orçamentos anuais. Conseguiu executar 30 553, isto é, 54% do previsto.

Sras. e Srs. Deputados:

Apenas mais três observações sobre este escandaloso descalabro do Governo Regional no aproveitamento dos fundos estruturais. Aqui está à vista a razão porque Cavaco quer um protocolo global para o próximo PDR.

1.<sup>a</sup> Observação: Não há qualquer relação de causa e efeito, ou mesmo de mera coincidência, entre o aproveitamento dos fundos estruturais e as verbas das Lajes.

Em 89 e 90, a Região recebe a totalidade destas verbas e, no primeiro daqueles anos deixa perder 71% das verbas comunitárias e no segundo 57%.

Em 91 e 92, quando arrecada, respectivamente, 64% e 38% das verbas orçamentadas como receita das Lajes, desperdiça 25% e 41% das verbas previstas dos fundos.

2.<sup>a</sup> Observação: Utilizando uma comparação que esteve muito em voga, durante as últimas semanas, podemos dizer que, no início do anterior PMP, o Governo Regional acenou aos açorianos com a expectativa de um investimento dos fundos comunitários, de cerca de 236 contos per capita.

Se fossem para os números iniciais do PMP, dariam 319 contos per capita.

No fim de 92, tinha efectivamente investido 127 contos per capita, isto é, cada açoriano foi espoliado pelo Governo Regional em 54% daquilo a que tinha direito. 99 contos é o que cada açoriano pode exigir como reembolso do Governo Regional. 192 contos se tiverem em conta os tais números iniciais.

3.<sup>a</sup> Observação: O desperdício de 60% dos fundos estruturais em 92, é particularmente gravoso porque irrecuperável. Como se diz nas Grandes Opções do Plano para 94 “os compromissos financeiros relativos ao Quadro Comunitário de Apoio atingiram o seu valor máximo no ano de 92” e no Relatório da Proposta do

Orçamento de Estado/93, representa o pico de execução e absorção dos fundos comunitários.

É claro que entre nós foi o pico do desperdício!

Em face de tudo isto, resta-me perguntar:

- Que credibilidade nos pode merecer a previsão de arrecadação de 14 275 milhares de contos dos fundos estruturais que consta do Orçamento Regional/94, isto é, um crescimento de 37% em relação à previsão para o ano em curso, que era de 10 400, quando em 92, se previu um crescimento de 8%, mais 1 240 000 em relação a 91 que acabou por se cifrar numa diminuição de 16% - menos 1 898 000 contos.

Acrescente-se ainda que, na execução orçamental de 93, até Junho, os fundos estruturais tinham uma execução inferior em 5,5% à de igual período de 92.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano e este Orçamento não são instrumentos credíveis e coerentes de acção política.

Têm contra si a lógica, a história remota e o passado recente deste Governo e desta maioria.

São simples instrumentos de propaganda que, como tal, se anulam a si próprios. Basta atentar na redução acelerada da esperança de vida dos planos a médio prazo dos Governos de Mota Amaral.

O de 89/92, resistiu 2 anos até ser alterado. Foi alterado para 91 e 92.

O de 93/96, na prática foi alterado ao fim de 4 meses.

Tudo isto, rigorosamente cronometrado pelos círculos eleitorais em 91 e 92, pelas eleições legislativas e regionais, em 93 pelas autárquicas.

Não nos surpreende que haja quem dê a esses instrumentos de propaganda, por dever de ofício, predisposição ideológica ou partidária, ou simplesmente por inércia, o benefício da dúvida.

Nós é que não os podemos acompanhar e muito menos apoiar nesta revisão e refabricação da história a que o PSD e o seu Governo se entregam em ritual de todos os anos.

Este era o fecho que como Deputado do PS tinha escrito para esta intervenção. Hoje, em nome pessoal e depois prefiro terminar repetindo as palavras iniciais do pedido de renúncia do Dr. Gualter Furtado, anteontem lido nesta Assembleia:

“Devido à incoerência com a avaliação da situação política e financeira actual, encontro-me presentemente em desacordo com a estratégia que está a ser seguida em relação à política financeira da Região...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Ainda bem!

O Orador: ...e com a forma como a questão do financiamento do Orçamento Regional está a ser transmitido aos açorianos”.

Bem haja, quem disse tais palavras.

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permita-me, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que me dirija a V. Ex.<sup>a</sup> para fazer apenas uns breves comentários, acerca de um aspecto da sua intervenção, aliás, recheada de coisas de bom humor e de coisas de muito mau humor. Não me vou referir às de bom, como seja...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Comigo é assim!

O Orador: ...o julgamento dos “Bexigas”,...

(Risos da bancada do Governo)

O Orador: ...porque a sua intervenção é um excelente trabalho de casa, como aliás há muito tempo nos tem habituado e com o qual, obviamente eu não concordo, porque nem sequer numa pequena percentagem tem credibilidade, pelo menos a minha!

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

O Orador: Mas vou comentar um aspecto da sua intervenção que não podia deixar em claro e faço porque, obviamente, penso que o meu colega actual das Finanças, o não pode fazer.

É normal, Sr. Deputado, que em política os responsáveis políticos do Governo substituam membros do mesmo Governo por várias razões. Substituam -nos por saúde ou por incompetência ou por discordarem pela forma como esse membro do Governo conduz a sua política, etc, etc.

V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se de uma forma, creio eu, de certo modo elogiosa à posição do Ex-Secretário das Finanças, Dr. Gualter Furtado.

Permita-me que lhe diga, Sr. Deputado, que ele não sai por discordar connosco. Ele sai porque nós é que discordávamos com ele!

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado:

Eu, pessoalmente, nunca concordei com o Sr. Dr. Gualter Furtado e por isso nem sou mais sério nem mais honesto do que ele e ele também não é nem mais sério nem mais honesto do que eu.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria deixar isto como posição pessoal e política muita clara, porque o Sr. Dr. Gualter Furtado enquanto aqui esteve levou “pancadaria de cima abaixo” por causa da sua política financeira e agora é elevado ao pedestal da seriedade e honestidade porque discorda da política do Governo.

Sr. Deputado:

Eu é que nunca concordei com ele e acho muito bem que ele se tenha ido embora!

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Como, aliás, alguns dos senhores bateram palmas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, apesar dele ser um abutre, não é?!

(Aplausos das bancadas do Governo e do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Secretário:

Eu ouvi com interesse e atenção as suas palavras.

Se elas estivessem escritas no dia em que foram escritas no Diário das Sessões, eu poderia vir a repeti-las. No entanto, isso não significa...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

O Orador: ...nenhuma crítica nem nenhuma censura às palavras de outras pessoas.

Eu tomei das palavras do Sr. Ex-Secretário das Finanças, aquelas que estão de acordo com o meu ponto de vista neste momento sobre as decisões financeiras e de política económica para esta Região. Como é óbvio, estou claramente neste direito. Poderia dizer que em relação a todas as outras coisas que foram ditas para trás, em que manifestei discordância em relação às posições dele, mantenho essa discordância, ou seja, uma coisa não anula de forma nenhuma a outra. Mas, eu suponho que naquilo que disse, isso tratou-se apenas de um pormenor que por acaso eu repeti duas vezes. Ou melhor, dei algum destaque porque repeti duas vezes e referi-me uma vez.

Portanto, aceito perfeitamente que o Sr. Secretário tenha querido precisar a sua posição agora em contradição com aquilo que fez anteriormente, recusar qualquer afinidade com estas palavras como, anteriormente, aceitou afinidades com outras decisões deste Secretário.

Portanto, cada coisa foi feita no seu tempo e no seu lugar próprio.

Agora, o que me surpreende é que foram feitas muitas outras afirmações na minha intervenção que têm a ver com a política financeira e económica deste Governo, tem a ver com situações de credibilidade do financiamento deste Plano e Orçamento e que haja o silêncio sepulcral como resposta de quem tem essa responsabilidade de pelo menos, senão conseguir mais, “defender a sua dama”. Já não há força nem para defender a dama aí desse lado!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Agricultura e Pesca (Adolfo Lima): É para um esclarecimento adicional.

Presidente: Tem a palavra para mais um esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que V. Ex.<sup>a</sup> percebeu muito bem o sentido das minhas palavras e o sentido da minha intervenção.

Eu manifestei-me aqui claramente, porque entendo que não se pode por um lado ter estado contra uma política de um determinado elemento do Governo que foi o vosso caso, e no outro dia, por razões políticas, em acto contrário absolver essa política condenando a outra.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E por outro lado, entendo que não se pode - e nisso o Sr. Dr. Gualter Furtado é extremamente infeliz, permita que lhe diga também com toda a sinceridade - dizer, ao sair, que é honesto ou por honestidade, como se todos os outros restantes fossem os desonestos da família.

Penso que nesta matéria de política, quando a ética é deitada atrás das costas, todos nós perdemos, Sr. Deputado, enquanto políticos. Foi por isso que eu me manifestei. Quanto ao teor do seu trabalho...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Faz favor de dizer Sr. Deputado Martins Goulart...

Eu penso que é nosso! Eu penso que é nosso!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Tem muitos encargos!

O Orador: Eu penso que é nosso e se não é seu, isso também é problema seu, aliás não tenho nada a ver com isso!

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

O Orador: Por outro lado, obviamente que quando digo que a sua intervenção é um bom trabalho de casa, estou falando a sério Sr. Deputado. Não estou brincando, nem sequer estou fazendo “blague”. É um excelente trabalho de casa, como aliás, V. Ex.<sup>a</sup> sempre aqui faz. Independentemente de alguma adjectivação e de algum enroupamento com o qual eu posso não estar de acordo, mas é essa a sua forma. Agora que para a desmontar é necessário um certo trabalho, isso também é verdade. Quanto à credibilidade do Plano, obviamente que eu não estava à espera que V. Ex.<sup>a</sup> viesse aqui dizer que o Plano tem 10%, 25%, 30% de credibilidade. Aliás, seria impensável.

No entanto, quero acrescentar que é possível que a sua intervenção possa ser desmontrada, quando este Plano de 94 estiver em cruzeiro da sua aplicação.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Martins Goulart (PS): É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

V. Ex.<sup>a</sup> interveio para clarificar a sua posição relativamente ao comportamento de um Ex-Membro do seu Governo.

Eu gostaria de lhe perguntar o seguinte:

Enquanto esse Ex-Secretário Regional foi Membro do Governo esteve a defender a política do Governo que V. Ex.<sup>a</sup> apoiou, pelo menos publicamente, porque não me lembro e ninguém se lembra de nesta Sala, V. Ex.<sup>a</sup> ter dito com tanta clareza, nessa altura, que discordava da política desse Membro do Governo e do Governo Regional. Eu pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> estava a falar verdade, na altura, ou a enganar-nos dando o seu apoio e o seu aplauso a esse membro do Governo?

Será que agora ao seu lado, também existe algum potencial, ou melhor, algum membro do Governo com o qual V. Ex.<sup>a</sup> discorda e só daqui a três anos é que vamos ouvir outra vez, posições interessantíssimas...

Deputado Jorge Cabral (PS): Oh, Sr. Deputado!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Aqui não há abutres!

O Orador: ...de que sempre terá discordado dos seus companheiros que estão a seu lado?

Será que o Governo Regional é sempre honesto, caso a caso, quando afirma uma política, quando está obrigado a uma disciplina imposta pelo Presidente do Governo, que enquanto manifesta confiança a um membro do Governo, obriga os restantes membros a aplaudir todos e mais alguns?

Sr. Secretário:

Nós gostamos muito de ver uma reacção à posteriori como se todos os honestos, são aqueles que permanecem no Governo e todos os que saem são desonestos. Tem a ver com a tal atitude manicaísta do PSD, que considera que quem não está no momento político com o PSD, é um mau açoriano, quem está com o PSD num determinado momento político é um bom açoriano.

Nós não estamos aqui para defender o Sr. Gualter Furtado. Discordámos da sua política e por isso não estamos de acordo com ele. O que realçamos é que dentro do



PSD, um Ex- Membro do Governo crítica o Governo pelas mesmas razões que nós criticamos. Será de assinalar, é que o Sr. Gualter Furtado está de acordo com as nossas posições.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É para fazer um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É uma questão relacionada ainda com o Dr. Gualter Furtado, que acabou por monopolizar e ainda bem, talvez, porque do actual Secretário das Finanças não é de esperar nenhum monopólio, daí que nos fiquemos pela discussão à volta do antigo.

Eu gostaria de recordar que não é só agora que fazemos a distinção, em relação ao Dr. Gualter Furtado e daquilo que concordamos ou deixamos de concordar.

Eu iria para um exemplo recente que foi o da aprovação do último Plano, em que à última hora foi apresentada uma determinada proposta, que vinha ao encontro de posições nossas, para estabilização financeira-pagamentos de dívidas. Surgiu uma modalidade desse pagamento de dívidas, ou seja, a tal subvenção extraordinária. Nós nessa altura aprovámos essa proposta, embora isso fosse a primeira excepção ao modelo que ele tinha tentado impor, mas que realmente não conseguia levar até ao fim, porque não conseguia lutar contra os hábitos de consumismo exagerado da parte do Governo Regional.

Esta parece ser a verdadeira razão, mas isto para tentar pôr mais uma vez no verdadeiro lugar o papel que nós temos e a parte que nós assumimos em relação à pessoa em questão.

Além disso, o que há de interesse quando se fala em ter ou deixar de ter credibilidade e quando as pessoas fazem os juízos que entendem, sobre os trabalhos que aqui são apresentados. Chamar trabalho de casa.,,. realmente, eu não faço os trabalhos ao ar livre. Não é possível e suponho que todos fazem-nos em casa. Parte deste, foi feito no Hotel Fayal e o que significa, é que eu apresentei argumentos múltiplos, variados e tirados de vários aspectos que iam claramente contra versões, por exemplo, do actual

Secretário em relação às receitas da Base, em que se demonstrou que a versão que ele propala, é desmentida pelo próprio Governo Regional, ou seja, é desmentida por declarações na Conta da Região em que diz que em 92 receberam 4 988 000 mil contos da Base,...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...é desmentida por informações dadas ao Tribunal de Contas, mas que agora o Sr. Secretário já diz que até isso aconteceu inesperadamente no fim de 92.

Apesar disso, todos estes argumentos e inclusivamente alguns desses até poderiam ser refutados. Pode haver sobre eles outra perspectiva, mas não. Nem há refutação nem há outra perspectiva nem há umas reticências nem há uma observação. Há a aceitação silenciosa e resignada e por essa a bancada do PS tira a conclusão que realmente a falta de credibilidade deste Plano e Orçamento ficou provada e o Acordo Intercalar só veio reforçar essa falta de credibilidade.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): É para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui referido em relação ao meu colega de bancada, Dr. Dionísio de Sousa, que nós temos mudado de posição conforme muda o Secretário.

De facto, isto não é verdade. Nós temos defendido e eu particularmente defendi aqui desde a primeira hora com este Secretário e com o anterior Secretário, a mesma posição em termos de política orçamental.

Eu passo a refrescar a memória do Dr. Adolfo Lima e do actual Secretário, que sempre defendemos aqui o rigor e o equilíbrio orçamental.

Ficou provado na intervenção do Dr. Dionísio de Sousa, que, de facto, e este Governo que tem concebido diversas versões do que é o rigor e o equilíbrio orçamental.

Defendemos aqui e continuamos a defender um programa de estabilização de curto prazo. Estivemos dispostos, inclusive nesta Assembleia, a assumir o ónus aprovando

pelo menos uma proposta que apareceu dessa bancada no que respeita à revisão do anterior Orçamento quando aqui estava o Dr. Gualter Furtado.

Reconhecemos agora também e eu reconheço aqui, que o actual Secretário das Finanças vem de facto defender um programa de estabilização de curto prazo, ou seja, vem nos dar razão. De facto, temos uma política e continuamos a defendê-la com segurança.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Cuidado com as contradições!

O Orador: Defendemos também aqui e eu defendi aqui, que se deviam aplicar regras de estabilização automática. Vem agora no corrente Acordo Intercalar, o Professor Cavaco Silva e o Governo da República impor regras de estabilização automática. Ou seja, em vez de sermos nós aqui nesta Assembleia, como eu ontem disse, a definirmos essas regras e aplicá-las, é de fora que elas são impostas...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e isso significa que são V. Exas. desse lado que não têm uma linha de rumo, que não a têm agora mesmo e não a tiveram nos últimos meses. Nós sempre defendemos e vamos continuar a defender estas posições fundamentadas num correcto diagnóstico que foi aqui novamente confirmado ontem, não aqui nesta Assembleia, mas perante as câmaras da televisão pelo Sr. Secretário que admitiu a valor da Dívida Pública que nós aqui temos vindo a afirmar, desde a primeira intervenção, e que ontem pela primeira vez...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...não teve a coragem de admitir nesta Casa, mas admitiu-o face às câmaras de televisão.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ai é?!

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também não teve a coragem de me responder, ontem aqui, que havia um défice oculto e foi dizê-lo face às câmaras da televisão. Deputado Jorge Cabral (PSD): ele ainda não falou!

O Orador: Ainda não falou! Que fale, pois eu pedi-lhe que se explicasse!

É de muito bem tom que o Dr. Adolfo Lima defenda aqui o Governo. É de muito mau tom que de facto não sejam nesta Casa dadas as respostas necessárias. Que elas sejam dadas em Lisboa perante as câmaras da televisão ou em qualquer outro lugar.

Muito obrigado.

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é uma oposição Centrista ou Socialista?!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha pequena intervenção não se refere à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa e também não se refere à intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, porque nessa matéria de coerência tínhamos “pano para mangas” para discutir aqui, mas não é disso aqui que eu vou falar.

Mas a intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart deu-me uma excelente oportunidade de clarificar aqui uma forma de estar nas coisas, bem como uma forma de se conduzir no seio delas.

Quando V. Ex.<sup>a</sup> pergunta se eu discordava ou não quando o meu colega estava no Governo?

Eu respondo-lhe muito claramente a isso. O que eu espero de um órgão colegial de que faça parte, é o seguinte comportamento: discute-se um problema, há pessoas que estão contra, bem como outras estão a favor. Há uma decisão final num determinado sentido e mesmo aqueles que durante a discussão discordaram, são obrigados, eticamente, a não deixar transparecer cá para fora as suas posições de discordância.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Muito bem!  
Muito bem!

O Orador: Essa é a forma como se devem comportar militantes de uma comissão política de ilha, militantes de uma comissão política regional, pessoas que são membros de um governo ou de outro órgão colegial qualquer.

Discordei em quase 13 anos de Governo e continuo a discordar, por inúmeras vezes, de colegas meus, isto é só para que V. Ex.<sup>a</sup> saiba. Tenho-me debatido pelas minhas ideias até ao fim, mas quando acabou a discussão e venceram aqueles que tinham ideias diferentes das minhas, eu sinto-me, eticamente, vinculado a quem decidiu e não posso trazer para a praça pública discordâncias internas do Governo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Espere, espere!

Portanto, eu posso, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser acreditar ou não, - isso até é um problema seu e nunca será meu - dizer que discordei muitas vezes e tenho discordado muitas vezes de colegas meus, incluindo o Sr. Ex-Secretário das Finanças.

No entanto, eu não posso aceitar isso. No dia em que eu fizer isso,...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...tenho que me vir embora do Governo, porque não estou a ser leal. Consequentemente, tenho que falar, porque entendo que não se pode dizer que ele se veio embora, porque discordava. Não, ele foi-se embora, por um conjunto de circunstâncias, entre as quais se inclui também a nossa discordância, mas maioritariamente dele.

Portanto, Sr. Deputado Martins Goulart, o que se pede às pessoas é coerência de cima abaixo e, sobretudo, ética e moral. Porque não se pode estar num órgão colegial, discordar dele, ser vencido e depois vir cá para fora dizer: “eu é que sou bom, os outros é que são todos maus!”

Em qualquer órgão colegial, seja no seu partido, no meu, ou em qualquer sítio do mundo. Foi a primeira regra que aprendi na minha casa e na democracia.

Vozes das bancadas do Governo e do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Cabral (PSD): E não é expulso por isso!

Deputado Rui Melo (PSD): Ele não foi demitido como V. Ex.<sup>a</sup> vai ser!

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente:

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só um breve esclarecimento, relativamente a uma declaração que fiz, ontem, à comunicação social sobre a Dívida Pública.

Quero, apenas, referir, ou melhor, confirmar que o número que foi dito ontem, é exactamente o número que foi aqui apresentado pelo Sr. Presidente do Governo na última Sessão Legislativa.

Portanto, não se trata aqui de vir prestar esclarecimentos à comunicação social de números que nunca tivessem sido dados. Por isso, os números relativos à Dívida Pública foram apresentados e apenas confirmei o número que era referido, ou seja, a previsão para o fim de 1994 da Dívida Pública, somando por isso o endividamento previsto neste Orçamento à Dívida Pública que tinha sido apresentada aqui publicamente e detalhadamente na última Sessão Legislativa.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Presidente do Governo não citou aqui os mesmos números.

Por isso, eu venho dizer nesta Casa que o montante da Dívida é muito superior e tende a ser muito superior, como também foi aqui referido ontem nesta Casa por outro Deputado.

Portanto, há aqui uma diferença de números, bem como uma diferença de tendências. Mas, Sr. Secretário das Finanças, ainda também não respondeu e eu voltava a esse pedido sobre a questão do défice oculto de que deu ontem a amável explicação perante as câmaras da televisão.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário das Finanças:

Uma vez que o Sr. Secretário das Finanças fez agora menção numa resposta ao Sr. Deputado Fernando Lopes, a uma questão por mim levantada ontem e que foi veiculada na entrevista que foi feita ao Sr. Secretário, eu permitia-me referir o seguinte:

Reconheço a seriedade da resposta que o Sr. Secretário deu e é importante, porque infelizmente em situações semelhantes já houve Membros do Governo que não actuaram com idêntica postura. Queria deixar aqui claro que relativamente a todos os números que eu aqui ontem indiquei, inclusive este respeitante à previsão da Dívida Directa Regional no termo do ano de 94, efectivamente o Sr. Presidente do Governo nem nenhum Membro do Governo explicitou aqui, aquele número ou outros números.

Efectivamente, fiz o exercício, não os inventei. Entretanto, o Sr. Secretário confirmou-os e o exercício decorre nos casos do mero somatório de verbas que são públicas e oficiais e noutros casos de estimativas lógicas decorrentes da política financeira que está subjacente aos documentos.

Portanto, quero só com isso confirmar esta questão. O Sr. Presidente do Governo Regional, tal como o Governo Regional no seu conjunto, até hoje no que respeita à questão da situação financeira da Região, tudo tem feito para escamotear e ocultar

esses números. Estou-me a referir até ao presente o que não envolve, obviamente, nenhuma postura de V. Ex.<sup>a</sup> em concreto.

Mas esta Câmara sabe, aliás, todos nós sabemos que o Governo Regional por ter consciência que a situação seria insustentável e estava a conduzir os Açores para um beco que agora todos nós constatamos, efectivamente tudo fez para o ocultar. Por conseguinte, nós pelo contrário, tudo fizemos para explicitar as consequências e os valores que estavam inerentes à política financeira do Governo.

Era este tipo de esclarecimento que eu gostaria de fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão dos números e para que nos entendamos em que medida é que eu confirmei aquele número e em que medida é que ele está em consonância com o que foi aqui revelado.

Foi aqui dito na última Sessão Legislativa que naquela data, a Dívida era de 50 milhões de contos. Creio até que foi dado o número 49,6 milhões de contos ou até foi feito o arredondamento. O número dito ontem aqui mesmo, foi um número de 74 milhões de contos.

De facto, projectado no final de 94. Por isso, no final deste ano, os 50 passaram a 60 milhões de contos e no final de 94 passarão a 74. E é nesse sentido que eu confirmo as declarações já aqui prestadas sobre essa matéria.

Relativamente à questão da quebra de receitas fiscais, devo informar aqui a Assembleia que se procurará, em qualquer caso, - para já ele ainda não teve reflexo nas tabelas - que os efeitos venham a surgir no próximo ano.

Também um esclarecimento que julgo que o Sr. Deputado Fernando Lopes já possuía, uma vez que me pediu pessoalmente e eu com todo o gosto conversei, mas pela insistência, penso que poderá ter interesse público falar nisso, ou seja, há receitas adicionais já previstas no próprio Orçamento Geral do Estado relativas àquelas que, inicialmente, vieram a ser registadas no Plano e Orçamento. Concretamente, 2,3 milhões de contos que foram adicionados, mais as verbas



decorrentes da Universidade dos Açores e ainda do complemento para o incentivo ao comércio e à indústria que representam de facto aspectos positivos que têm que ser clarificados,...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...por forma a poder ser feito o acerto para o próximo ano. Neste caso é positivo ou melhor o buraco é ao contrário.

Portanto, terá que haver um acerto que tem que ser concretamente discutido com a própria Administração Fiscal.

Por sinal, vou estar com os novos titulares no dia de amanhã.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): É para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero reconhecer que tenha havido a gentileza por parte do Sr. Secretário em que, pessoalmente, me tenha esclarecido sobre alguns números.

Mas é evidente que também em termos de posição pública, é importante que o Sr. Secretário reconheça aqui nesta Casa e não frente às câmaras da televisão qual é a verdade.

É importante o esclarecimento dado agora pelo Sr. Secretário, em que reconhece que a Proposta do Orçamento que temos em mãos, já não corresponde à realidade. Ou seja, as verbas que estão aqui orçamentadas, em termos de receitas fiscais a arrecadar, não são as correctas, bem como as despesas não são as correctas.

Portanto, o que estamos aqui a aprovar ou que iremos aqui, eventualmente, aprovar e o que será o verdadeiro Orçamento, não coincidem.

Será bom que, - e eu ficarei contente - em vez de um buraco nós tenhamos um benefício que advenha da mobilização do actual Acordo Intercalar e do Protocolo.

Mas é bom também que se cumpram as regras de boa gestão orçamental e que elas venham aqui reflectidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Das minhas palavras não se pode inferir que a previsão das receitas fiscais estejam erradas.

O que estamos a referir, é um aspecto da Administração Fiscal referente ano de 93, por isso não tem nada a ver com a previsão de receitas fiscais do ano de 94.

O que acontece e quanto a essa matéria, - penso que reconheceram que não está no âmbito do Governo Regional - é que existiu a previsão fiscal nacional para 1993, em que não se concretizou e que poderá vir a haver um acerto. Tendo em conta, que há tabelas de impostos que mensalmente são entregues à Região e que até à data não foi reflectido este efeito e que por isso é natural que por gestão que compete ao Governo, sejam discutidos os efeitos. Os mesmos, poderão ser discutidos na tabela de Dezembro, na tabela de Janeiro ou na tabela de Fevereiro, mas que não tem nada a ver com a previsão da receita fiscal para 1994 que está no OGE. Como tal, estamos em Dezembro e nem sequer se começaram as cobranças fiscais de 94, por isso está correcta e está exactamente nos termos em que consta do Orçamento Geral do Estado, aliás porque é uma responsabilidade da República.

Presidente: Srs. Deputados:

Nós vamos fazer um intervalo de 15 minutos, ou seja, os nossos trabalhos ficam suspensos até ao meio dia.

(Eram 11:45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12:10 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores, agora em discussão, merece desde logo a nossa aprovação por vários motivos.

Primeiro do que tudo, porque é um conjunto de documentos que assenta no pilar mais importante do nosso sistema político - A AUTONOMIA DEMOCRÁTICA.

Depois, porque este Plano e Orçamento constituem uma resposta eficaz e consistente aos desafios que a nossa economia enfrenta.

A retoma da economia regional passa pela aprovação destes documentos, e os sinais de confiança que se voltam a manifestar na vida económica regional são o garante de que o Governo açoriano levará o seu projecto a bom porto.

Congratulo-me, desde já, com a particularidade de no plano para 94 as obras em execução e as consideradas prioritárias não foram preteridas.

É verdade que gostaria de ver consagrado neste Plano mais projectos, mais financiamentos, mais incentivos, para os Açores e em particular para S.Miguel ou até para o meu concelho.

Mas a razão manda dizer que acima das utopias inscritas na ideologia de outros partidos, está a realidade de hoje, em termos económicos, no plano internacional e nacional de que não nos podemos desenquadrar.

Pela Europa fora o desemprego e os conflitos sociais engrossam o rol de preocupações dos governantes.

Na América procura-se um mercado alargado, à maneira da União Europeia, como resposta também às graves crises sociais e económicas que todos conhecemos, mais ou menos, bem, por tocar nos nossos familiares emigrantes.

Nos Açores temos, naturalmente, reflexos disso.

Mas, felizmente não chegamos ainda à gravidade de outras paragens, economicamente mais fortes do que nós.

Fico, por isso, espantado quando ouço profetas da desgraça a traçarem os quadros mais negros e miserabilistas da nossa terra e das nossas gentes.

Imagine-se que até agora o desespero de alguma oposição leva alguém a cair no ridículo, ao afirmar que a “Autonomia Fracassou!”.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A prova de que o sistema não falhou e que o projecto defendido pelo Povo dos Açores continua em frente, de cabeça erguida e contra as profecias pessimistas, está aqui neste Plano e Orçamento do Governo dos Açores.

Estes documentos reúnem a continuação da nossa aposta, sempre com vista à melhoria da qualidade de vida das nossas populações e à transformação de um período menos bom para uma nova caminhada de progresso.

Uma caminhada histórica que tem que contar com todos, mas que não pode incluir gente que desacredita a nossa terra, o nosso povo e as nossas instituições.

O sector agrícola está em mudança, a caminho da modernidade; vão continuar os incentivos para os pescadores também para a modernização do seu sector; a indústria, mesmo a tradicional, está a avançar com passos seguros; o parque habitacional e os transportes vão continuar a ser melhorados; o turismo mantém-se como a grande aposta da nossa terra; continua-se a investir na Educação, na Saúde e na valorização dos Recursos Humanos, estão, portanto, criadas as condições para que o grande projecto da Autonomia se mantenha consolidado e ao mesmo tempo em permanente evolução.

O Plano e Orçamento aqui em apreciação são os instrumentos para esta evolução.

Merecem, por isso, a aprovação de todos nós!

Naturalmente que outros rejeitarão estes instrumentos valiosos para a nossa Autonomia.

Gostariam de vê-la fracassada, como já apregoam aos quatro ventos.

O que fracassou foi a capacidade desses profetas entenderem o projecto autonómico.

São cartas fora do nosso baralho regional.

Porque nós continuamos sempre em frente, acreditando na melhoria da nossa terra e das nossas gentes.

Preparados, sempre, para os desafios do futuro.

Para os desafios do século XXI.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva):  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Passados que foram alguns meses após a aprovação do PMP 93/96, com o Plano e Orçamento deste ano prestes a terminar, o Governo mais uma vez encontra-se nesta Câmara para a apresentação e discussão para aprovação, do novo Plano e Orçamento para 1994, com o mesmo espírito e perseverança de sempre.

- Espírito de trabalho, de construção e afirmação duma Região cada vez com mais progresso e desenvolvimento.

- Perseverança numa acção cada vez mais empreendedora, para que o povo desta Região continue como sempre e nos momentos próprios, a distinguir os verdadeiros empreendedores das suas aspirações, dos fracos ou incapazes apresentadores de ideias alternativas.

Por isso, chegados que somos às alturas próprias da discussão de documentos tão importantes como os presentes, é nosso dever e obrigação fazê-lo duma forma clara, convincente e responsável neste órgão máximo da autonomia que é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores mas também duma forma bastante esclarecedora ao povo da Região, que segue atentamente o desenrolar destes trabalhos.

Nas áreas governamentais que nos estão confiadas, Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, procuraremos fazê-lo aqui duma forma aberta e consciente não esquecendo também um cenário de dificuldades conjunturais que existe, mas lembrando que com um forte espírito de confiança e vontade de vencer, esperamos resultados positivos do trabalhos a desenvolver neste próximo ano, e para o qual uma equipa governamental coesa, alicerçada numa vasta equipa de técnicos competentes e capazes, irão constituir as peças fundamentais, desta nova etapa de progresso e desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Hoje, cada vez mais, o cidadão europeu aspira a um desenvolvimento humanista e equilibrado que reduza as assimetrias, reforce a solidariedade e dê qualidade, de vida, às populações.

Assumem assim crescente importância, a implementação de políticas de desenvolvimento que salvaguardem valores humanos e naturais, nomeadamente no seu Plano para 1994.

Neste sentido, entendemos como extraordinariamente necessária, a continuação e mesmo a criação, de novos mecanismos e instrumentos legais e institucionais de execução de uma política global e integrada de juventude, tendo sempre presente o objectivo prioritário de facultar aos jovens os meios de fortalecimento da sua identidade e personalidade e a sua integração plena na vida colectiva.

O Associativismo Juvenil surge assim por um lado, como elemento incentivador ao espírito de iniciativa e adaptabilidade à mudança, mas também como fonte de aprendizagem pedagógica e participativa do fenómeno democrático e autónomico.

Nenhuma outra geração dispôs de tantas oportunidades e instrumentos, para ela mesma, encontrar soluções e promover as mudanças conducentes ao combate de desânimos e pessimismos ultrapassados.

Queremos cada vez mais promover a participação activa e empenhada dos jovens no diálogo e na acção, para que a reflexão aconteça, mas também para que se viabilizem rápidas tomadas de decisão.

Sabemos que a juventude pretende equacionar situações e preocupações reais, mas sabemos também, que sobretudo quer participar directamente nos processos de decisão, sejam eles na comunidade, na família, na escola ou no trabalho.

Temos por isso mesmo de garantir aos jovens açorianos o rápido e simples acesso à informação, para que eles próprios possam preparar a sua intervenção.

A toxicodependência é já hoje nesta Região uma preocupação de toda a comunidade. Se perseguirmos uma solução para a toxicodependência, rapidamente percebemos que ela não se encontra nem na repressão policial ao tráfico, embora necessária, nem no simples tratamento médico, também indispensável.

Somente estaremos mais perto da solução se promovermos uma dinâmica educativa, onde intervenham todos os cidadãos com responsabilidade, formando e informando.

A abordagem a esta doença tem sempre de ser feita de um modo pluridisciplinar e trabalhada por especialistas.

E pois nossa intenção, de que no âmbito do Núcleo Regional dos Acores do Projecto Vida sejam dinamizadas um conjunto articulado de acções de prevenção primária, dirigidas aos jovens e às famílias, e avançar rapidamente mas de um modo sustentado, nos campos da prevenção secundária e terciária.

Com sistematização todos somos poucos para combater o consumo de drogas, e os jovens terão de estar na 1ª linha da intervenção.

O Governo Regional elege a família como pilar da sociedade, e como tal entende ser prioritário incentivar a criação de condições para que a família exista e funcione como tal.

Surge então como fundamental continuar a articular medidas de apoio à aquisição e construção de casa própria pelos jovens.

Continuarão eles assim em 1994 a poder dispôr de apoios supletivos, não só direccionados ao apoio na aquisição e construção de casa própria, mas igualmente de apoios através da bonificação de juros aos créditos contraídos para tal.

Fomentar o verdadeiro espírito de voluntariado e o convite à participação, através de contactos com novas experiências de vida em áreas de actividade profissional, tem sido o objectivo do Programa de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, vulgarmente designado por OTL.

Este programa que tem conhecido grande adesão, continuará a merecer honras de “prioritário”.

Através dele, têm sido não só demonstrada a capacidade criativa dos Jovens, como potenciadas oportunidades de despiste vocacional.

Queremos que os jovens continuem a contribuir para a modernização do tecido empresarial açoriano.

A “cultura de empresa” tem sido assumida pelos Jovens de um modo crescente, e está intimamente relacionada, com a criação de condições favoráveis para o saudável desempenho das empresas.

Voluntarismo para inovar, e cooperação entre gestores profissionais, que reforce os factores competitivos, evitando confrontos sem vantagens, são conceitos já

assumidos pelos jovens empresários. Insistimos numa postura empresarial “agressivamente pacífica”, substituindo o lema já desgastado e desajustado, de que o “segredo é a alma do negócio”.

A estratégia de expansão do sector empresarial, terá sempre de privilegiar, a qualidade, o design industrial, e o desenvolvimento tecnológico, ambiental e energético.

O “Sije”, Sistema de Incentivos aos Jovens Empresários, recentemente aplicado à Região, terá pois de constituir mais um impulso para a formação de uma geração de empresas e empresários que protagonizem projectos inovadores e de qualidade, que liderem as mutações tecnológicas e económicas que o espaço comunitário exige.

No que diz respeito à área do Emprego, prosseguiremos com as políticas sectoriais de incremento do emprego e, dada a conjuntura envolvente, procederemos mesmo à intensificação de algumas daquelas políticas.

Efectivamente, é do domínio público que a taxa de desemprego registada na Região sofreu um aumento - não ultrapassando embora os 5 por cento - em resultado da conjuntura nacional e regional e, inclusivamente, como reflexo da recessão que se verifica a nível internacional.

Assim sendo, o Governo Regional dos Açores, atento à situação descrita, aprovou recentemente um conjunto de medidas especiais de fomento ao emprego cuja natureza e objectivos serão, estamos em crer, decisivos para um progressivo abaixamento do número de desempregados actualmente existente. Conquanto que não seja um desemprego alarmante, como várias vezes temos afirmado, necessário se torna, porém, que as referidas medidas sejam implementadas já a partir de Janeiro do próximo ano, por forma a que, as consequências sociais que as situações de desemprego sempre geram, sejam, entre nós, minimizadas.

Se, por um lado, será mantida a filosofia de intervenção implícita aos diversos programas de cariz ocupacional, reforçaremos por outro significativamente, as verbas para os programas que visam a criação de empregos e a manutenção de postos de trabalho; por outro lado ainda, introduziremos uma componente de formação profissional para desempregados, que incidirá sobretudo na faixa etária mais jovem,



de modo a que se tornem mais acessíveis as perspectivas de colocação no mercado de trabalho.

Refira-se a este propósito que, no corrente ano de 1993, entre os programas ocupacionais, programas de criação de empregos e programas de manutenção de postos de trabalho, foi dispendida a verba de 570 mil contos e foram ocupadas ou mesmo empregadas a título definitivo cerca de 1800 pessoas.

No domínio das relações laborais e da acção inspectiva, torna-se necessário manter, como temos vindo a fazer, uma presença constante junto do tecido empresarial e das organizações dos trabalhadores no sentido do apaziguamento, com base numa gestão tripartida, dos conflitos inerentes ao mundo laboral, tendo sempre em vista que a busca da conciliação constitui o melhor caminho para a paz e estabilidade sociais, factores essenciais ao progresso sócio-económico.

Manteremos a nossa firme determinação no combate ao trabalho de menores, à inspecção das condições de trabalho e à prevenção dos riscos profissionais.

Aliás, a este último tema tem o Governo vindo a dedicar particular atenção, dado não só a existência de nova legislação comunitária sobre a matéria, como também porque está ciente de que o salutar exercício da actividade profissional só se verifica num clima de consciencialização, de trabalhadores e empregadores, para as vantagens decorrentes da correcta aplicação dos normativos sobre saúde, higiene e segurança no trabalho. Por isso, e sobretudo dando continuidade aos objectivos que levaram à realização, com muito êxito, da primeira Semana de Prevenção na Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, prosseguiremos com acções de formação que favoreçam o desenvolvimento de uma “verdadeira cultura de segurança”.

Finalmente, e ainda no domínio das relações de trabalho, privilegiaremos o diálogo com os parceiros sociais com vista à erradicação das denominadas “zonas brancas”, por forma a que a contratação, possa vir a abranger todo o universo laboral na Região Autónoma dos Açores.

O Plano de Desenvolvimento Regional destaca, como estratégia fundamental para o desenvolvimento, a valorização dos recursos humanos.

É esta, também, e como se sabe, uma das prioridades do Programa do Governo.

E é assim que a Formação Profissional continuará a constituir, em 1994, um dos objectivos prioritários da política da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Para execução de tal política, conta-se com o apoio de um instrumento financeiro fundamental - o Fundo Social Europeu - cujas verbas estão a ser negociadas nas instâncias próprias e que corresponderão certamente às nossas ambições nesta área.

Na qualificação profissional continuará a constituir entidade privilegiada o Centro de Formação Profissional dos Açores. São, sobejamente conhecidas, as vantagens decorrentes da existência desta importante estrutura de formação profissional .

Na realidade, têm sido muito elevadas as taxas de empregabilidade respeitantes aos formandos que, saídos do Centro de Formação Profissional dos Açores, transitam para o mundo do trabalho.

À semelhança do que já vem sendo feito, prosseguiremos no alargamento das áreas de formação, numa melhor adequação dos currículos às realidades e perspectivas de hoje, e numa maior dignificação do estatuto dos formandos, contribuindo para a formação integral dos mesmos.

Em termos de saídas profissionais, estudamos actualmente a viabilidade de introduzir no Centro de Formação Profissional dos Açores a Aprendizagem como um modelo de formação que, tendo como objectivo a atribuição de graus de equivalência escolar, tenderá a criar no Centro de Formação Profissional dos Açores, uma vertente de aproximação ao estatuto de Escola Profissional .

Pretende-se, por outro lado, conformar o ensino ministrado no Centro de Formação Profissional dos Açores com os graus de exigência e solicitações manifestados pelo Parceiros Sociais.

Daí que nos propunhamos reforçar uma política de verdadeira abertura ao exterior, tendo em vista um maior empenhamento e uma mais ampla participação dos Agentes Económicos e Sociais na definição e na estruturação da política a implementar no Centro de Formação Profissional dos Açores.

Mas a Formação Profissional que se tem vindo a realizar na Região Autónoma dos Açores visa também abranger os trabalhadores no activo, tanto do sector público como do sector privado.

Por isso, tem o Governo Regional dos Açores vindo a atribuir substanciais apoios, tanto financeiros como técnicos, às iniciativas que visam a valorização profissional dos trabalhadores daqueles sectores.

Na realidade, é hoje o Fundo Social Europeu o principal suporte técnico e financeiro da formação levada a cabo nas duas Escolas Profissionais existentes na Região, bem como da formação profissional promovida por instituições e organismos - públicos e privados - em áreas fundamentais para o desenvolvimento dos Açores e para a boa qualidade de vida dos seus cidadãos, como sejam os casos da Educação, da Saúde, da Agricultura e da Administração Pública Regional e Autárquica.

Também - e em cumprimento das competências que lhe estão adstritas no domínio da Formação Profissional - e como forma de corresponder às múltiplas solicitações ou de preencher algumas lacunas verificadas, o Governo Regional dos Açores intervém e continuará a intervir para assegurar aos profissionais da Região o aperfeiçoamento ou a especialização que os habilitem a suprir as contingências do isolamento e a vencer os desafios colocados pelas novas tecnologias.

Com a mesma preocupação - à qual se aduz a de termos obrigação de promover e de apresentar,- da melhor forma possível, o nosso potencial turístico - realizámos em 1993 um importante “Workshop” para a Restauração e para a Hotelaria, envolvendo várias centenas de pessoas em todas as ilhas e que, durante dois dias, discutiram a formação profissional e outros aspectos do sector do que já resultou a execução de formação, em reciclagem, nos próprios locais de trabalho facultados pelas empresas, de cerca de uma centena de trabalhadores, acção que prosseguirá em 1994, de uma forma alargada e abrangente, cobrindo o maior número de tarefas e o mais expressivo universo da Restauração .

Porque fazemos parte de um grande mercado que é a Europa Comunitária, continuará a Região a preparar-se tecnicamente para corresponder às exigências ditadas pela nova situação. Para o efeito, integra os principais fóruns onde se analisam e decidem aspectos processuais intracomunitários relacionados com a gestão do mercado de emprego.

Como instrumento institucionalizado, no domínio da abertura dos Açores à Europa e vice-versa, prosseguiremos os intercâmbios profissionais de jovens para a realização

de estágios profissionais, no âmbito do Conselho da Europa, e que tão frutuosa se têm revelado.

Procurar-se-á continuar a prestigiar a internacionalização da formação profissional dos Açores. Realizar-se-á o Concurso Regional de Formação Profissional de 1994, e os Campeões Regionais participarão no certame a nível nacional, pugnando-se pelo bom desempenho dos nossos participantes a fim de que consigam a classificação que lhes dê acesso às Olimpíadas do Trabalho, eventos esses onde temos vindo a demonstrar que a formação profissional que se ministra na Região, possui padrões de qualidade e de exigência compatíveis com os praticados quer a nível nacional quer a nível internacional.

Como resultado da política de racionalização de meios técnicos e humanos e como meio de contribuir para a eficácia dos seus serviços, a Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia investirá consideráveis verbas na recuperação de um imóvel, na cidade da Horta, no quadro da unificação dos Serviços actualmente ali dispersos, dispersão de que advêm algumas dificuldades na eficácia dos mesmos Serviços.

Com os mesmos objectivos e em virtude de idênticas dificuldades, este procedimento será também seguido na cidade de Angra do Heroísmo.

Por outro lado, e no intuito de aproximar os Serviços dos respectivos utentes, durante o ano de 1994 e naquelas ilhas geograficamente mais afastadas dos Centros de Emprego, proceder-se-á, em estreita colaboração com as autarquias, à criação de núcleos de informação e de difusão das políticas de Emprego e de Formação Profissional, que serão conhecidos como Clubes de Emprego.

O cooperativismo continuará a desempenhar o seu importante papel no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores dentro dos princípios da livre adesão e ordenamento do processo económico.

Inserido este na sua corrente normal de pensamento e gestão democrática, o Governo continuará durante 1994, a apoiá-lo tecnicamente, e em termos organizativos e formativos, inclusivamente chamando a sua representação, ao seio dos órgãos existentes de Consulta e Concertação Social.

Num contexto em que a procura e o mercado ganham crescente importância, a actividade comercial impõe-se como um espaço vital para dinamizar o funcionamento de uma economia moderna. O sector da distribuição sofreu transformações notáveis nos últimos anos: a concorrência aumentou de forma considerável, surgiram novas formas de comércio num curto espaço de tempo e estabeleceu-se uma dura concorrência para o comércio tradicional existente. Por outro lado, o consumidor criou exigências e necessidades a que o mercado, na lógica da detecção e aproveitamento de oportunidades, é forçado a dar resposta. Na verdade, o consumidor constitui hoje um elo fundamental da cadeia económica, agindo os restantes agentes económicos em função da satisfação das aspirações daquele, pelo que o comércio deve estar cada vez mais sintonizado com os interesses do consumidor.

O impacto do Mercado Único no comércio tem vindo a repercutir-se fortemente na evolução do aparelho comercial, onde se registam movimentos de concentração, no incremento de diversas modalidades de cooperação empresarial, tais como a parceria, franquia e distribuição selectiva, bem como no desenvolvimento de novas formas de exercício do comércio e distribuição, nas quais assumem destaque as vendas ao domicílio e por correspondência, no aparecimento das grandes superfícies comerciais e centrais de compra, e no desenvolvimento industrial da distribuição. Na situação actual, a modernização do sector, centrando-se na diversificação e qualidade do serviço comercial a prestar, passa cada vez mais pela promoção do “upgrading” técnico, redimensionamento, especialização e inovação das empresas, reforço da cooperação intra e inter-sectorial, dinamização do movimento associativo dos comerciantes, melhoria de infraestruturas de apoio à actividade comercial, e revitalização do tecido comercial, urbano e rural .

Nas diferentes dinâmicas e níveis de implantação que as várias formas de actividade do sector revelam, mais do que procurar antagonismos, importa destacar complementaridades. Assim, torna-se imprescindível preservar a coexistência entre as diversas modalidades do comércio, garantindo uma estrutura comercial equilibrada e moderna, sem proteccionismos injustificados, que distorçam uma sã concorrência,

mas também assegurando condições para a harmonia entre as novas formas de distribuição e o comércio tradicional.

Nos Açores, o pequeno comércio continua a constituir a trave mestra de evolução e a melhor garantia do nível de solidez e capacidade do sector, constituindo bloqueios à sua modernização quaisquer situações que ponham em causa o equilíbrio entre os diferentes tipos de comércio. Por esse motivo, e considerando as características peculiares do mercado de cada uma das ilhas, está em preparação no seio do Governo, um Proposta de Decreto Legislativo Regional com o qual se pretende restringir a implantação de estabelecimentos comerciais de grande dimensão. Aguarda-se também a aprovação de um Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico da actividade comercial exercida de forma não sedentária por vendedores ambulantes e feirantes, fixando-se regras que permitem defender o consumidor e impedir a concorrência desleal com o comércio retalhista tradicional.

Mas, se é verdade que o comércio de reduzida dimensão deve constituir a base de uma estratégia de futuro para o sector, as pequenas e médias empresas comerciais devem apostar cada vez mais numa política de qualidade, como forma de atingirem a capacidade concorrencial necessária - para fazer face aos desafios que se lhes deparam. A modernização do pequeno comércio deve por conseguinte centrar-se, cada vez mais, num objectivo essencial: prestar mais e melhores serviços. Neste quadro, o Procom-Programa de Apoio à Modernização do Comércio, cuja entrada em vigor na Região se espera ainda venha a ocorrer no decurso do primeiro semestre de 1994, ao apoiar projectos de investimento que promovam o desenvolvimento sustentado da competitividade das empresas comerciais, vai certamente proporcionar uma mudança qualitativa desejável no parque comercial açoriano.

Nos nossos dias, o comércio assume cada vez mais uma função de prestador de serviços, tratando-se portanto de um sector em que os recursos humanos desempenham um papel preponderante. O apoio à formação profissional no comércio merecerá portanto a maior atenção, como forma de garantir um adequado nível de preparação técnica dos activos envolvidos neste ramo de actividade e a criação de uma verdadeira cultura empresarial por parte dos agentes económicos do sector, que os torne aptos a detectar e aproveitar as boas oportunidades de negócio.

Nos próximos meses verificar-se-á também a conclusão do cadastro comercial da Região, que permitirá um adequado acompanhamento da evolução do sector, possibilitando a obtenção de informações detalhadas sobre o aparelho comercial açoriano, em termos de mercado e entidades que nele actuam. A Administração Regional ficará assim dotada de um instrumento técnico moderno, que contribuirá para fundamentar com maior facilidade medidas de organização e apoio a este ramo de actividade.

No domínio da promoção externa da Região, prosseguiremos com a atribuição de apoios à exportação, no âmbito da Portaria nº 56/92, de 1 de Outubro, como forma de facilitar a colocação dos nossos produtos nos mercados de destino considerados prioritários, criando deste modo condições para os mesmos concorrerem em igualdade de circunstâncias com os produtos congéneres de outros países. A participação em feiras nacionais e estrangeiras, em cooperação com a Câmara do Comércio e Indústria dos Acores, será também uma forma utilizada para divulgar no exterior as potencialidades económicas da Região.

Indo de encontro aos objectivos traçados no programa do Governo, nomeadamente no que concerne à transferência para estruturas da sociedade civil de funções até agora desempenhadas por entidades públicas, assistiremos nos próximos dias à celebração de um protocolo com a supracitada Associação Empresarial, através do qual será concedido um auxílio financeiro durante o próximo triénio à implementação na referida estrutura associativa de um Departamento de Apoio à Exportação, com os principais objectivos de apoiar e incrementar os fluxos comerciais da Região com o exterior, facilitando o estabelecimento de contactos entre parceiros económicos e prestando informações necessárias ao desenvolvimento de relações comerciais, económicas e de cooperação.

A partir do início do próximo ano, será criado um programa de apoio ao Saneamento Financeiro de Pequenas Empresas Regionais, comerciais e industriais, (APER) que se espera venha a constituir uma importante ajuda para a revitalização do tecido empresarial regional, no sentido do relançamento do crescimento económico.

No campo da política de preços, continuaremos a caminhar no sentido de uma crescente liberalização, sempre que estejam reunidas condições para um efectivo

funcionamento concorrencial. Neste enquadramento, torna-se indispensável um acompanhamento permanente da formação dos preços nos diversos segmentos de mercado, como forma de obter informação adequada à implementação oportuna das medidas necessárias à regularização desses mercados.

Relativamente ao sector industrial, importa essencialmente dinamizar o crescimento sustentado da competitividade das empresas industriais, reforçando a capacidade de resposta às rápidas mutações tecnológicas e de mercados, e promovendo a modernização e diversificação da estrutura industrial. O esforço de adaptação da indústria açoriana às novas condições decorrentes da criação do Mercado Único revela-se uma tarefa de grande fôlego. A estratégia para o desenvolvimento do sector terá de alicerçar-se sobretudo em factores dinâmicos de competitividade: inovação e desenvolvimento tecnológico, qualidade e “design” industrial, criação de produtos com imagem de marca, recursos humanos altamente qualificados, adopção de tecnologias adequadas às actuais exigências de protecção do ambiente. O desenvolvimento de acções de cooperação inter-empresarial assume também um particular interesse, na medida em que concorre de forma significativa para um redimensionamento empresarial, reduzindo riscos, reforçando oportunidades de mercado e permitindo a obtenção de maiores economias de escala.

No próximo PDR, o PEDIP II pode assumir um papel de crucial importância na reestruturação da indústria regional, criando condições de financiamento às empresas industriais em igualdade de circunstâncias às suas congéneres europeias, reforçando as medidas estratégicas nos domínios da produtividade, qualidade e internacionalização, e lançando programas mobilizadores com vista à introdução de novos pólos de especialização na estrutura industrial.

O sucesso das empresas industriais depende também em larga medida da acessibilidade à informação relevante para o sector, pois a capacidade de integrar e interpretar a informação que vai ficando disponível, interna e externamente às organizações, está no cerne da conquista de vantagens competitivas pelas empresas. Neste campo, o Eurogabinete assume um papel preponderante, pretendendo-se cofinanciar a actividade deste organismo no próximo ano.



Continuaremos a apoiar o INOVA, como entidade vocacionada para apoiar a indústria no processo de modernização tecnológica e melhoria da qualidade dos produtos, estimulando o desenvolvimento de actividades de investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico orientado para a reestruturação da indústria, através da comparticipação de despesas de investimento e funcionamento de infraestruturas tecnológicas daquele organismo. O INOVA será ainda apoiado no âmbito do programa RECITE, pelos benefícios que poderão advir para a Região em matéria de transferência de tecnologia.

Prosseguir-se-á com o apoio a pequenas e médias empresas industriais que dinamizem projectos capazes de potenciar a diversificação da produção e que utilizem matérias-primas endógenas, valorizando os recursos disponíveis.

A progressiva transferência de indústrias para terrenos devidamente infraestruturados, contribuindo para os esforços de ordenamento do território e de minimização de impactos ambientais negativos, continuará a merecer o nosso apoio.

Neste domínio, ir-se-á encetar um processo conducente à reformulação da legislação que regulamenta na Região a implantação de parques e zonas industriais, criando normas que se adaptem à realidade actual. A implantação no próximo ano de uma central de tratamento de efluentes no Parque Industrial da Ribeira Grande merece especial destaque, prevendo-se no Plano de 1994 uma verba de 120.000 contos para a concretização deste empreendimento.

O distanciamento a que as indústrias açorianas se encontram dos mercados de aprovisionamento de matérias-primas e subsidiárias, e o afastamento relativamente aos mercados principais de destino dos produtos finais, dificulta sobremaneira a capacidade concorrencial das empresas do sector.

Deste modo, encontram-se a decorrer negociações com vista à inserção no Poseima II de um sistema de incentivos à importação de factores de produção estratégicos para a indústria local, instituindo-se uma ajuda comunitária compensatória aos sobrecustos de transportes decorrentes da ultraperifericidade da Região, que abrange produtos siderúrgicos, cimento e clínquer, embalagens de vidro e de cartão. Está igualmente prevista a aprovação de uma medida de acesso a novas tecnologias, envolvendo

apoios a um conjunto de acções a desenvolver pelo INOVA, no domínio das novas tecnologias.

O sector energético constitui um dos suportes indispensáveis para o desenvolvimento económico, pelo que se assume como um aspecto estratégico da maior relevância para a Região. A situação ultraperiférica e insular conduz a custos acrescidos no sector energético, pois a dispersão do sistema electroprodutor por nove ilhas, todas dependentes em aprovisionamento energético do exterior, cria condições para sobrecustos consideráveis no domínio em questão. Neste contexto, os principais objectivos de política energética regional têm sido, por um lado, a garantia da segurança do aprovisionamento e a promoção das energias renováveis, tendo em consideração a possível minimização de impactos ambientais negativos e, na vertente da procura, estimular uma utilização mais racional de energia. Assim, torna-se indispensável apostar fortemente no aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, como forma de garantir uma diversificação das fontes energéticas e simultaneamente diminuir a dependência da Região relativamente à importação de produtos petrolíferos. A inevitabilidade do recurso ao fomento do potencial endógeno advém da impossibilidade de usufruirmos das vantagens decorrentes da utilização de redes europeias de energia, da segurança nos aprovisionamentos, acarretar custos de financiamento elevados em termos de stocks de segurança e dos custos mais elevados que a diminuição dos impactos ambientais negativos provocados pelos sistemas energéticos assumem na Região, em virtude de se encontrarem ainda em utilização tecnologias já ultrapassadas.

Esta situação tem conduzido à realização de avultados investimentos no aproveitamento de recursos energéticos endógenos, assumindo particular importância o programa geotérmico, pelo contributo que o mesmo pode gerar no crescimento da autonomia energética da Região. A necessidade de se alcançarem os objectivos de política energética atrás mencionados, requer uma compensação dos handicaps provocados pela situação de ultraperifericidade e pelas diferenças de estado de desenvolvimento do sector relativamente às regiões continentais europeias, estando a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de se dar continuidade ao Poseima/Energia a partir do próximo ano.

No sentido de promover-se a utilização racional de energia, através do sistema de incentivos criado pela Portaria nº 57/89, de 22 de Agosto, serão atribuídos apoios à aquisição e montagem de sistemas de produção de energias renováveis, pretendendo-se também desencadear já no primeiro trimestre de 1994 uma campanha visando a criação de hábitos de conservação de energia nos consumidores.

O custo da energia tem constituído um factor redutor da competitividade industrial, tornando-se indispensável incentivar o uso racional de energia nas empresas do sector. Pretende-se assim apoiar as empresas industriais na caracterização geral dos seus consumos energéticos e na tomada de medidas correctivas, através da realização de auditorias energéticas, que conduzam a uma avaliação correcta das insuficiências registadas nas diferentes áreas funcionais das empresas e que condicionam a sua capacidade concorrencial.

A aprovação em 1994 - de um Decreto Legislativo Regional que estabelecerá um novo regime jurídico de produção de energia eléctrica, tornará livre o acesso de entidades do sector privado à actividade de produção de energia eléctrica.

Por último, a electrificação de locais públicos continuará a merecer o nosso apoio, prevendo-se no próximo ano dispender com estas iniciativas cerca de 30.000 contos.

O artesanato, através dos apoios previstos no Poseima e com a recém criada unidade de gestão, e divulgação do programa por toda a Região, continuando a despertar um interesse profundo dos nossos artesãos e suas organizações, dá-nos garantias para 1994, de ser mais uma mola impulsadora de progresso.

Isto porque, com os sub programas a acesso a Novas Tecnologias e Mercados, e Formação Profissional, continuam garantidas condições essenciais que possibilitem sobretudo, o desenvolvimento dos nossos meios rurais com ocupação de mão de obra feminina, valorização dos recursos humanos, progresso e mais valia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Expostas que foram as principais ideias que genericamente consubstanciam os vários projectos e acções que estão enquadradas nos programas que temos à nossa responsabilidade para desenvolver ao longo de 1994, estamos confiantes na sua máxima execução material e financeira, bem como política.

Com tal realização, vamos continuar a dar cumprimento ao programa do V Governo Regional aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional, e a corporizar o projecto autonómico.

- Vamos continuar a aperfeiçoar a nossa capacidade de afirmação como povo.
- Vamos continuar a potenciar as nossas energias criativas e realizadoras.
- Possibilitando a realização das nossas reformas com estabilidade, segurança e paz social.
- Possibilitando a nossa afirmação como identidade regional.

Possibilitando também o vencer de novos desafios resultantes do progresso e mudança qualitativa para o futuro.

Num projecto de profunda mudança, a que continuamos a dar forma positiva no sentido das justas aspirações do povo dos Açores, com esta proposta de Plano e Orçamento, continuam a ficar garantidas novas condições de desenvolvimento numa Região que todos desejamos cada vez mais evoluída e onde se deseje continuar a viver em paz e confiança mútua.

O Governo Regional consciente cada vez mais das acrescidas responsabilidades no sentido de corresponder às expectativas e confiança que o povo lhe confia, continuará a desenvolver os seus maiores esforços para que o progresso como única unidade de medida palpável neste pequeno mundo de nove ilhas, continue a mover-se silenciosamente, mas de uma forma notória como arte e mudança onde existe ordem com o trabalho e resultados à vista de todos, e com o povo confiando cada vez mais no Governo desta Região.

Disse.

Vozes e aplausos das bancadas do Governo e PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude:

Queria-lhe pedir um esclarecimento e inclusivamente a sua opinião sobre um problema que focou e que para nós é muito caro. Refiro-me, concretamente, ao grave problema que hoje já é assumido na sociedade açoriana, ou seja, o da toxicod dependência.

V. Ex.<sup>a</sup> referiu e muito bem e com o qual estamos de acordo, de que o primeiro pilar de defesa da nossa juventude assenta na família.

Referiu também que, talvez, se derem condições de emprego aos jovens, um acesso relativamente fácil à habitação, estaríamos assim dando condições para que os casais jovens tivessem um horizonte mais risonho. No entanto, talvez se esqueceu daquilo que eu reputo como mais importante. Ou seja, com certeza que também nós compreendemos que não será através da repressão policial, nem talvez pelo facto de andarmos policiando os locais onde os jovens frequentam. Mas e as escolas, Sr. Secretário? As escolas dependem directamente de quem as administra e não da família. As escolas, hoje, fogem completamente ao controle da família.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Quantas crianças saem cedo das suas próprias casas, das suas ilhas e o que é que encontram?

Que fazer concretamente neste caso? É a pergunta de um pai e de um representante de uma população que aqui a diz com preocupação.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo à questão que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila coloca, gostaria de dizer que tive o cuidado de na minha intervenção e sobre essa matéria expressar as preocupações do Governo, expressar aquilo que são as preocupações de toda a sociedade em relação a esse problema que é de toda a sociedade, ou seja, o problema da droga ou melhor ainda, a doença da droga.

Tive o cuidado de dizer que a nossa política e sobretudo para o próximo ano que será já no início de Janeiro, iremos implementar o Projecto VIDA, estendendo-o aos Açores com a criação de um núcleo regional. Núcleo esse que vai envolver de uma

forma global toda a sociedade. Não só toda a componente interdepartamental do Governo, como também organizações da sociedade, organizações das autoridades policiais judiciais, etc.

É um núcleo que se destina a actuar na fase primária - chamemos-lhe assim - e sobretudo na componente de formação e educação com uma forte ligação, obviamente, à escola e em duas vertentes jovem/jovem e nas acções pais/pais. Isto quer dizer que toda esta envolvente abarca de uma forma geral toda a sociedade, bem como as próprias escolas estão envolvidas.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe tão bem como eu, que é impossível - e isso em qualquer parte do mundo - em cada escola haver policia ou a cada esquina de cada sala de aulas haver um guarda ou alguém para exercer funções de repressão.

Portanto, a vertente da escola, tem que ser efectivamente pela via educacional e pela via da formação.

Pensamos que com este Projecto e com a envolvência de toda a sociedade,...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...poderemos ter de facto condições que possam vir a dar os primeiros passos, por forma a irem de encontro às suas preocupações e que no fundo são as preocupações de todos nós, independentemente do quadrante político onde nos situamos, bem como da vertente institucional onde nos encontramos.

Portanto, não há que existir aqui quaisquer veleidades políticas, porque do ponto de vista de uma ou outra organização ou instituição ser diferente, mais ou menos eficaz do que o outro, o problema da droga, é um problema tão profundo que tem que ter uma envolvente bastante profunda e como tal todas as ideias são bem-vindas. Obviamente, que todas as organizações da nossa sociedade se colaborarem no Núcleo Regional do Projecto VIDA, certamente que vão dar um contributo positivo àquilo que são as suas preocupações, bem como às preocupações do Governo e de toda a sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu há pouco a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Eu prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, nós chegámos à hora de fazermos um intervalo para almoço.

Por isso, vamos suspender aqui os nossos trabalhos e retomá-los-emos pelas 15:00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos, muito boa tarde e até logo.

(Eram 13:00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos retomar os nossos trabalhos e antes de dar a palavra ao Sr. Deputado que vai intervir, anunciaria os tempos disponíveis.

(Eram 15:00 horas)

- Governo dispõe de 1h 50m e 5s.
- Partido Social Democrata dispõe de 2h 33m e 5s.
- Partido Socialista dispõe de 1h 38m e 10s.
- Partido Comunista Português dispõe 22m e 30s.
- Centro Democrático Social/Partido Popular dispõe de 7m e 11s.
- Deputado Independente dispõe de 15m.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No momento em que nos defrontamos com a aprovação do Plano e Orçamento do Governo Regional para o ano de 1994, vemo-nos forçados a constatar que estes documentos no que diz respeito à Ilha das Flores, não correspondem minimamente às expectativas do nosso Povo, tendo em conta que mais de metade da verba orçada para esta Ilha se destina a pagamento de obras já efectuadas no porto e aeroporto. Restam-nos uma insignificante quantia que nem perto nem de longe responde minimamente ao necessário desenvolvimento progressivo da Ilha das Flores.

Se a esta situação juntarmos outros factos a que este Plano é alheio, facilmente chegamos à conclusão de que esta Ilha vai mergulhar num período não só de graves dificuldades financeiras, mas infelizmente de profundo retrocesso. Refiro-me ao encerramento da Rádio Naval, da Base Francesa e agora à tentativa da parte da ANA-EP em abandonar o aeroporto das Flores.

Estes factores como é bom de ver em si mesmos, numa Ilha pequena como a nossa, concorrerão para um abaixamento grave na economia da Ilha das Flores, já de si bastante débil.

Notamos em primeiro lugar que em relação ao Plano para o ano de 94 a verba orçada para as Flores, só é inferior nas Ilhas do Corvo e da Graciosa.

Por exemplo perguntamos nós o que se poderá fazer com 10 000 contos destinados a reabilitação de estradas regionais, quando as mesmas na Ilha das Flores em muitos lugares apresentam neste momento o aspecto de ribeiras.

Quanto à verba do turismo de 45.500 contos, não dá para nem cobrir a dívida ao empreiteiro resultante da construção da Siturflor nem tão pouco para concluir a obra. É também ocasião de lembrar a promessa feita por este Governo em 1990 de um posto de Turismo para aquela Ilha, promessa essa até hoje não cumprida.

E que dizer do desperdício de uma oportunidade única como a verificada com a presença da empresa Somague na Ilha das Flores a qual, em nossa opinião devia ser aproveitada neste momento para a reparação dos portos de pesca de Ponta Delgada, Fajã Grande e Santa Cruz. Tudo isto foi totalmente esquecido neste Plano.

Gostaríamos de terminar esta curta intervenção, chamando a atenção desta Câmara e do Governo para a política seguida no que diz respeito à energia para a Ilha das Flores. Sabe este Governo que havia propostas neste campo? Ou seja, fazer o reforço do caudal da Central Hidroeléctrica da Fazenda de Santa Cruz e o aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira Grande havendo, mesmo já projectos aprovados para serem comparticipados pela União Europeia? Permitimo-nos interrogar este Governo acerca da sua intenção neste momento no que se refere às promessas acima referidas, ou seja, quanto ao aproveitamento hidro-eléctrico da Ilha das Flores, uma vez que a dotação para o ano de 1994 é de apenas 1.500 contos. Esta verba é manifestamente



insuficiente e não garante a realização deste empreendimento que é vital para o desenvolvimento económico da Ilha das Flores.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. José Maria Bairos.

(Pausa)

Se o Sr. Deputado José Maria Bairos não se importasse, daria a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego Comércio, Indústria e Energia a fim de poder prestar alguns esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado, uma vez que levantou aqui uma questão relacionada com a componente energética em relação à Ilha das Flores.

Com efeito, o Sr. Deputado sabe melhor do que ninguém, quais os estudos que foram feitos em relação ao aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira Grande e do reforço do aproveitamento da Ribeira Além da Fazenda na Ilha das Flores.

Foram feitos diversos estudos, alguns em contradição aos outros no que diz respeito em termos de custos. Por isso, devo-lhe dizer que eram diferenças entre meio milhão e um milhão e meio de contos, por exemplo.

O Sr. Deputado sabe bem, o que isso implicaria em termos de esforço financeiro em face de algumas questões que se levantava em relação a estes valores.

Contudo, também em função de toda a evolução que a componente energética tem tido na Ilha das Flores, sobretudo com a passagem da Federação de Municípios e a integração da mesma na EDA, bem como do sistema electroprodutor da Ilha do Corvo, isso vai implicar um esforço financeiro e que anda na ordem dos 850 mil contos para a própria EDA, entre os anos de 1995 e 1998.

Tem se feito um esforço que está, praticamente, concluído para a integração plena da Federação de Municípios já agora em Janeiro e para a assinatura do respectivo protocolo de transferência. Logo de seguida, há todo um plano de investimentos delineado e projectado entre 95 e 98 para, cabalmente, se concretizarem ou não esses investimentos de acordo com as prioridades que são necessárias, sobretudo a nível da melhoria do sistema de produção de energia da própria Ilha das Flores.

Houve a necessidade - e esta é que a verdade - de se rever todo esse processo, porque os elementos técnicos não eram, suficientemente, esclarecedores dos estudos que foram feitos - porque entretanto e V. Ex.<sup>a</sup> sabe - o Programa VALOREN acabou naquela fase.

Portanto, o que disse aí não é correcto de que os estudos estavam...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu já termino.

...aprovados pela própria Comunidade.

A maior das prioridades era, de facto, - nomeadamente os Srs. Deputados da sua bancada e o Sr. já levantou esta questão aqui - a integração da Federação dos Municípios na EDA, processo esse que está concluído e no próximo mês de Janeiro vai-se proceder à sua transferência efectiva e aí necessitar-se-á de fazer uma série de investimentos de fundo, para reestruturar todo o sistema electroprodutor da Ilha das Flores e paralelamente avançar-se ou não com esses dois empreendimentos de acordo com a ordem de prioridades.

Penso que com isto e em função da questão que levantou e que não é nova nesta Câmara, deverei ter procedido aqui ao esclarecimento que seria desejável ao Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para pedir esclarecimentos.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Como todos nós sabemos, a EDA vai passar a ter a concessão do serviço público de electricidade na Ilha das Flores no início do próximo ano.

Realmente o Sr. Secretário deu uma explicação, mas eu fiquei sem saber se os projectos para o aproveitamento hídrico da Ilha das Flores continuam equacionados ou se foram pura e simplesmente esquecidos? Isto, porque no Ante-Período Legislativo de Setembro de 91, no Relatório da Comissão de Finanças e Planeamento, dizia assim:

“Quanto aos recursos energéticos a Comissão foi informada pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que já foi entregue em finais de Agosto o Projecto de reforço do caudal da Central Hidroeléctrica da Fazenda da Ilha das Flores, cujas obras se prevêem, estejam concluídas em Junho de 1992, estando orçadas em 156 mil contos.

Relativamente ao aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores, o projecto está em fase de conclusão, e a estimativa do mesmo é de 209 mil contos na 1.<sup>a</sup> fase. Qualquer um dos projectos acima referidos foram incluídos no Programa VALOREN, e já foram aprovados para participação pela CEE...”. Isto em 1991.

O Sr. Secretário deve ter conhecimento disto , visto que V. Ex.<sup>a</sup> era Relator desta Comissão e é que fez este Relatório.

Portanto, estamos em 93 e nada disto foi concretizado.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Obviamente que estou a referir-me a uma realidade de momento e o Relatório a que o Sr. Deputado faz alusão, evidentemente que não refere nada em relação ao processo de transferência da Federação dos Municípios para a EDA.

É um processo que posteriormente teve a sua evolução, inclusivamente mereceu interesse dos Srs. Deputados, e que algumas vezes nesta Câmara, fizeram algumas perguntas ao Governo sobre a matéria.

Em face do mesmo, entendeu-se e foi notório depois, em termos de prioridade, que se avançasse com a questão de integração da Federação dos Municípios na EDA.

Não foi um processo fácil, felizmente que está praticamente concluído e no decorrer do mesmo, houve a necessidade de se rever toda a componente de estudos levados a cabo em relação a esses dois empreendimentos. Nesse refazer, chegou-se à conclusão que os preços presentes - e eu tenho aqui uma informação que depois poderei ceder-lhe em pormenor - revelavam ser cerca do dobro da iniciativa inicial. Quero com isto dizer, que este cerca do dobro aponta para valores acima de um milhão de contos e entre investir acima de um milhão de contos e proceder, inclusivamente, ao processo de transferência da Federação de Municípios na EDA, obviamente que houve que tomar opções em termos de prioridades.

Essas opções estão tomadas e não foram postas de parte esses dois empreendimentos, visto que estão considerados no plano de investimentos da EDA entre 95/98 e que devo-lhe dizer que apontam para valores da ordem dos 850 mil contos.

De qualquer modo, não estão postos de parte esses investimentos, no entanto houve necessidade de aferir prioridades e essas mesmas centraram-se, exclusivamente, agora na integração da Federação de Municípios das Flores na EDA.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: É um processo que de alguma forma não é fácil, por isso há a necessidade de se fazer uma série de investimentos em termos do próprio sistema produtor que já estão equacionados e que vão ser levados a cabo em primeira linha.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Encontra-se reunido o plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para proceder à discussão e aprovação do Plano e Orçamento para o ano de 1994, documentos estes que espelham a política orçamental e de investimento para as ilhas da Região para o próximo ano.

A crise que assolou a Europa, o País e a Região no ano de 1993 e que tantos problemas trouxe à vida económica das empresas regionais, reflectindo-se muito mais nas ilhas pequenas, exigia que o Governo tivesse a coragem de levar avante um plano de recuperação económica, o qual consignasse verbas suficientes para os

pagamentos em atraso, mas também o arranque de obras de grande importância económica e social para todas as ilhas e que devido às restrições financeiras do ano de 1993, ou estavam suspensas ou tinham baixado o seu ritmo de execução.

Sr. Presidente, Sras.. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano, no que se refere a Santa Maria, irá em primeiro lugar, permitir acelerar e acabar as obras do Centro de Saúde de Vila do Porto e a reabilitação em curso das estradas regionais da Ilha, no primeiro caso contribuindo para que a saúde em Santa Maria disponha de uma infraestrutura moderna e adequada às necessidades actuais.

Muito mais haveria que considerar neste documento para que fosse possível ultrapassar algumas necessidades em termos de infraestruturas que a ilha de Santa Maria necessita, merece e tem direito.

O Centro de Terceira Idade é uma dela se tivermos em conta que grande número de idosos se encontram no actual Centro de Saúde, situação que não poderá manter-se após a transferência dos serviços para o novo Centro de Saúde. Acresce o facto de haver inúmeros idosos com falta de apoio e convívio entre pessoas cujos problemas e necessidades são comuns.

A problemática da 3.<sup>a</sup> Idade na Ilha de Santa Maria é um assunto preocupante e que deve merecer a atenção do Governo, o qual em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, deve envidar esforços para que o Centro de Terceira Idade seja uma realidade a curto prazo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A obra de consolidação do Porto de Vila do Porto é uma obra de extrema necessidade, para que sejam em tempo útil, evitados estragos irremediáveis numa infraestrutura que é a base do desenvolvimento da ilha, cujo projecto já existe, há que orçamentar verbas para que no mais curto espaço de tempo se concretize esta obra.

A Juventude é uma área que preocupa todos os responsáveis marienses, porque não vislumbramos a criação de postos de trabalho a curto prazo, sendo a solução actual dos nossos jovens à procura de emprego noutras ilhas, ficando Santa Maria mais pobre em termos humanos e avançando para a desertificação.

Há que apostar, como medida intermédia, na instalação de uma delegação do Centro de Emprego na ilha, com funções mais alargadas, abrangendo a formação

profissional, as oportunidades de emprego, informação sobre os programas para jovens empresários, etc., de forma a que os jovens possam ser informados e sensibilizados para as diversas áreas de emprego e programas a eles dirigidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Zona Franca de Santa Maria foi um projecto que apostava na dinamização da economia na Ilha de Santa Maria.

Todo o seu processo foi algo atribulado, confuso e muito politizado.

Há que, com coragem, estudar a sua viabilidade ou não como projecto de natureza económica e actuar em conformidade com os resultados do estudo.

Não é possível continuar a ter uma infraestrutura de grande valor como esta, sem utilidade prática, quando há investidores locais que querem investir nas áreas da indústria e comércio, não o fazendo por não existir em Santa Maria um parque industrial.

Todo o edifício legislativo da Zona Franca de Santa Maria, está criado, devendo-se em 1994 retomar a sua divulgação junto dos potenciais investidores e tirar conclusões da sua aderência ou não a um projecto desta natureza que, repito, é de grande importância para a Ilha de Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outras duas obras de grande importância são a construção dos polivalentes de Santa Bárbara e Almagreira cujos projectos estão na sua fase final, aguardando aprovação das entidades competentes.

Estas infraestruturas irão permitir que os diversos grupos culturais e recreativos disponham de espaços dignos e adequados à ocupação de tempos livres dos jovens locais.

É fácil verificar que este plano para ser o ideal para Santa Maria, as verbas nele consignadas são insuficientes, mas estamos cientes das dificuldades económicas e da necessidade de repartir os recursos pelas nove ilhas dos Açores.

Esperemos que a recuperação económica seja uma realidade e que nos próximos Planos o Governo atribua a Santa Maria verbas mais substanciais para se levar a cabo as obras que os marienses têm direito a verem executadas para poderem enfrentar o futuro com mais esperança.

Pela minha parte vou continuar a reivindicar maior investimento para a ilha, estando convencido que o Governo irá apoiar este meu desiderato.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como no debate de todos os Planos e Orçamentos em que participei como Deputado Regional, quero fazer algumas considerações relativas ao círculo eleitoral que me elegeu e que tem a ver com os documentos que estamos a apreciar.

Em primeiro lugar e relativamente às Flores, mantêm-se orçamentadas para 1994, verbas relativas a obras já executadas; assim, o Programa 15 está contemplado com 200 000 contos para o aeroporto das Flores e o Programa 23 com 10 000 contos para o Convento de São Boaventura. Pela nossa parte não contestamos qualquer daquelas obras, antes pelo contrário regozijamo-nos com as obras executadas e com a sua conclusão. O que queremos chamar a atenção é que a verba desagregada para as Flores, refere-se não apenas a investimentos em obras em curso ou a lançar, mas também há uma parte substancial referente a obras já concluídas.

Outro aspecto que também desejo referir, é o facto de terem sido inscritas verbas em planos anteriores, para projectos e acções nunca iniciados ou iniciados e não concluídos, e que continuam a não ser mencionados no actual Plano; assim, na proposta de Plano para 91, apresentada pelo Governo Regional de então a páginas 92 podia ler-se e cito: “a conclusão do estudo técnico-económico sobre a utilização dos recursos hídricos da Ilha das Flores, com financiamento do VALOREN” acontece que desse estudo técnico-económico, até ao momento, não resultou o lançamento de qualquer obra tendente ao aproveitamento dos recursos hídricos da ilha. Todos já reconheceram também que para a ilha é fundamental fazer-se o aproveitamento dos seus recursos hídricos, os quais não estão a ser aproveitados em toda a sua plenitude, ou seja, continuamos hoje nas Flores a utilizar os recursos hídricos que já se utilizavam no início da Autonomia. Será pertinente que o Governo Regional explique

os resultados práticos do estudo técnico-económico efectuado. Aliás, ainda há pouco o Sr. Secretário Regional referiu-se a este assunto. Nós, pela nossa parte consideramos que efectivamente há uma grande urgência - estamos de acordo com a integração como é evidente - para que se avance no sentido do melhor aproveitamento hídrico da ilha e numa diminuição dos combustíveis tradicionais.

Mas, há outros exemplos. No anexo ao Plano 89/92 mencionava-se a páginas 7, acções e restauro na “Fábrica da Baleia de Santa Cruz das Flores” as quais, de facto, foram iniciadas, nunca terminaram e deixaram de constar do Plano.

É evidente que as acções e os projectos iniciados e ou projectados, em nosso entender, deveriam ter continuidade, de modo a que os recursos financeiros já utilizados, sejam respeitados e não tenham sido pura e simplesmente desbaratados.

Nesta Proposta de Plano, existem também verbas orçamentadas cuja utilização tem de ser feita de modo a que corresponda a obra bem feita; vamos exemplificar. Estão orçamentados para caminhos rurais 14 000 contos, o que para as necessidades existentes a verba é diminuta. Mas, pior que isso, é que os caminhos rurais nas Flores continuam a ser quase todos em terra batida, de modo que as vias são frequentemente destruídas sempre que existam chuvas abundantes; depois ou ficam intransitáveis ou dispendem-se verbas avultadas na sua manutenção. Consideramos que, no caso da Ilha das Flores devido à configuração do terreno e ao índice pluviométrico, a política terá de ser outra - é fundamental que as estradas rurais e de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias sejam consolidadas e asfaltadas de modo que possam resistir às intempéries e ser utilizadas durante todo o ano; só assim, elas servirão os interesses da Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também nesta proposta de Plano estão desagregadas verbas para as Flores cuja pequenez aflige-nos assim, numa ilha onde o sector primário é fundamental e onde a agro-pecuária predominante, o que se irá fazer com um milhão de escudos em melhoramento animal? Valerá a pena lembrar que para além de naquela Ilha apenas a Região ter serviço de inseminação artificial, existe legislação nacional recente, relativa à identificação animal, que tem que ser executada, para já não falarmos das questões relativas a livros geneológicos que são utilizados também como verbas



adstritas a esta acções e, numa altura em que se prevê a abertura e início de funcionamento da nova fábrica de lacticínios não se vai iniciar qualquer acção relativa a contraste leiteiro?

Muitos outros exemplos de exiguidade de verbas relativas a muitas acções podiam ser dados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na actual proposta de Plano volta a ser mencionada a obra do matadouro das Flores e, dizemos “volta” porque não é esta a primeira vez que aquela infraestrutura é referida em propostas de Plano. Resta-nos aguardar e esperar que seja desta vez que ele seja finalmente construído porque é imprescindível, mas é fundamental que o novo matadouro seja construído conforme as normas que a Comunidade determina e de acordo com os parâmetros técnicos, higiénicos e de salubridade que se impõem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta proposta de Plano não estão contempladas infraestruturas ainda fundamentais para o progresso e o desenvolvimento das Flores. Já por muitas e diversas vezes as referimos. Ainda quando não há muito tempo se analisou o PMP 93/96, referi-me a elas detalhadamente, pelo que me escuso de voltar a repetir o que então disse.

Em conclusão e em nosso entender consideramos que não é ainda com esta proposta de Plano que se dará resposta às aspirações da população das Flores e às necessidades existentes na ilha, no sentido de aí poder construir-se um futuro melhor para todos, de progresso e desenvolvimento, capaz de contribuir para fixar na ilha a sua população, criando-lhe as condições necessárias para terem uma cada melhor qualidade de vida.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do Plano a Médio Prazo, os documentos que estamos a apreciar são reincidentes numa espécie de ciência de oculto, a que se associa a arte de desinformação da concentração dos programas do planeamento, da significativa omissão das acções dos projectos, e, por essa e por outras vias, das referências e meios de fiscalização da sua execução passada e futura.

Sabemos, agora, que este Governo, que não consultou parceiros sociais e autarquias para a elaboração destes documentos, assinou com o Governo da República a cláusula 7 do seu Protocolo Financeiro, que fez substituir aquelas entidades e o parlamento regional pela vontade e pela fiscalização da República.

Cornupetamente - se me permitem a expressão metafórica - o Governo Regional e o PSD parecem deformadamente convencidos que uma técnica iludente da oposição e a circunstância de, sistematicamente, lhe ocultar elementos reveladores das suas intenções e do “estado da região”, constituem os ingredientes da arte de “bem governar”, transformando assim a iniciativa política e a administração das coisas num mero exercício de deleite e futilidade competitiva, em que ganha o que melhor ludibriou e perde o que não conseguiu deixar de ser enganado. E assim que, com facilidade, a nossa política se descentra da noção e da execução do serviço e do interesse públicos, para se estabelecer em pântanos argumentativos e jogos de poder.

Também por isso, é legítimo à oposição recorrer muitas vezes à atitude intuitiva e previdente - e não pessimista, como alguns dizem - de, seriamente, contraditar as previsões da nossa oficialidade política, duvidando do valor da sua palavra e da sua acção. Assim foi quando em 1992 denunciámos a instalação a todo o instante de um verdadeiro regime de hipoteca político-financeira dos Açores, quando o Governo empreendeu um selvático e irresponsável desmando dos recursos financeiros de que dispunha e não dispunha, para mascarar uma crise em tempo pré-eleitoral. Assim foi no decurso da análise que fizemos à Proposta de Plano para 1993 e à sua revisão. Assim é neste Plano e Orçamento em que ainda inalamos a proposta fraudulenta de chamar o passado pelo nome do futuro, ou seja, quando se orça e se planeiam acções com a consciência dissimulada que uma coisa não se distingue necessariamente a outra, quando se planeia para 94 o que não se fará em 94, já se fez em 93, ou só se fará muito mais tarde.

Igualmente ao nível da contenção de certas despesas, que crédito nos podem merecer as intenções deste Governo? Nenhum! Que outro rigor e contenção se espera em 1994, que já não tenha sido anunciado com o mesmo piedoso ênfase de anos atrás? Não afirmou o Governo Regional em 1991, que “as despesas correntes estavam

controladas e que iriam diminuir em 1992 e 1993” e que “a dívida pública iria diminuir”?!

Se exceptuarmos velhas e gastas declarações de intenções, que também preambularam outros debates de orçamentos e planos, verificamos que as despesas correntes para este ano voltam a aumentar para além do que se reportam a aumentos salariais previstos na administração pública, contrariando o publicitário crescimento zero, e que este Orçamento regional não contém nenhum conjunto de normas específicas inovatoriamente reguladoras da matéria, reproduzindo, no seu artigo 7.º, com a mesma formalidade indiferente e descuidade, o que sempre disse e não fez nos outros orçamentos. A não ser, naturalmente, que o estabelecimento dessas normas específicas, sejam matéria integrante do Anexo decreto do Acordo Financeiro elaborado com o Governo da República.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É bem provável!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atingimos as fronteiras mais perigosas dos limites do nosso endividamento. Em consequência, emparceiramos com a Região Autónoma da Madeira, num regime, imposto pelo credor central de autonomia condicionada. Em concomitância,...

Deputado Francisco Sousa (PS): É assim que vocês aprendem!

O Orador: ... não nos libertámos da nossa impreparação competitiva, vivemos uma crise económico-empresarial instalada e um crescendo estrutural de desconfiança e insatisfação social.

Toda esta situação decorre numa Região que tem sido altamente subsidiada, muito particularmente pelos apoios comunitários, em dezenas de milhões de contos por ano.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Comparticipados!

O Orador: Em 1990 e 1991, por exemplo, para além do que desperdiçamos,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Olhe que não!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Veja a taxa de desemprego!

O Orador: ... tivemos acesso, só por conta do Fundo Social Europeu e do FEDER, a 23 milhões de contos. Só ao abrigo desses fundos cada açoriano recebeu mais de 90 mil contos nesses dois anos. Apesar de tudo isso, os Açores estão longe do conjunto

das regiões europeias que, beneficiando desses apoios, mais se desenvolveram na última década, ao contrário de outras regiões insulares, como é o caso das Canárias.

O Orador: Apesar de tudo isso, - é um estudo oficial que diz isso - continuamos com um nível equivalente a “metade do rendimento médio nacional e a quase um terço do rendimento médio de um europeu”. Nos próximos seis anos, só à conta do Plano de Desenvolvimento Regional, o apoio comunitário ascenderá a cerca de 5.500 contos por dia, para além do apoio previsto e possível de muitos outros programas.

Estes números são tão tranquilizadores quanto angustiantes, porque, se, mais do que nunca se impõe uma serena e ajuizada ponderação sobre o que melhor devemos fazer com eles, desperta-se a prazo já a dúvida sobre o que, dentro de seis anos, faremos sem eles. Era para responder positivamente a esse desafio que se justificava que tivéssemos optado, estrategicamente, por uma via complementar de receitas de recurso ao endividamento. Afinal, fizeram-no, para pagar os desregramentos pré-eleitorais de 92, a luxúria auto-publicitária e os crimes de responsabilidade cometidos por membros do governo na execução do orçamento regional, que lhes valeram, injustamente, o indulto da vontade popular.

Agora, um ano depois, o balanço governativo tem um diagnóstico unânime, desde a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores às associações sindicais: o PSD e o Governo, ameaçados em vésperas de eleições, dispararam com todas as armas em todas as direcções...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): E abatemos a passarada!

O Orador: ... soerguendo-se a custo sobre a agonia da Região: “antes uma, duas, três, cinquenta empresas à beira da falência, antes uma região ingovernável, do que um PSD sem Governo. E quando um governante tiver vergonha de não pagar a quem deve, que se demita, porque dever ao cidadão, à empresa ou ao banco, não interessa quanto ou a quem, criar uma relação de chantagem e dependência, é continuar no poder.

Não admira pois, que, sobre a melhor das formas de administração dos Açores, o regime de auto-governo, paire um vago temor de inviabilidade, como se o

arquipélago, pela súbita redescoberta da sua má administração, se tivesse transformado numa grande “Caixa Económica Açoriana”.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo Regional não pode, honestamente, estar satisfeito com a obra feita, mesmo que nestas últimas eleições autárquicas se tenha sentido indultado.

Ao fim de dezassete anos de governo próprio ninguém esperava que os Açores tivessem resolvido todos os seus problemas, mas, poucos, muito poucos, talvez apenas os que nunca acreditaram num regime autónómico esperariam que os seus principais condutores o destinassem às actuais formas de descrença e descontentamento. É uma urgência - continua a sê-la - que, no quadro das possibilidades de alternância política na Região, ou na consciência dela, se inverta tão perigoso percurso.

Em todos os sectores vão emergindo novos problemas, alguns deles constituindo elementos de um diagnóstico de crise nunca antes elaborado. É o caso, entre outros, das recentes perturbações no mercado de trabalho na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em toda a década de oitenta o comportamento dos dados relativos ao desemprego nos Açores revelou-se despreocupadamente residual, observando-se, segundo os dados oficiais publicados, um crescimento em média de 1,8%, chegando-se a 1992, com uma taxa que teria sido da ordem dos 3,6%.

Para isso, se é verdade que contribuiu o número de empregos criados, deve-se ter também em conta que se mantiveram níveis significativos de fluxos emigratórios e de decréscimo da população residente, para além de se ter mantido um nível ainda elevado de oferta no mercado de trabalho nos sectores da Administração Pública, Saúde e Educação, muitas vezes mais com o intuito de observar movimentos de procura - mais com esse intuito - do que respondendo a necessidades estruturais de pessoal nesses sectores.

A progressão mais recente do desemprego na Região indicia, porém, uma tendência de agravamento sustentado e um ritmo claramente diferente, caminhando-se rapidamente para uma situação que pode vir a ser caracterizável como de

“desemprego estrutural”. O objectivo recentemente publicitado, pelo Secretário Regional que tutela o Emprego, de criação em 1994 de dois mil postos de trabalho é audacioso - e é generoso - mas, em nossa opinião, dificilmente atingível, porque, na melhor das perspectivas poderá ocorrer uma regularização de certas actividades económicas e empresariais, mas, só em casos absolutamente excepcionais, uma retoma significativa do investimento privado mobilizadora de uma tal oferta de emprego. A não ser, naturalmente, que o Governo assuma de novo na Região o papel de melhor empregador, com repetidas e discutíveis consequências. Porém, não deverá ser essa a orientação seguida e tememos, mesmo que, na execução da Cláusula 4 do Protocolo Financeiro com o Governo da República, o Governo obrigue as administrações das empresas públicas regionais à adopção de fortes vagas de despedimentos.

Embora as flutuações do mercado de emprego nos Açores não estejam sujeitas aos grandes impactos dos ambientes de recessão de economias com maior suporte no sector secundário, nem às consequências imediatas da introdução de inovações tecnológicas em determinados tipos e dimensões de empresas conforme acontece em outras economias, não obstante o fortíssimo peso na estrutura social do emprego de todo o sector público empresarial, de obras públicas e de serviços, não nos faltam já motivos para que se tome em atenção a deterioração real da situação do emprego, e, “a montante”, da crise do nosso frágil tecido empresarial privado. O agravamento das taxas de desemprego na Região tem, assim, uma principal componente endógena, e, só por desmoderado juízo canhestro, elaborado à margem do conhecimento dos movimentos sectoriais de desemprego, se poderiam invocar surpreendentes causas externas ou comparações com outros países e economias em crise.

Pelas razões, entre outras, que acabei de mencionar, a situação dos desempregados nos espaços que nos são concomitantes é, ainda, crescentemente negativa. Na Comunidade Europeia, perderam-se nestes últimos dois anos todos os empregos que se haviam criado na última década. Prevê-se que o desemprego na Comunidade atinja cerca de 12 % da população activa, com países em sérias dificuldades, colocando todo o sistema de segurança social em clima de rotura. No nosso país, o déficite da segurança social em 1993 poderá ser superior a 100 milhões de contos, com os

Açores a contribuírem com quase 10% desse valor, e, acumulam-se as dívidas das empresas à segurança social, as quais, actualmente, estimam-se em mais de 300 milhões de contos, incluindo número significativo de empresas açorianas, estimando em quase 10% das localmente contribuintes.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não é verdade!

O Orador: De acordo com o Relatório do Orçamento do Estado para este ano, é possível verificar que o déficit da segurança social nos Açores tem evoluído negativamente pelo menos nos últimos três anos, tendo sido superior a oito milhões de contos em 1992, estimando-se em nove milhões em 1993 e prevendo-se que possa ultrapassar os dez milhões em 1994, valores, aliás, sempre superiores ao da nossa vizinha Região Autónoma da Madeira. Não se pode dizer, naturalmente, que este déficit imputado pelo Governo Cavaco Silva à segurança social dos Açores, que se refere essencialmente às pensões do regime geral, ou seja, em bom rigor técnico. Mas, a verdade é que esses valores são descritos no Orçamento de Estado e documentam, ainda que academisticamente, um aspecto da evolução do sector.

Os dados oficiais do nosso mercado de trabalho relativos ao segundo semestre deste ano revelaram um acréscimo do desemprego na Região da ordem dos 9,3% face ao trimestre anterior, isto é, em relação ao valor do trimestre anterior. Não é tranquilizante saber-se que em cada um dos dias dos meses de Abril, Maio e Junho, mais cinco açorianos se acharam na situação de desemprego. A esmagadora maioria dos desempregados perderam emprego e encontraram-se à procura de novo emprego, o que não deixa de ser um indicador analítico da nossa economia, e, quase um quarto do tipo de contratados por conta de outrém tinham contratos não permanentes.

No terceiro trimestre deste ano, todos esses indicadores voltaram a acentuar-se, observando-se novo aumento da taxa de desemprego na ordem dos 1,8% face ao trimestre anterior, o que projecta a evolução da taxa de desemprego nos Açores, se se mantiverem as actuais tendências, para valores que poderão ser próximos ou mesmo superiores aos 8% no final do primeiro trimestre do próximo ano. Sei que não são estas as expectativas do Governo - e, oxalá que tudo corra bem - mas deixo aqui o registo de três elementos estatísticos que justificam a minha preocupação.

No fim do mês de Setembro de 1992, os Centros de Emprego dos Açores tinham 3938 pedidos de emprego. Decorrido um ano, esse número agravou-se em 28,7%.

Ao longo dos primeiros nove meses do corrente ano, só 17,4% dos pedidos de emprego nos três Centros dos Açores foram satisfeitos através de colocações.

Neste último mês de Setembro, segundo a estatística mensal do Instituto de Emprego e Formação Profissional, entraram ao longo do mês 905 pedidos de emprego (apenas onze deles correspondiam a pessoas empregadas e que desejavam mudar de emprego) e só 66 desempregados alcançaram colocação nesse período.

Cai, assim, por base, a ainda recente previsão do Governo Regional no Plano a Médio Prazo em vigor de que não se observariam pressões na procura no mercado de trabalho. Infelizmente. Ou seja, contra a corrente do discurso do optimismo officioso já estão as próprias estatísticas oficiais, denunciando que atrás da crise outra crise virá.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Não é isso que se verificou nos resultados eleitorais!

O Orador: Por isso, a resposta do Governo não pode continuar a ser a aposta em iniciativas que só iludem temporariamente a estatística, espalham a precaridade, mantêm níveis inqualificados de mão de obra e consomem importantes recursos financeiros. É necessário que se reforcem iniciativas, para além das directamente influentes na situação das empresas e na criação de postos de trabalho seguros, especialmente dirigidas aos jovens e desempregados de longa duração, numa colaboração coordenada dos Serviços de Emprego, Autarquias Locais, das associações patronais e sindicais. É necessário um programa mobilizador de combate ao desemprego, plenamente integrado nas potencialidades da oferta do mercado e na renovação das nossas estruturas empresariais e, também, assente num poderoso investimento de formação profissional dirigido ao emprego e não fomentador de desemprego de qualificados. É necessário corrigir alguns programas que se encontram em vigor: por exemplo, é urgente elaborar outro quadro de apoio às chamadas Iniciativas Locais de Emprego, cujos montantes de apoios financeiros, desfasamentos na sua concessão, deficiente e superficial avaliação de viabilidade dos investimentos e do seu acompanhamento têm comprometido muitas dessas iniciativas



que, ora se constituem como um subempresariado dependente do Governo, ora atingem velozmente a falência, como já foi justamente salientado num recente encontro de avaliação dessas iniciativas.

O anúncio da discussão no Conselho do Governo de um Plano de “saneamento das pequenas e médias empresas” afectadas pela crise económica e pelo incumprimento de compromissos e apoios governamentais, é, por nós, recebido com inteira aprovação, restando, obviamente, saber se a natureza das medidas a adoptar obedecerá ao imperativo da projecção das suas consequências a médio prazo e não à simples resolução conjuntural de insolvabilidades empresariais que são estruturais.

As dotações do Plano para 1994, nas áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, configuram uma posição, relativamente à dotação global do Plano, de 1,2%. Essa posição, é superior às que obteve nos Planos Inicial e Revisto para 1993, mas, o que neste como em outros sectores do planeamento esteve, está e poderá continuar a estar em causa, não são os montantes financeiros nem a generosidade discursiva do planeamento, mas sim o melhor aproveitamento daqueles e a melhor execução deste.

Termino, salientando que, a temática do desemprego, ao contrário do que desejávamos e também ao contrário do que o Governo, caturramente, ainda quer escamotear, incorporou-se já, solidamente, no discursos dos nossos problemas políticos e de governo. De uma ou de outra forma, sem hesitações sobre a priorização do seu tratamento, devemos assentar num domínio perceptivo que tenha em presença que os custos sociais e financeiros do desemprego são estrategicamente mais onerosos do que o financiamento directo ou indirecto do emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda, uma última palavra, que associo à recente ambiência criada à volta dos problemas de relacionamento entre o Governo central e o regional.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Agora está tudo bem!

O Orador: Subitamente, como por magia, o que tem sido adjectivado entre a suspeição, a ingratidão e a maldade, tornou-se alvo de uma readjectivação euforicamente adorabunda do “cavaquismo” nos Açores.

Os açorianos, ainda mal refeitos do patetismo apelante à sua unidade contra o “tentáculo centralista” que Mota Amaral dias antes havia localizado no Banco de Portugal, a propósito da Caixa Económica Açoriana, viram-se confrontados com nova e estridente cambadela do Presidente do Governo Regional.

(Risos dos Deputado Jorge Cabral)

O Orador: Ele mesmo, entre as sopas da campanha eleitoral, depois de ver confirmada a sua nacionalidade portuguesa pelo Ministro Nogueira, bradava “voltamos aos bons e velhos tempos”, a respeito da solidariedade nacional.

Deputado Rui Melo (PSD): Vocês estão incomodados?!

O Orador: Fico estupefacto.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Oh César até parece que isto é um jantar!

O Orador: A que se deve tão imprevista revisão de opinião?

Localizei apenas em resposta para além do aumento de 2,3 milhões de contos no Orçamento do Estado, a aprovação de uma verba no Orçamento de Estado para pagamento de despesas da Universidade dos Açores.

Deduzi, pela euforia PSD quanto a este assunto, que, mais do que o montante financeiro esteve em causa uma verdadeira conquista política no domínio da corresponsabilização do Governo da República em certo tipo de despesas na Região. A ser assim, a mesma filosofia “solidária”, sem tirar nem pôr, há-de arrastar-se a outras escolas, hospitais, centros de saúde, museus, bibliotecas, até ao controle da aplicação na região pelo Governo da República de sistemas de incentivos financeiros, de apoio ao comércio e à indústria, etc, etc..

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Ainda agora reclamaram que estávamos na Madeira!

O Orador: Daí ao protocolo financeiro, foi um instante. Sendo assim de cláusula em cláusula, em pagamento da sua subordinação, em ressarcimento da sua capitulação, em consequência da sua irresponsabilidade, o Governo Regional toma a mais

importante decisão, desde a sua investidura em 1976 entrega a governação dos Açores a outrém para manter a ilusória titularidade de um poder que renegou.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Mas o PS não deixa!

O Orador: É o resultado simples do que, polidamente, se pode chamar a chantagem protocolar do Governo da República.

A ser assim, mota amaral tinha toda a razão: “voltamos aos velhos tempos”!

(Risos da bancada do PS)

Se eram bons, ele lá sabe, já que estes tempos eram os tempos em que ele era Deputado à Assembleia Nacional. é que, certamente, ele não se referia a uma conhecida teoria que alimentou o africanismo europeu do último quarto do século passado, que, numa alegoria hipócrita, confundia solidariedade e obrigação patriótica com “ocupação efectiva”.

A ver vamos.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu não quero ver!

O Orador: Para já, na sequência das eleições autárquicas, o inefável dirigente nacional do PSD Ângelo Correia...

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

afirmou que Cavaco silva se tornou prisioneiro de Mota Amaral - mesmo que assim não fosse triste Autonomia esta, quando a solidariedade continuar a depender de um carcereiro!

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

Presidente: O Sr. Secretário da Juventude pede a palavra para?

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Para um prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dar alguns esclarecimentos relativamente a algumas questões levantadas nesta Câmara, pelo Sr. Deputado Carlos César, referentes à área do emprego.

Gostaria até de ter mais tempo, mas se não for possível esclarecê-lo à primeira vez, certamente terei oportunidade de esclarecer à segunda ou à terceira e, se não for à terceira ou à quarta, espero ter tempo noutra fórum, para lhe poder dar algumas explicações sobre o modo como interpreta a evolução do mercado do emprego na Região.

Com efeito, parece-me que nestas questões não se pode deambular como um especialista de momento, nas questões ambientais, como um especialista temporário das questões políticas, como um especialista “fast food” em questões do emprego.

Penso que há necessidade de nos deixarmos de interpretar esta matéria, dum forma muito rápida, e quaisquer informações que alguém possa ter feito chegar, em termos estatísticos e ter a possibilidade de estudá-las mais a fundo.

Quando V. Ex<sup>a</sup>. se refere ao mercado de emprego, fazendo comparações entre o que tem sido a evolução entre 1992/1993, esqueceu-se dum grande questão que é aquilo a que se chama “população residente” e “população activa”. E se nós tivemos um aumento de cerca de 1%, entre o 3.º trimestre de 1992 e o 3.º trimestre de 1993 - e não os números a que o Sr. Deputado aqui aludiu de uma forma artilosa e com uma certa habilidade - se tivermos em linha de conta essa situação e que a população activa entre 1992 e 1993 aumentou em cerca de 1500 pessoas nesta Região e ainda que o emprego se manteve a um nível estável, obviamente que esse diferencial nem é de 1%, mas sim bastante menos.

Nós todos sabemos, ao contrário de V. Ex<sup>a</sup>. e aos seus líderes a nível nacional, que o conceito europeu que se tem de pleno emprego, é tudo o que se situa abaixo de 4%. Felizmente, temos tido sempre esses valores aqui na Região, de há algum tempo para cá e mercê de toda uma situação conjuntural, esses valores efectivamente aumentaram e não se tem feito nenhum segredo disso, pois os números estão à vista

de todos. Mas há que ver rigorosamente a Região que somos e é óbvio que tudo o que vá para além disso, é preocupação do Governo.

Aquilo que V. Ex<sup>a</sup>. referiu sobre alterações das “ILE’S” e não sei que mais, é uma maneira muito camuflada de dizer algo que não sabe e isso nem é a opinião das associações sindicais.

Ainda muito recentemente expusemos a todas as confederações sindicais e empresariais o que eram os programas de emprego e formação profissional nesta Região, e todos eles concordaram com eles e enalteceram o programa que o Governo tem nesta área, quer a nível das “ILE’S”, quer a nível dos “IMP’S”, quer a nível dos “POD’S”, dos “OTD’S”, etc. e outras coisas mais e, se V. Ex<sup>a</sup>. leu isso tudo, certamente terá obrigação de estar por dentro desses nomes.

Quanto aos nossos objectivos de 2 mil postos de trabalhos, Sr. Deputado, se tivesse tido algum cuidado, que não tem, prefere fazer alguns floriados políticos nesta Câmara, eu devo-lhe dizer que só no ano passado - quer com os programas de natureza ocupacional, quer de natureza de criação de postos de trabalho definitivos - foram criados nesta Região cerca de mil e 200 novos postos de trabalho. Se juntarmos a isto os projectos de investimento dos SIBR’s, dos SIMC’s, do SIFIT, etc., não se pode considerar ambicioso criar dois mil postos de trabalho anuais.

É óbvio que nós temos um discurso optimista, não é miserabilista nem pessimista como o de V. Ex<sup>a</sup>. ou por outra, só tem um discurso optimista perante resultados eleitorais que vos saem sempre furados. Esta é que é a verdade.

Por isso, não temos qualquer receio daqui a um ano, de vir dizer nesta Câmara se realmente conseguimos ou não as nossas metas, porque elas tem-se pautado por uma política realista de emprego e formação profissional e com a anuência dos parceiros sociais, que é aquilo que V. Ex<sup>a</sup>. não sabe como é que funciona nesta Região.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho que prestar nenhum esclarecimento, porque o Sr. Secretário também não mos pediu. Mas sempre lhe vou dizer umas coisas.

Olhe, se eu sou especialista em ambiente ou em emprego ou não sei quantos, V. Ex<sup>a</sup>. se quiser ir por aí, tem que percorrer todos os sectores da nossa vida política, pois eu já estou aqui há 13 anos, certamente que já falei de todos.

De resto, vejamos uma coisa: o Sr. é especialista em juventude?!

O Sr. é especialista em comércio?!

O Sr. é especialista em indústria?!

Por amor de Deus, o Sr. não é especialista em nada!! Portanto, o Sr. Secretário iniba-se de ter como único refúgio nas suas respostas, esse tipo de argumentação perante as outras pessoas!

O que esperava, eventualmente, que o Sr. Secretário - primeiro que portasse educadamente comigo - se limitasse a dizer aqui assim: “os números que o Sr. aí pôs não estão correctos. O número tal não é este, mas é este; o número tal não é este, mas é aquele”. E então eu dir-lhe-ia assim: “-Pronto, é porque as estatísticas que eu tenho, não são iguais às suas!”. E aí, nós íamos ver, página a página, assunto a assunto.

O Sr. Secretário não fez isso. V. Ex<sup>a</sup>. refugiou-se nessa argumentação que não prova nada nem deixa de provar, porque foi uma argumentação perfeitamente marginal, em relação àquilo que eu disse.

Em relação à questão das iniciativas locais de emprego, o Sr. Secretário com o seu ar de que ninguém percebe das coisas em que o Sr. é douto, designadamente estas que eu mencionei, (e há outras em que deve ser com certeza especialmente bem formado, mas que eu não vou aqui mencionar para não o desgostar!) eu devo dizer-lhe que as observações que fiz aqui sobre isso, correspondem de um modo geral às conclusões de um encontro que a sua própria Secretaria - e julgo que até já o Sr. como Secretário, mas se não, foi recente - promoveu, de avaliação das iniciativas locais de emprego e grossomodo, aquilo que eu disse aqui, corresponde à avaliação feita pelos próprios técnicos da sua Secretaria, sobre essas iniciativas!

Portanto, não pode vir aqui com essas observações marginais, através das quais pretende demonstrar que aquilo que eu disse não corresponde à realidade. Se não corresponde, o Sr. Secretário tem que me provar que os números que eu aqui referi, são falsos e que eu enganei a Assembleia Regional com esses números!

Efectivamente, eu não referi na minha intervenção quantos postos de trabalho o Sr. tinha criado ou quantas pessoas tinha ocupado, ao abrigo destes programas ocupacionais, porque esperava, sem dúvida, que V. Ex<sup>a</sup>. o fizesse e era escusado repetirmo-nos aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude para prestar mais esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, eu não tive oportunidade de dar todos os esclarecimentos que o Sr. Deputado Carlos César desejaria. Mas gostaria de lhe dizer que com o recém criado programa MEFE (Medidas Especiais de Fomento ao Emprego), prevê-se absorver alguns programas que já estão implementados, melhorar outros e até criar outras vertentes novas.

Se o Sr. Deputado tivesse atento a esta questão, veria que com a recente resolução do Governo aprovada sobre essa matéria, que de facto isso está rigorosamente explícito.

Voltando atrás em relação aos programas que nós temos e em relação aos números que V. Ex<sup>a</sup>. deseja, - e são números dos centros de emprego de P. Delgada, Angra e Horta - eu gostaria de dizer-lhe que, por exemplo, em 1989 o POD's" ocupou 320 trabalhadores, o "IMP" 253, o "OTD" 81, o que dá uma soma de 654 postos de trabalho. Em 1990, 371 no "PODS"...

Deputado Carlos César (PS): Isso o que é?!

O Orador: Programa de Ocupação de Desempregados Sazonais - o Sr. Deputado tem obrigação de saber o que é isto, já que levantou todas essas questões.

Deputado Carlos César (PS): Não são temporários?! Então como é que pode dar isto dessa forma?!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu já vou aos outros.

Como já referi, em 1990 dá um somatório de 602. Em 91, temos um somatório de 697. Em 92 temos 809, o que dá 2.762 postos de trabalho.

Vamos agora aos postos de trabalho definitivos, ou seja, às “ILE’S”. V. Ex<sup>a</sup>. falou nisso, mas para que a Câmara saiba, as “ILE’S” são iniciativas locais de emprego que não são o único programa da Secretaria Regional, no que respeita a criação de postos de trabalho definitivos. V. Ex<sup>a</sup>. não se referiu, por exemplo, ao PAC (Programa de Apoio à Contratação) que tem uma expressão vinte vezes superior às “ILE’S” que criam anualmente mais ou menos 35 a 40 postos de trabalho.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Mas no conjunto, com a PAC, com o Programa de Apoio a Deficientes e com o Programa de Manutenção de Empregos, temos um total de mil e cem postos de trabalho anuais.

Agora o que é lamentável é que V. Ex<sup>a</sup>. pegou nas “ILE’S” que não é dos programas mais expressivos, em vez de ir buscar o Programa de Apoio à Contratação. É só esta a questão, ou seja, V. Ex<sup>a</sup>. “manobra” essas questões a seu belo prazer, em termos políticos, em vez de ser mais objectivo em termos de realidade e de dizer como é que as coisas são.

Não temos nenhuma pretensão de escamotear os números. Eles estão aqui à vista de todos, são números publicados pelos centros de emprego, enviados para o IRP e publicados nas estatísticas do Departamento do Emprego do Ministério do Emprego e Segurança Social.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar um esclarecimento.

Deputado Carlos César (PS): Eu já não posso prestar muitos esclarecimentos, porque o tempo já começa a afligir a bancada do PS, mas gostaria de dizer que em relação a esta sua última intervenção, a questão pode ser esta: os seus números também pode ser falaciosos. Mil e cem postos de trabalho que V. Ex<sup>a</sup>. referiu, nesse caso, podem não corresponder e de certeza não correspondem a mil e cem empregados.

(Apartes inaudíveis da bancada do Governo)



O Orador: Porque há pessoas que passam de programa para programa e v. Exa. está sempre contabilizando.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Não é isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para esclarecer que esta questão não se toma, porque há programas que não são cumuláveis. O Sr. Deputado esqueceu-se de referir isso aqui. Efectivamente, quando se trata de postos de trabalho definitivos, eles estão criados e as pessoas avançam para os mesmos. Se ficam desempregados, novamente, nos centros de emprego e são enquadrados entre as categorias de 1 a 5.

Portanto, essa questão é falsa e não se coloca.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Não há Planos perfeitos nem Orçamentos infalíveis.

Deputado Jorge Cabral (PSD): La Palice!

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Sempre assim foi, é e há-de continuar a ser. Quer na actividade privada, quer no domínio da administração pública. Nem sempre o que se projecta fazer se concretiza. Como, também, quase nunca se arrecadam as receitas esperadas. Mas, quase sempre, se gasta mais do que o previsto.

Razões endógenas e/ou exógenas que existem sempre, quer queiramos ou não, determinam qual fatalismo, que os orçamentos sejam revistos e os planos reajustados.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sim senhor!

O Orador: E a ciência económica, por muito que se queira exacta na sua tradução algébrica e gráfica, ainda não conseguiu - e penso que nunca conseguirá - alterar esta ordem de coisas.

Se assim é, - e ainda ninguém me demonstrou o contrário - seria inconsequente da minha parte vir aqui dizer que apresentamos um Plano perfeito e um Orçamento infalível.

Não o digo, nem o afirmo como tal.

Mas digo que o Plano visa alcançar objectivos concretos e propõe e define estratégias para os alcançar.

Deputado Fernando Fonte (PS): É o Plano possível!

O Orador: E afirmo que o Orçamento prevê as necessárias receitas para dar cobertura às despesas propostas no Plano.

É sempre discutível se se devia fazer isto se se devia fazer aquilo. É sempre discutível se se devia gastar mais ali ou acolá.

As prioridades têm que definir-se. E até o critério para as definir é discutível.

O melindre do fenómeno económico é que, todo ele, é discutível. Governar é, bem vistas as coisas, um somatório de actos administrativos.

Também, eles próprios, discutíveis quanto à sua oportunidade.

Se pensarmos um pouco, madura e reflectidamente, no que reafirmo, talvez sejamos mais prudentes na crítica, mais conscientes nas dificuldades e complexidade dos problemas e quiçá até mais moderados e justos na apreciação do trabalho alheio.

Penso que a Oposição, nesta Casa, ainda não compreendeu esta evidência que o Povo dos Açores, na sua simplicidade e ancestral intuição, há muito captou e ajuizou.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Daqui a uns anos!

O Orador: Uma vez mais, foram estas eleições, acima de tudo, um juízo de valor do Povo. Uma vez mais, o Povo ajuizou que a Oposição, afinal, nem para dirigir Juntas de Freguesia se mostra capaz.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Muito bem!  
Muito bem!

O Orador: E em que baseou o Povo este seu juízo de valor? Na incapacidade da Oposição em apresentar soluções alternativas vantajosas.

Na crítica mordaz e inconsequente, no ataque por vezes mesquinho, na maledicência constante, no enredo permanente em que vive e arrasta quem gira na sua órbita.

Deputado Jorge Cabral (PSD): E expulsa!

O Orador: O povo percebeu já tudo isto. Reflectiu. E rectificou o engano em que caíra em 1989.

É esta, meus Senhores, a verdade que ressalta dos resultados eleitorais de 12 de Dezembro quer queiramos quer não.

E quando se esperava que, finalmente, a oposição tivesse percebido a vontade e o querer do Povo, verificamos, com mágoa - Sr. Deputados com mágoa - ...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Mas ganhou na Horta!

O Orador: ...que o Partido Socialista iniciou, ontem e aqui, logo no início dos trabalhos um descabelado ataque pessoal ao Secretário Regional das Finanças. E mostrou, também, uma vez mais, uma cabal falta de respeito pelo trabalho dos outros. Ou seja, as propostas de Plano e Orçamento não são objecto duma apreciação ponderada e exaustiva. Nem de uma discussão capaz, porque aqui não se cura de saber, nem se discutem os Planos. Não procura a Oposição interessar-se, integrar-se como parte do Povo destas Ilhas no aperfeiçoamento das Propostas que a todos nós interessa e dizem respeito.

Não. Nada disto. A oposição insiste em atacar às cegas. Preocupa-se e persiste em dizer mal. Sistemáticamente.

E mesmo quando pudesse, eventualmente, ter razão não a consegue transmitir aos açorianos.

Porque ela - a eventual razão - fica esfumada e desfocada no nevoeiro de certos dislates por vezes impensados.

Continuem assim, meus Senhores. Para vosso e nosso descanso.

(Risos da bancada do PSD)

No contexto nacional vivido no decurso do corrente ano, em que a crise económica se alastrou, profundamente, sem olhar a fronteiras ou ideologias, seria impensável a Região sair incólume. A dependência económica destas Ilhas é insofismável e, como

tal, os efeitos da recessão teriam que chegar. E produziram “mossas”, como era inevitável. O ritmo menor do crescimento económico, necessariamente, faria diminuir a receita e aumentar a despesa.

Com todas as inerentes componentes negativas no mercado de trabalho e na inflação. Com este panorama, exige-se grande realismo e coragem. As crises não duram sempre. Há que aguentar firme e olhar em frente.

Procurar alternativas e financiamento que permitam, no mínimo, manter o ritmo de desenvolvimento destas Ilhas. E esperar que venham melhores dias, porque certamente virão.

O Plano para 94 procura manter válidos os objectivos de desenvolvimento previstos no PMP 93/96.

Fortalecer a economia, valorizar os recursos humanos e melhorar as condições de vida dos açorianos foi a escolha que o Governo fez, e é a meta a atingir e pelos vistos encontra-se sufragada por este Povo dos Açores.

E é neste sentido que temos de avançar. As verbas previstas não são as que queríamos? Certamente que queríamos muito mais e queríamos com certeza todos muito mais.

Gostaríamos de dispor do triplo dos cerca de 13 milhões de contos previstos para dinamizar e apoiar a actividade económica. Desejaríamos dez vezes mais dos 7,5 milhões de contos disponíveis para o desenvolvimento dos recursos humanos, possibilitando um melhor funcionamento e cobertura do ensino, da saúde, da formação profissional, etc., etc.

Como seria bom até dispormos de 70 milhões de contos, em vez dos 7 milhões que temos, para, duma vez por todas, mais operacionalidade na construção de aeroportos, de portos e estradas e avançar mais depressa na produção de energias alternativas, proporcionando energia mais barata, por forma a proporcionar o bem estar dos consumidores e desenvolvimento da Indústria. Que Governo e que Partido não gostaria, em suma, de ter ao seu dispor todas as verbas de que necessita?

A realidade, porém, meus Senhores, é outra. A limitação orçamental impõe critérios na definição das prioridades. E, daqui, por mais voltas que se dê, não há que fugir. Os recursos financeiros da Região são escassos face às necessidades prementes e

existentes que são enormes. Todos nós sabemos. Cada Plano terá, assim, que privilegiar alguns sectores que, pelo seu atraso, ou pelo seu desequilíbrio, carecem de maior investimento público. A agricultura, as pescas e o turismo têm que continuar, por enquanto, a ser apoiadas. E beneficiam, com um total superior a 10 milhões de contos no presente Plano. O mesmo se passa com os incentivos à indústria, ao comércio e aos serviços, com cerca de 3 milhões de contos. A chamada área social vê-se contemplada com uma verba que afecta cerca de 22,6% da despesa do Plano.

Dispensso-me de citar mais números ou percentagens.

São elementos que constam das propostas em análise e em discussão. O mais importante não serão os números, por si mesmos, mas a realidade que traduzem, e essencialmente o fim a que se destinam.

Somos uma Região pobre, dum país pobre, numa Europa em crise. Seria bom não esquecermos esta realidade que está aí, bem visível, à nossa frente.

Seria bom que esta Oposição se comportasse e compreendesse isto, em vez de exigir o que sabe, ou devia saber, ser impossível.

O Orçamento da despesa, superior a 128 milhões de contos (incluindo as contas de ordem) representa um aumento de 7,2% relativamente ao executado em 1993. Não é o que queríamos, porque certamente queríamos investir muito, mas muito mais. Mas é o possível e o suficiente, atenta à conjuntura económica desfavorável, para manter em ritmo satisfatório a economia regional e o funcionamento da máquina administrativa. A crise não é eterna. Vamos aguentar e sair dela, como temos sabido sair de todas as situações desfavoráveis, circunstanciais ou provocadas, que a autonomia dos Açores tem enfrentado, ao longo de todos estes anos. E é esta capacidade demonstrada, que se traduz num misto de sofrimento, de coragem e de muito trabalho, que a oposição tem dúvidas em aceitar e por vezes não nos perdoa.

Vozes da bancada do Governo. Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por não ser capaz, sequer, de se entender a si própria, não se queixe, depois, de não perceber aquilo que “correu mal” nestas eleições. O povo percebeu claramente e deu a resposta concreta. E nós, aqui, que o representamos,

maioritariamente, e porque percebemos muito bem o que o voto quer, vamos aprovar o plano e o orçamento. E vamos executá-lo para continuar o progresso dos Açores e da sua gente. Por muita contrariedade que isso cause à Oposição.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Investir na Educação e na Cultura é apostar no Futuro. É colocar talentos a render com a confiança de que o saber não ocupa lugar, antes pelo contrário, com a certeza de que ao mais saber corresponde mais poder. Quantas e quantas vezes temos dito aos Pais e Encarregados de Educação, aos nossos alunos, a todos quantos têm responsabilidades e possibilidade real de intervenção nesta matéria e que portanto podem ajudar nesta cruzada, que urge mudar mentalidades, adoptar outra postura, não desperdiçar oportunidades, fazer valer as suas justas contribuições para que se mude para melhor, se corrija o que poderá estar menos bem, apontando alternativas, colaborando de forma construtiva, neste enorme esforço colectivo que implica o preparar do amanhã. Tenho-o feito, na parte que me toca, com a humildade de quem tem a noção das suas próprias limitações, mas com a convicção de quem crê no Homem como obra prima da Criação, na sua capacidade de realização, de adaptação à mudança, de resposta aos desafios, mesmo quando falta muito para se atingirem as condições mais favoráveis à implementação desta ou daquela medida.

Ao longo dos últimos anos deste milénio muito tem mudado nos contextos económicos, sociais, culturais e políticos. O progresso científico e tecnológico que decorre a uma velocidade incrível, fazendo com que o que hoje é a última verdade, amanhã possa já não ser, principalmente no que toca às denominadas áreas de ponta, levou à necessidade imperiosa e inadiável, de se rever o sistema educativo, à semelhança do que tem vindo a ser feito, por esse mundo fora, um pouco por toda a parte.

A questão que se nos coloca e colocou desde o início, mesmo depois de todo o estudo, reflexão e debate alargadíssimo que motivou o País e as Regiões Autónomas que participaram no processo é se valeria a pena arriscar tanto, num espaço de tempo com as delimitações que são do conhecimento geral e com a falta de meios que grassava em meados de 80, quando se partiu para a estruturação da nossa Lei de Bases, em que se alicerça toda a mudança em curso na educação e que malgrado os esforços feitos continua a entrar nesta ou naquela área e ou localidades.

A resposta não se fez esperar. Conscientes das reais necessidades da nossa gente, gerou-se uma adesão à mudança, inicialmente com as reservas e o medo que são apanágio da interrogação que o desconhecido, o novo, sempre provoca em quem é consciente mas tem a noção de risco indispensável à avaliação de tudo quanto seja alternativa ao existente, que pelo decurso do tempo, por vezes, acabou por se tornar mais cómodo, menos inquietante, para quem vegeta e não tem o ânimo nem o fôlego inerentes ao progresso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A parada foi e continua a ser alta. A fasquia foi elevada a uma altura que pareceria impossível de se atingir face aos recursos materiais em jogo. Apareceram novos currículos, programas renovados, novos e indispensáveis sistemas de avaliação, tanto dos alunos como da rede escolar como dos seus demais intervenientes, com uma reorganização da mesma, com uma aposta no relançamento da formação tecnológica, profissional e artística e com uma maior dignificação das carreiras tanto do pessoal docente como do auxiliar e administrativo, colocando-se a tónica numa perspectiva de descentralização, de autonomização e responsabilização dos estabelecimentos e serviços de educação e ensino.

Nem tudo tem sido feito ou conseguido da melhor forma. Às faltas ou carências, à escassez deste ou daquele meio, à dificuldade de adoptar esta ou aquela estratégia que tanto apetecia levar avante, às faltas de espaço perfeitamente identificadas e reconhecidas nesta ou naquela localidade ou à chegada por vezes nem sempre atempada e oportuna de informação, de formação ou de suporte legal para a mudança que o exige, com a qualidade e na medida do necessário, temos e digo-o intencionalmente no plural, porque isto é projecto colectivo, em que todos e cada um

de nós somos ou deveríamos ser participantes activos, responsabilizando-nos à medida das possibilidades de intervenção respectiva com um ónus muito grande para quem tem poder de decisão e está legítima e democraticamente mandatado para o desempenho da missão ou das missões que lhe foram confiadas para bem servir, procurando responder com a fé inabalável em todos quanto com profissionalismo, com vontade de colaborar, com espírito de doação e de partilha que implica necessariamente sacrifício e abdicção, têm estado do mesmo lado da bancada, ultrapassando as dificuldades, derrubando, sabe Deus por vezes com que esforço, barreiras que de aspecto inamovível pareceriam obstáculos invencíveis, numa clara demonstração de que querer é poder.

Bem ou por vezes menos bem, não obstante toda a vontade de bem acertar, a mudança, em todas as frentes, na educação, na cultura, no desporto, tem prosseguido o seu rumo.

No presente ano lectivo generalizam-se os 3.º, 6.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade, enquanto se consolidam outros anteriormente introduzidos .

Continua a apostar-se dentro do que é económica e humanamente possível, nas circunstâncias actuais, em construções de raiz, em melhorias ou ampliações que não são paleativos, mas sim resposta cabal de adaptação a um novo funcionamento e às exigências dele decorrentes. Conscientes das inconveniências ou incomodidades delas sempre resultantes enquanto decorrem, com o ano lectivo em progressão, mas com a aquiescência e envolvimento total da comunidade educativa que, felizmente, tem vindo a aperceber-se de que “mais vale um pássaro na mão do que dois a voar”, de que não se pode protelar por mais tempo o que se consegue fazer hoje e agora, pelo bem que advirá para o futuro dos nossos educandos.

Com uma acção social escolar mais eficaz e conducente à atenuação dos desníveis económicos, sociais e culturais, cuja justiça na distribuição de compensações nunca será satisfatória se persistirem as falsas declarações, as omissões descaradas, os comprovandos forjados, enfim toda uma panóplia de subterfúgios e ilícitos processuais que são muito pouco dignos de século e da civilização humanista cristã e europeia a que séculos de história fazem jus.

Mais a renovação ou introdução de equipamentos e/ou materiais que tão precisos são.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não obstante todo o esforço colectivo que tem vindo a ser dispendido, toda a abertura de espírito necessária à aceitação das críticas construtivas, que são sempre bem vindas, toda a humildade que subjaz ao reconhecimento do menos bem ou mal feito, com o correspondente ou possível emendar de mão.

Lado a lado ou melhor do outro lado, convenhamos em abono da verdade, persistem em estar os poucos, mas e audíveis, Velhos do Restelo, os arautos da desgraça, os habituais descrentes, hesitantes, em suma os desistentes frentistas que, mal chega a hora da verdade recuam, não dão a cara e quando o fazem geralmente borram a pintura, pelo seu agarrar-se a ideologias ou sistemas caducos ou moribundos, perfeitamente inconsequentes nos tempos em que vivemos. Que o diga quem teve a desgraça de por eles ter passado, perdendo anos a fio das suas vidas e da respectivas histórias colectivas, de que nunca serão apagadas tão maléficas consequências.

Muito mais grave é quando à crítica soez se junta a desinformação, o distorcer da realidade, o semear o joio entre o trigo da seara. Veja-se , por exemplo, o caso da avaliação, competência não transferida para as Regiões Autónomas e portanto de aplicação nacional, que não obstante não ter vindo a ser posta em prática da melhor forma em moldes a não dar azo a reclamações, nalguns casos fundamentadas, não pode, de forma alguma conduzir ao boicote, por dentro ou à passagem automática de alunos, em clara contradição com o veiculado para a rede que expressamente afirma que, em nenhuma circunstância, nomeadamente na transição de ciclo, se pode aceitar isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em nenhuma circunstância. Mesmo nos casos dos recursos e dos meios utilizados não terem sido suficientes para que o aluno atinja os objectivos estabelecidos para determinado ano ou ciclo, ou ainda no caso da impossibilidade de implementação de apoios pedagógicos e verificada a não consecução dos objectivos estabelecidos, o aluno deve ser retido nesse mesmo ano de escolaridade, fundamentando-se a necessidade, a utilidade e a justiça desta medida.

Faltar à verdade nesta matéria fazendo ponto com pretensas mudanças na legislação sobre a assiduidade dos alunos, sobre o regime de faltas, é duplo crime.

Que fique bem claro, de uma vez por todas, que ninguém pode ser posto fora da escola até ao limite etário decorrente da Lei, que se cifra agora nos 15 anos, para a denominada escolaridade obrigatória de 9 anos. O não ir às aulas, em flagrante desrespeito por uma das mais elementares obrigações dos alunos porque é o seu trabalho, conduz certamente a graves prejuízos no percurso escolar dos educandos que podem ter de repetir o ano, em qualquer ano de escolaridade, com excepção do primeiro. A diferença, do dantes para agora, passa fundamentalmente pela tónica colocada no indivíduo, no sujeito, nas capacidades de cada um e na articulação das estratégias de compensação que se tem de conjugar de adequar aos meios disponíveis nos estabelecimentos de educação e ensino. Dir-me-ão, que nalguns casos não serão muitas, o que também pode ser verdade. Decerto não serão, contudo, comparáveis à situação que vigorava há alguns anos com a presente.

Ao acréscimo previsto de alunos no 3.º ciclo, corresponde, infelizmente, uma acentuada diminuição de alunos na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do Básico. As dificuldades actuais são transitórias. Há, pois que ter cuidado e discernimento, principalmente no que se refere ao investimento em infraestruturas de base e seus equipamentos.

A implementação de uma educação para todos com a necessária integração das crianças e jovens deficientes e/ou com necessidades educativas especiais, mais o esforço de educação ao nível da escolaridade de 2.ª oportunidade, com as unidades capitalizáveis, tem correspondido uma reviravolta muito grande na área da formação, que tem envolvido muitas centenas de docentes, com padrões de duração e qualidade decorrentes do novo ordenamento jurídico. Trata-se de formação creditável, feita por entidades acreditadas e posta em prática por formadores capacitados para tal desiderato.

Aliás a aposta na formação varre todo o nosso espectro alargado de intervenção. Ocorre igualmente no âmbito da cultura e do desporto.

São sectores a que uma nova atitude, descentralizadora, não dirigista, incentivadora da criação artística ou do desenvolvimento desportivo constitui a aposta decisiva. O criar condições para um efectivo desenvolvimento das actividades culturais e para a preservação do património artístico e arquitectónico da Região caminha lado a lado

com uma participação activa em todos as transformações, em curso, nomeadamente, no sistema desportivo do nosso País, em particular nas decorrentes da Lei de Bases do Sistema Desportivo, de que destaco o Conselho Superior do Desporto, a Lei das Federações Desportivas ou o Seguro Desportivo. Reforça-se a dinâmica e a independência do movimento associativo, aposta-se nos escalões de formação, nos clubes e jogos desportivos escolares, na clarificação das contrapartidas dos apoios, no rigor, na moralização e transparência de todo o processo que lhe está subjacente. Um dos nossos mais renhidos combates está agora a começar a desenvolver-se para se conseguir uma Série Nacional para os Açores. A comissão já está a trabalhar. Há que ir em frente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os instrumentos de trabalho que estão hoje aqui à discussão são meios de esperança. Termino parafraseando o poeta imortal, que em poema inolvidável, e fazendo a transposição para a nossa realidade Açores, deixou bem claro para a posteridade, que é o homem do leme que traduz a vontade inquebrantável do povo digo gente anónima hoje graças a Deus, muito mais esclarecida, fazendo bem a distinção entre o que quer e o que não quer, lançando preciosos avisos à navegação quando o rumo - e falou-se bastante aqui de rumos - começa a ficar em causa e lançando sem hesitações, borda fora, no momento certo, quem, falaciosamente, tenha posto em causa o chegar a bom porto.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do Governo, PSD e do Deputado Francisco Sousa)

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não conhecesse-mos nós o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. Aurélio da Fonseca, dizíamos que tínhamos estado a ouvir o Dr. Azevedo Rosa. Mas porque conhecemos e sabemos que ele é responsável pelos conservatórios regionais de música, parece que até nos teve a dar música.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Sobre o Plano e o Orçamento, o que disse foi que os documentos que estão agora em discussão são instrumentos de esperança. Por isso, vamos à esperança já que em relação aos Planos e Orçamento, de facto V. Ex.<sup>a</sup> nem sequer falou dos conservatórios regionais, onde devia dar música e não dá, nem sequer falou dos conselhos directivos que tiveram a triste sorte, como é o caso do de Angra.

Falou da falta de espaço, mas não falou que no Plano e no Orçamento prevê, por exemplo, 18 000 contos para ampliação da Escola Primária de Santa Cruz das Flores, obra que já está feita e é apenas para pagar. Não falou dos 290 000 contos para a Escola Secundária da Praia da Vitória, obra feita e que não vai fazer mais nada lá, até porque a empresa já se foi embora. Não falou da grande reparação da Escola Preparatória da Horta, 28 000 contos, obra que foi feita à um ano e é apenas para pagar facturas. Não falou da Escola Secundária da Lagoa que tem 25 000 contos para elaborar o segundo projecto, dado que se gastou 35 000 contos no primeiro projecto que foi posto para o caixote do lixo. Não falou, por exemplo, das novas instalações para o Departamento das Ciências Agrárias na Terceira, dado que não conseguiu ainda nem tão pouco, desde há seis anos, adquirir os terrenos.

De facto, se não estivesse nesta Casa e se não estivesse na minha frente o Relatório da Comissão, onde se lê que:

“A verba do Plano para 1994 destina-se, em primeiro lugar, ao pagamento das obras já efectuadas e ao relançamento de outras que estavam iniciadas e que não poderiam prosseguir por falta de verba e que a principal dotação no âmbito das construções escolares será apenas para a escola...” que tem mudado de nome permanentemente e que se devia chamar apenas Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Secundário Cardeal Costa Nunes. Essa triste escola que tem mudado de nome de Preparatória para Secundária e vice-versa, diria que de facto V. Ex.<sup>a</sup> nos teve a dar música. Mas, como não consegue nem sequer tão pouco fazer os contratos com os músicos para os conservatórios,...

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ...então resolveu vir, uma vez mais aqui, fazer algo que nunca tinha feito até agora.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Quer brincar um pouco connosco, mas não se brinca com coisas sérias, porque V. Ex.<sup>a</sup> não conseguiu fazer o que se comprometeu a fazer e o que disse nesta Casa, por exemplo, em Maio. Ou seja, fazer as ampliações da Antero de Quental, Preparatória de Angra e Canto da Maia nos meses de Verão, como na altura dizia. Realmente, começou com a Canto da Maia e as outras duas hão-de começar um dia. De facto, V. Ex.<sup>a</sup> não tem rigorosamente nada para apresentar, porque a única obra que vai continuar, durante o seu mandato, é a E. B. 2.º, 3.º Secundária Cardeal Costa Nunes, se de facto os 300 000 contos que cá estão não forem, para pagar já o que se devia ter pago.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso onde é?! É no Pico!

O Orador: É no Pico, mas V. Ex.<sup>a</sup> não sabe onde é que isso fica!

(Risos da Câmara)

O Orador: Na realidade, falta coragem para V. Ex.<sup>a</sup> vir aqui dizer que o dinheiro que tem na sua Secretaria, é para pagar as obras que não consegue continuar, ou seja, o Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada, porque não tem um centavo para o ano que vem ou melhor, é para pagar facturas. Daí que V. Ex.<sup>a</sup> veio aqui dar-nos música! Agradecemos que desse música nos conservatórios, para que os nossos filhos pudessem ter os conservatórios a que têm direito e merecem.

Vozes e aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também se não conhecesse bem o Sr. Deputado Francisco Sousa e não percebesse aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> disse, bem como o que tem que dizer aqui nesta Câmara, muito estranharia aquilo que acabei de ouvir.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Conhecem-se bem um ao outro!

O Orador: É evidente que eu procurei trazer a esta Câmara, informação útil sobre a política que está subjacente à execução dos documentos que estamos a apreciar.

Traduzindo aquilo que subjaz ao que tem vindo a ser feito e vai continuar.

V. Exas. sabem ler, tiveram nas comissões e perguntaram o que muito bem quiseram e entenderam, inclusivamente têm os relatórios de execução, daí que não achei que era oportuno e que seria muito mais útil vir aqui e pôr em comum uma série de reflexões muito sérias que estão subjacentes a tudo isto que está aqui nestes documentos e isso sim é que faz ou não andar o processo.

Não gosto de me repetir e por isso tomei esta decisão e volta-la-ia a assumir.

A Escola Secundária Cardeal Costa Nunes - e eu já o disse na Comissão, mas digo agora a todos os presentes nesta Câmara - devido à nova terminologia da Educação nesta matéria, deixou como qualquer outra escola nova de ter a terminologia antiga. Ou seja, actualmente as escolas têm a designação de E. B. 2,3 e podem ou não ter secundária. Vamos deixar isso bem claro, porque a escola do Pico é uma escola secundária, a Cardeal Costa Nunes está concebida para tal, daí que não atiremos areia para os olhos de ninguém com estas confusões de E.B. e com Secundárias.

Efectivamente, as ampliações em curso estão a ser feitas e vão ser iniciadas de pleno acordo com os conselhos directivos, as associações de pais, as comissões de alunos que foram envolvidas desde o princípio neste processo. Como tal, sabem perfeitamente bem,...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...porque é que as coisas não foram feitas mais cedo. Como exemplo e no caso da Canto da Maia dependia de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo ceder ou não as instalações que possibilitariam tudo isso. Isso foi conseguido com muito

trabalho e está a andar como se tinha pensado e de acordo com todos os intervenientes da comunidade educativa.

Mais. Digo-lhe que os conservatórios estão de saúde, tendo em conta a recente transferência, - que está praticamente concluída e que no próximo trimestre já deve estar a funcionar - das instalações antiquadas e caducas do Conservatório Regional de Ponta Delgada. Vão concretizar-se e não temos problemas absolutamente nenhuns, em relação à contratação de professores, até porque eles estão a ser mais e bem equipados. Portanto, em relação a este assunto, tenho a impressão que quem precisa de música são V. Exas.

Eu diria que as ampliações das escolas mais pequenas, como é o caso da Escola de Santa Cruz da Graciosa, de São Jorge ou das Flores, o fazer-se já ou mais tarde, tem a ver com aquilo que eu sempre tenho dito, aqui e em toda a parte, como no outro dia disse na Graciosa e que não é bem aquilo que foi dito aqui na Câmara. Eu sempre tenho dito que...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

...não está neste documento, uma Escola da Lagoa, uma ampliação da Escola das Velas, bem como de Santa Cruz das Flores, mas isso não significa que ela não possa ou não deva vir a fazer-se. Ou melhor, não significa que ela seja feita com algum dinheiro que “magicamente” apareça. Significa sim que com as revisões certas, na altura certa, consultando os intervenientes devidos se possam alterar os planos, em sede própria, como ainda este ano se fez e como se fará, com certeza, para o ano e partir dessa alteração, em sede própria, fazer-se aquilo que está em jogo. Isto é um plano de intenções. Felizmente, é um plano de coisas escorríveis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar mais esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Para pegar nas suas palavras, eu diria que aqui subjaz um Secretário que já não é, porque entregou ao Ministério da Educação - leia-se Dra. Conceição Castro Ramos - tudo o que diz respeito à Educação desta Região porque de facto limita-se a pegar nas

circulares da DGAI e a pôr por cima Secretaria Regional da Educação e Cultura - Direcção Regional de Educação, que já não é porque já nem foi capaz sequer de discutir horários nem foi capaz de discutir Escola Secundária de Angra nem tão pouco programas FORMAC e AGE.

De facto, lamento que se tenha chegado a uma altura em que, neste momento, na Região Autónoma dos Açores já se diz que a Universidade dos Açores depende do Ministério da Educação e o Sr. Secretário, apenas, tem a dizer que se volte para outros caminhos.

Mais grave ainda, é quando o Sr. Secretário vem aqui dar-nos música - como eu preferiria dizer - e quando o Sr. Secretário das Finanças diz que Educação e Saúde vão voltar lá para fora.

Lamento, profundamente, que as conquistas feitas na área da Educação, ao longo de 16 anos, seja V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Secretário, como aqui disse a subjazer a tudo isto. Tenho pena, porque de facto merecia que a sua dieta desse melhores resultados.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não apoiado!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De uma maneira muito rápida, visto que o tempo escasseia, apenas dou as correcções. Quanto a programas de formação FORMAC e AGE, é melhor não se meter por aí, porque é capaz de lhe sobrar algo que eu já tenho afirmado e volto a afirmar. Portanto, nesta área é que se vê quem é que tem unhas, quem toca viola, quem é que foi capaz de fazer e quem é que não fez.

Quanto à Universidade e para tranquilização desta Câmara, ninguém pode, neste momento, - e tem-se feito muitas conjecturas - afirmar o que é que vai ser do funcionamento da Universidade, porque isso não está definido.



Isso foi feito na Assembleia da República, pelos Deputados da Região Açores, que não crendo ficar - e muito bem - atrás da Região Autónoma da Madeira, conseguiram à última da hora, contra tudo o que estava previsto, sacar do Ministério o pagamento do funcionamento da Universidade e exigiram - e muito bem - que a Região Autónoma dos Açores não ficasse lesada em menos dinheiro. No entanto, em que moldes é que isso vai ser processado, que condições é que vão advir disso, não está dito em parte nenhuma. Está pedida uma reunião ao novo Secretário de Estado da área, bem como está pedido um encontro com a nova Ministra da Educação e só nessa altura é que se vão discutir muitas destas coisas, entre elas, como é que o dinheiro vem ou não para a Região, como é que é feita a transferência e o que é que advirá disso ou não. Quanto ao resto são tudo especulações.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das principais razões do descrédito gradual que foi atingindo os Governos do PSD, e por arrastamento o actual modelo autonómico, foi sem sombra de dúvida o não cumprimento do programado nos sucessivos planos que foi elaborando.

Há dez anos atrás já se fazia sentir os desvios entre o programado e o executado.

Pior ainda, já era notório que a Ilha Terceira em relação ao resto dos Açores - e de acordo com a proporção da sua população - era prejudicada, isto de acordo com os próprios documentos oficiais divulgados pelo Governo, pese embora a natural compreensão que alguns investimentos feitos nalgumas ilhas mais abandonadas nos merece, mas que não justifica o que atrás foi dito.

Mas, com o que não podemos estar de acordo é que dez anos depois, concretamente nos anos noventa ou melhor ainda desde 1989, as verbas despendidas na execução dos planos anuais para a Terceira tenham diminuído todos os anos até 1993. Prevê-se para 1994 montante inferior a 1989 - 90-91 e 92 e apenas superior em 148.684 contos à verba dispendida em 1989.

Podemos portanto concluir que de acordo com a prática corrente dos executivos do PSD de executarem sempre menos que o programado, que o investimento real para 1994 na Ilha Terceira ficará abaixo de 1989.

Acresce ainda dizer para demonstrar tamanho atropelo, que a previsão do montante global do Plano para 1994 é superior em cerca de 3 milhões de contos à previsão para 1989.

Será que estamos mesmo andando para trás conforme os números documentam?

Em situação semelhante à Terceira só encontramos a Ilha do Pico, o que nos leva a perguntar: Que mal fizeram estas duas ilhas ao PSD e ao Dr. Mota Amaral para serem assim tratadas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é menos verdade que a execução dos Planos está entre outros factores, sempre ligada ao respectivo financiamento, sendo certo que a situação se tem agudizado sobremaneira desde que a Governação Nacional passou exclusivamente para o PSD.

A falta de entendimento entre os Governos Nacional e Regional em matéria financeira, à semelhança do que já acontece com a Madeira, ao que parece finalmente em vias de ser ultrapassada tem prejudicado a Região e continua tendo repercussões negativas em vários domínios, nomeadamente no não aproveitamento cabal dos fundos comunitários, sem o recurso aos quais não será possível ultrapassar as nossas carências estruturais.

Por estas ou por outras razões, já não se pode admitir hoje que as obras de Santa Engrácia, também conhecidas por “via lenta” Angra Praia, durem há mais de uma dezena de anos e que o Plano 93 tenha previsto apenas 110 mil contos e para 1994 apenas 100 mil contos, prova que vai ainda dar para mais uns quantos assuntos para danças de carnaval.

Como igualmente não se pode admitir que obras previstas no PNIC-Açores para serem executadas em 1991, como a ER 1- 1ª Lajes- Ribeira da Agualva na extensão de 7 Km, dotada naquele programa com 100 mil contos e a ER 1-1ª-Agualva - Biscoitos- Serreta com a extensão de 20 Km dotada no PNIC com 734 mil contos, não tenham sido incluídas na reprogramação daquele programa, e tenham sido incluídas no PMP 93/96 com as dotações de 40 (no Plano 92 - 60 mil) e 120 mil

contos, respectivamente menos 60 e menos 614 mil contos do que a verba prevista no PNIC para 91, chegando-se mesmo ao cúmulo da primeira ainda nem estar incluída no Plano de 1994.

A execução de obras deste género, mercê da nova tecnologia, é muito rápida, pelo que temos naturalmente de concluir que ou a pavimentação da ER 1 - 1ª Aqualva - Biscoitos - Serreta, não vai ser executada em 94 dada a exiguidade das verbas inscritas no Plano 94 - menos 614 mil contos do que o PNIC - ou então este Governo mais uma vez se prepara para não executar outras obras das quais retirará a verba necessária.

Ou ainda este Governo descobriu que retardando as obras, as mesmas descem o seu custo, isto a acreditar no PMP e do P/94 e por este andar, com mais uma demorazinha as mesmas serão executadas gratuitamente...

Isto tudo para já não falarmos no acesso ao Miradouro da Serra do Cume e à delimitação e caracterização das zonas prioritárias de 1ª ordem - Núcleo de Praia da Vitória e Porto Martins, da protecção paisagística nos Biscoitos e a conservação do perfil e características da arquitectura rural, essas totalmente esquecidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto noutros casos por conveniência política e partidária os ritmos das obras foram acelerados, na Terceira, será que já foram feitos os estudos de ordenamento das zonas limítrofes do Porto da Praia e respectiva articulação com a cidade?

E a aquisição de um rebocador e uma grua para aquele porto?

E o parque industrial tantas vezes inscrito nos Planos quando será iniciado?

Ou será que em vez de se cumprir com os compromissos assumidos e programados, agora se pretende atirar mais um punhado de areia - também em perigo naquela Baía - aos olhos dos Terceirenses, adiando o seu início com o argumento de envolver em empresa mista o Governo, agentes económicos privados e Câmaras Municipais?

O porto da Praia é um projecto global que envolve o porto comercial, o terminal cimenteiro, o porto de pescas em construção e o seu entreposto frigorífico - que já chegou a estar dotado em 1990 com 200 mil contos - o parque industrial e a zona de tancagem de combustíveis líquidos, inexplicavelmente a funcionar ainda em Angra

do Heroísmo, para já não falarmos no estaleiro naval de saudosa memória...igualmente previsto.

Mesmo esquecendo o estaleiro naval qualquer destes empreendimentos estão naturalmente interligados, não se podendo interromper nem adiar investimentos, sob pena de não serem rentabilizados os capitais aplicados sem se frustrar as expectativas.

Quem na iniciativa privada assim procede é apelidado de mau gestor.

Eu já ouvi na Assembleia Regional em referência de resto errada em relação aos lavradores açorianos que o Governo não estava para suportar os erros da sua (eventual) má gestão, e eu acrescentaria que esta Assembleia não deve suportar a má gestão dos Governantes, porque no fundo somos todos nós a pagar.

É triste verificar que depois de tanta esperança, tantas promessas e tanta ineficácia, o Governo depois de ter propagandeado um porto oceânico em plena operacionalidade em fins da década de oitenta ou primeiros anos da década de 90, ter transformado o porto Oceânico da Praia da Vitória em pouco mais do que um terminal de contentores.

Melhor, o porto da Praia é hoje não só o porto Oceânico prometido como nem tão pouco é hoje o porto da Ilha Terceira.

É uma triste realidade mas é a realidade actual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra das obras prometidas e adiada sucessivamente é o abastecimento de água à lavoura, sempre trazida à baila em alturas de campanha eleitoral e logo de seguida esquecida.

Ninguém acredita que tenha efectiva concretização no imediato, bastando para o provar lembrar as dotações que já teve - 1990 e 1991 - 604 mil contos - e tem anualmente - PMP 93/96 - 279.054 contos e Plano 93 - 63.816 contos - convehamos que é muito pouco!

Esta obra tem vários pecados originais, desde a forma como foi elaborado o seu projecto, passando pelo erro crasso de não ter sido ouvida a Câmara Municipal de Praia da Vitória, apesar de parte da obra ir ser executada naquele concelho e serem as Câmaras responsáveis pelos recursos hídricos e possuidores de inegáveis

conhecimentos nesta matéria, até à forma para já encontrada para a sua concretização e aos montantes para já previstos para a sua execução 120.238 contos para 1994.

E a solução para o Bairro da Serra de Santiago já anunciada na Assembleia Regional como iniciada de facto, com diversas dotações inscritas nos Planos anteriores e ao contrário do que foi afirmado pelo Sr. Sec. Natalino Viveiros até hoje não começada? Terá sido por incapacidade ou falta de vontade política?

Talvez o Senhor Secretário da Saúde e Segurança Social, recém descoberto cidadão Praisense, tenha ficado sensibilizado com o que viu quando por lá passou em campanha eleitoral e possa doravante defender no Conselho do Governo a solução de tão candente problema.

E a degradação dos Bairros Sociais da Canada do Joaquim Alves e do Lameirinho por falta de cuidados de conservação?

A Terceira não tem sido só esquecida. Nalguns casos tem até sido maltratada como o demonstra a construção do campo de jogos relvado da Escola Secundária da Praia da Vitória com as medidas de 60x40m, próprio para a modalidade de futebol de sete que já não se pratica no País.

Por não ter sequer as medidas mínimas para a prática do futebol de onze - (90x45-) - e muito aquém do exigido para os nacionais, - (100x69m) - o Governo descriminou uma vez mais a Ilha Terceira, privando-a de à semelhança do que acontece em S. Miguel, poder contar com vários recintos relvados e com as dimensões exigidas pelos regulamentos.

(Aparte inaudível do Deputado José Fernando Gomes)

O Orador: eu bem sei que incomoda!

É óbvio que esta atitude de má gestão é inexplicável - com pouco mais se tinha feito um recinto em condições, aliás como chegou a estar previsto - dizia eu que esta inexplicável atitude poderá dentro de algum tempo - a partir de 1995 - por obrigatoriedade dos nacionais serem disputados em relvados, fazer deslocar para Angra do Heroísmo, os Praisenses que queiram assistir a jogos do Nacional.

Acresce dizer que sendo o Sport Club Praisense uma das colectividades desportivas mais prestigiadas dos Açores, não merece ser assim tratado pelos Governantes.

Em conclusão, eu diria que os Senhores Governantes que não souberam ou não quiseram, com um pouco mais de investimento e de acordo com o que chegou a estar projectado, tirar proveito das instalações desportivas da Secundária da Praia, que definam numa perspectiva de complementaridade o Parque Desportivo que a Praia merece e reclama.

Muitas mais questões poderiam ser aqui colocadas, o tempo por hoje não nos permite mais, no entanto não deixo passar sem perguntar que foi feito do Matadouro Industrial da Terceira também já previsto em anteriores Planos do Governo?

E a Marina? A Ilha Terceira tem ou não direito a uma Marina?

E o Centro de Saúde da Praia da Vitória incluído no Programa do IV Governo conforme ofício de 12 de Dezembro de 1988 dirigido ao Sr. Presidente da ALRA e assinado pelo próprio Presidente do Governo?

Para quando a sua execução?

E o Turismo?

E tantas coisas mais que já não vale a pena enumerar...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao fim de dezassete anos, os responsáveis pela Governação ficaram-se por uma definição envergonhada das diversas aptidões das parcelas regionais.

Não só não as souberam integrar no interesse regional numa perspectiva correcta de complementaridade inter-ilhas, como não souberam apresentar planos integrados de desenvolvimento com prioridades por Ilha.

Esta inoperância, traduziu-se no puro e simples adiamento e prolongamento de medidas avulso, que para além de não corresponderem às necessidades reais das parcelas e conseqüentemente da Região, serviram uma acção retardada e inadequada do Governo que foi satisfazendo aqueles que se contentam com pouco mas não resolveram os problemas dos Açores.

A autonomia que hoje temos, fruto da acção governativa do PSD já não satisfaz os Açorianos.

A realidade demonstrou que o centralismo do Terreiro do Paço transferido gradualmente para o que o PSD nos vai impondo, não só não satisfaz os Açorianos como está contribuindo para desunir as ilhas.

Este modelo de Autonomia já sem conteúdo, tem que ser substituído por outro que assente na especificidade da cada uma delas, lhes dê identidade própria, mais poder para resolverem os seus problemas e as integre de forma complementar e no respeito pela sua diversidade no todo regional.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e CDS/PP).

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pretende a palavra para?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve esclarecimento, em relação à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista. Se eu bem percebi e se não percebi bem, as minhas desculpas e faça favor de me corrigir. O Sr. Deputado referiu-se a uma deficiente orçamentação nas verbas do Plano relacionadas com o abastecimento de água à Ilha Terceira.

Queria, apenas, referir ao Sr. Deputado que as verbas consignadas no Plano relacionadas com esse projecto, correspondem apenas a 25% do total do investimento, já que os restantes 75% são transferências directas da Comunidade para o empreiteiro.

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Isto é uma desgraça!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é discriminação com os da Terceira!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É óbvio que o tempo é muito pouco, daí que tenho que ser bastante rápido.

O que efectivamente disse, foi que ninguém acreditava que as obras tivessem uma efectiva concretização e que as mesmas fazem sempre parte das campanhas eleitorais do PSD. Aliás, como a sua enumeração no tempo o demonstra e tendo em conta que já foram inscritas para 90 e 91, 604 000 contos, enquanto que no Plano para 93, aparecem só 63 000 contos.

É lógico que esses 63 000 contos é uma verba irrisória e estou citando os documentos de 90 e 91, daí que não esteja inventando nada. Limito-me, apenas, a constatar um facto ou então V. Exas. programaram mal em 90/91 ou neste momento estão programando mal.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado interpretou-me mal. Eu não o acusei de estar a inventar nada. Desculpe, mas nunca acusaria ninguém de estar a inventar fosse o que fosse.

Eu apenas expliquei que das verbas inscritas no Plano destinadas ao abastecimento de água na Ilha Terceira, o Plano apenas contempla 25% do projecto e que o mesmo é de cerca de meio milhão de contos, mas 75 % dessa verba não está inscrita no Plano, porque é uma transferência directa da Comunidade para o empreiteiro. Daí que não acusei ninguém de inventar nada, por isso V. Ex.<sup>a</sup> não fique nervoso por causa disso.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo hoje a esta tribuna como Deputado Regional eleito pelo círculo do Faial. É desta ilha que irei falar nos próximos minutos sobre o Plano e Orçamento para 1994, e relembrar a algumas memórias mais curtas ou com amnésia que esta ilha do grupo central e antiga capital de distrito também foi, é, e irá continuar a ser filha de João Bosco.

Deputado Carlos César (PS): A não ser que haja filhos por fora!



O Orador: Não vou aqui repetir sobre o que foi feito nesta ilha nos primeiros anos de autonomia, porque, já o fiz nesta Casa noutra intervenção há pouco tempo atrás.

Nos últimos anos o Faial tem sido relegado para segundo plano, no que concerne ao investimento público.

Não quero com isto dizer que não tenha existido o desenvolvimento harmónico da Região .

Os profetas da desgraça, hoje, queriam que este plano para 94 contemplasse tudo o que falta fazer no Faial, até mesmo a zona industrial que é da competência da autarquia que, em 4 anos não conseguiu resolver, e agora o Governo no próximo ano é que tem que fazer.

Estou convicto que no novo Quadro Comunitário de Apoio e no Plano de Desenvolvimento Regional 94-99 muito irá ser feito nesta Ilha de S. Luis.

A prova evidente do que atrás referi são as verbas dotadas no Plano Médio Prazo 93-96 de 4 milhões e 700 mil contos contrastando o PMP 89-92 de 2 milhões e 400 mil contos.

Daqui se conclui que há um reforço das verbas para este quadriénio de mais de 2 milhões de contos que irá por certo contemplar muitas das obras há muito reivindicadas.

O Plano e o Orçamento para 1994 não é um plano ideal mas vem com certeza dinamizar a actividade económica, o ambiente e a qualidade de vida, os transportes, a energia e os recursos humanos.

Muitos dos programas para 94 vêm reforçados nas suas verbas em relação ao PMP 93-96. São disto exemplo Programa 3 - Turismo - 270 mil contos; PMP 346 mil contos; no plano 94 - Programa 4 - Incentivos à Indústria 30/100; Programa 11 - Trabalho Emprego e Formação Profissional 50/75; Programa 13 - Transportes Terrestres 50/190, Programa 14 - Transportes Marítimos 325/500; Programa 18 - Ambiente 16/22; Programa 21- Habitação e Ordenamento do Território 100/114. Outras há que não tem reforço significativo e ainda alguns que mantêm as verbas tal qual as do PMP

Assim sendo, obras de vital importância para esta Ilha como o reforço do molhe do porto da Horta o matadouro da ilha do Faial, grande reparação no pavilhão da

cidade, e no primeiro semestre de 94 dar início à pavimentação de diversos troços da Ilha do Faial que a verba inscrita neste plano a preços de 93 dará para mais de 10 km de asfaltagem. No sector de turismo o campo de golfo é de vital importância para o desenvolvimento deste sector.

Daqui poderemos concluir que ao contrário de outras vezes do “bota abaixo”, a cidade da Horta, a ilha do Faial e as suas gentes estarão preparadas para enfrentar o séc.XXI.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na análise da programação para 1994 quase que podemos falar em sobreposição relativamente ao que estava previsto para 1993.

Por razões óbvias do conhecimento directo que tenho do meu círculo eleitoral, relembrei alguns exemplos que comprovam mais um total falhanço das promessas Governamentais.

As fases seguintes do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo não avançam; a recuperação do Museu no Convento de S. Francisco anda a passo de caracol; o famigerado Porto de Pescas do Porto da Praia da Vitória arrasta-se penosamente e, se não paralisou totalmente, foi porque o respectivo custo de imobilização seria superior ao de manter a obra em aberto.

Ao nível das estradas regionais a execução material do Plano de 93 foi praticamente nula. Conforme também prevíamos, nem um metro se acrescentou à adiada via rápida Angra-Praia.

Que haja nesta Assembleia quem em nome da Ilha Terceira subscreva esta política de afronta ao seu povo, nunca seremos nós.

Pelo contrário. Combateremos e denunciaremos livremente os responsáveis por esta execução bairrista e centralista.

Aliás, fora desta Assembleia já se ouvem de novo vozes que, apesar de neste Parlamento suportarem a prática do Governo Regional, reconhecem a sua postura centralista e bairrista.

De resto, ainda a semana passada um deputado da maioria confessava e justificava a sua postura de apoio às propostas do Governo Regional que prejudicavam a Ilha Terceira, apenas porque a tal estava obrigado pela disciplina do seu partido.

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para se ter uma ideia da irresponsabilidade do Governo Regional perante o que faz inscrever nos Planos, basta conferir a declaração solene do Secretário Regional das Obras Públicas, constante da página 55 do Diário da Assembleia Legislativa Regional número 46, de 29 de Novembro de 1990.

Em relação à construção da via rápida Angra-Praia, o Secretário Regional comprometia-se, há três anos atrás, cito, “este projecto vai prosseguir com a construção do quarto e último troço que fará a ligação ao Porto da Praia da Vitória”, e adiantava que “o projecto desta fase está em elaboração e durante 1991 serão efectuadas as expropriações, bem como o concurso para a sua adjudicação”.

Quanto à Escola Secundária da Praia da Vitória que já devia estar concluída em meados de 1992, ainda não o foi em 1993, com os inconvenientes escolares decorrentes e as oportunidades perdidas, com a feitura de um mini-estádio sem as dimensões mínimas oficiais...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Ah, não me diga!

O Orador: ... só para rapazes brincarem, enquanto a cidade e o Concelho não têm qualquer infraestrutura do género.

São critérios absurdos!...

Relativamente ao projecto de Construção das Instalações da Universidade dos Açores em Angra, novamente nada se fez durante 93. Ou melhor, disfarçou-se a negligência

governamental com a assinatura, há poucos dias, do contrato promessa de compra dos terrenos.

Quanto à Pousada da Juventude no Negrito repousa.

Finalmente, quanto ao avanço do Parque Industrial em vez de assistirmos ao seu arranque, foi o recuo governamental que tem gerado a oposição generalizada das forças vivas terceirenses.

Em suma: mais um ano desastroso do Governo Regional com uma baixíssima execução material do Plano em geral e particularmente na Terceira.

E em relação a 1994?

Para além do abastecimento de água à lavoura, com apenas 120 mil contos, as novas instalações para a Universidade ainda não vão arrancar já que apenas se inscreve a verba de 80.000 contos, que no máximo permitirá a compra dos terrenos.

Mas no sector das estradas regionais, além de aparecer, finalmente, a pavimentação do Troço Agualva-Serreta, ignora-se o trajecto Praia-Vila Nova.

Repetir, mais uma vez, uma verba destinada à Pavimentação Angra-Biscoitos, já concluída em 1992, é o cúmulo.

Entretanto, a via rápida, lá aparece com os seus 100 mil contos, menos do que no ano anterior, certamente para não se concluir.

Relativamente ao Parque Industrial, nem se faz menção na programação e no capítulo de desenvolvimento industrial, dota-se a Ilha Terceira, pasmem, com 744 contos, nem se verifica a inclusão de alguns dos projectos previstos no PMP 93-96, como sejam o Centro de Saúde da Praia da Vitória e a nova escola do Ensino Básico 2.º e 3.º ciclo e Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, bem como outros projectos há longa data prometidos como sejam o entreposto frigorífico do Porto da Praia e o Matadouro Industrial da Ilha Terceira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A política governamental de esvaziamento daquela ilha no contexto regional está subjacente a este Plano para 94, tal como o não aproveitamento das suas aptidões e capacidades como acontece deliberadamente com o boicote à escala técnica pela aviação comercial internacional no aeroporto das Lajes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A actualidade, o rigor, a atenção que este Plano dá aos problemas reais da Região e da Terceira, está bem patente no grande projecto inovador da programação para 1994. Trata-se dos 3 500 contos que o Projecto de Consolidação e Restauro do Teatro Angrense, que custou à Câmara de Angra mais de meio milhão de contos e já foi inaugurado o mês passado.

Disse.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Ainda não acabou!

Deputado António Silveira (PSD): Ainda bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Subsecretário Regional da Cooperação Externa:

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política da Cooperação Externa já foi várias vezes definida nesta Câmara e designadamente aos pontos essenciais que vão constituir nos próximos três anos a acção do meu gabinete:

- A defesa dos interesses da Região no quadro dos Tratados e Acordos internacionais;
- A valorização do espaço regional enquanto área potencial de prestação de serviços;
- A defesa da especificidade regional;
- A valorização da cooperação com regiões insulares atlânticas como os Açores, a Madeira, as Canárias e os Departamentos do “Ultre-mer” Francês, no âmbito da integração europeia e no domínio, designadamente, dos programas para a ultraperiferia;
- O reforço dos laços económicos, culturais e políticos com as Comunidades Açorianas espalhadas pelo Mundo;

Constituem os grandes vectores desta intervenção.

O Plano e Orçamento para 1994, insere-se no quadro global da estratégia de desenvolvimento definida no Programa do Governo e aprovada nesta Assembleia.

Insere-se também no quadro das grandes opções definidas no Plano a Médio Prazo e lembro que os principais vectores eram fortalecer a Economia, valorizar os recursos humanos e melhorar as condições de vida.

Estes mesmos vectores de desenvolvimento, encontram-se e consubstanciam-se no Plano de Desenvolvimento Regional. Ou seja, não há ruptura no quadro do planeamento da Região, entre os diferentes instrumentos, Plano a Médio Prazo e Plano de Desenvolvimento Regional, como algumas vozes deram a entender ainda recentemente nesta Assembleia.

A estratégia de desenvolvimento regional, é uma estratégia clara, definida e no campo que diz respeito à intervenção junto das instâncias comunitárias, visa um aproveitamento cabal dos fundos comunitários.

Os instrumentos que estão definidos no âmbito comunitário, - como sabem - são o Quadro Comunitário de Apoio, as iniciativas comunitárias, os programas comunitários e as intervenções no quadro da decisão POSEIMA.

O novo Quadro Comunitário de Apoio encontra-se, neste momento, em discussão em Bruxelas e prevê um fluxo de fundos comunitários de cerca de 131 milhões de contos até 1999.

Estes recursos comunitários representam, - como sabem - uma das maiores captações, aliás a maior captação do quadro no âmbito regional e essa transferência terá impacto no âmbito macro-económico da Região.

O PDR apresentado em Bruxelas do âmbito nacional, estruturou-se em grandes 4 eixos. O nosso Plano Específico de Desenvolvimento regional preenche o eixo n.º 4, no fortalecer a base económica regional no âmbito global do plano apresentado em Bruxelas.

Assim, como podemos facilmente depreender, a nossa própria programação de desenvolvimento regional assenta numa perspectiva integrada e tem como postulados principais um conjunto de acções que penso que são de grande relevância.

De facto, o nosso Plano de Desenvolvimento Regional representa uma transferência - como eu referi - vultuosa e que vai canalizar-se, essencialmente, para a dinamização da actividade económica.

Ora, uma região com as características dos Açores, necessita de facto, para além deste volume financeiro importante de medidas de carácter específico e de programas que contemplam no âmbito dos outros instrumentos.

No que diz respeito ao Quadro Comunitário de Apoio agora passaria a detalhar as iniciativas comunitárias.

Em que medida é que as iniciativas comunitárias que estão previstas, dão atenção à realidade ultraperiférica dos Açores.

O facto, é que a ultraperiferia - aproveito aqui para esclarecer - não é como muitos querem fazer crer, ou seja, uma espécie de remeter os Açores para a “marginalidade” do desenvolvimento europeu.

Quando se definiu uma estratégia, em termos comunitários, com as Canárias, com a Madeira e com os Departamentos Franceses, definiu-se uma estratégia para visar uma melhor e uma maior integração.

É nessa perspectiva que as iniciativas comunitárias, quando foram definidas em Edimburgo, concederam prioridade à acção junto das regiões ultraperiféricas e deste volume financeiro, que depende directamente da Comissão Europeia, iremos beneficiar para além das verbas do Quadro Comunitário de Apoio, de um apoio substancial que ainda se encontra em definição.

Trata-se no fundo, da continuidade de iniciativas do tipo REGIS que já foram definidas no último Quadro Comunitário de Apoio.

Portanto, a partir do momento em que nós terminamos a execução do actual Quadro Comunitário de Apoio, temos e porque negociamos em Bruxelas, a legítima expectativa da continuação do Programa REGIS.

No âmbito dos programas comunitários, temos vindo a utilizar todas as possibilidades que estes programas dão. Muitas vezes, a Região é criticada por não aproveitar determinados programas. Por isso mesmo, aproveito para esclarecer que os programas comunitários, muitas vezes, são projectos de demonstração ou projectos pilotos dotados de verbas, extremamente, reduzidas para o âmbito comunitário. Daí que não deixam de ser projectos de demonstração ou projectos piloto. Ou melhor ainda, é ao que essencialmente se chama de programas comunitários.

É um tipo de intervenção que a Região pode e deve aproveitar e a publicação do guia dos programas em 1991, teve um efeito muito positivo na captação de novas iniciativas neste domínio, no âmbito da formação profissional, o NOW, o HORIZON, o EUROFORM e a possibilidade de se recorrer a pequenas iniciativas de carácter de

programas de cooperação inter-regional, por exemplo, o programa de troca de experiências na Comunidade que é liderado pela Assembleia das Regiões da Europa e pelo CEDRE. Portanto, esta estratégia terá de ser continuada.

Um outro instrumento de política comunitária que enquadra este Plano para 1994, é de facto as intervenções no âmbito do POSEIMA. O POSEIMA já foi várias vezes definido nesta Câmara, mas face a recentes notícias postas a circular com alguma leviandade, aproveito aqui para esclarecer o seguinte:

As intervenções do POSEIMA, ou seja, o POSEIMA em si, é um quadro jurídico, uma base jurídica importante no direito comunitário, porque definiu, pela primeira vez, algo em termos comunitários, que nós aplicamos em termos da nossa própria inserção no território nacional. Ou seja, a necessidade de modelar as políticas para serem aplicadas em regiões com as nossas características. Ora, esta definição de uma base jurídica, informa não só, as próprias discussões do Quadro Comunitário de Apoio, como permite novos tipos de intervenção. Foi isso que se passou em 1991, com a aprovação da decisão POSEIMA pelo Conselho.

De facto, O POSEIMA desdobrou-se depois em algumas iniciativas, porque estava a decorrer um Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, o de 1988/1993. Como estava a decorrer, foi necessário acrescentar a esse quadro, alguns tipos de intervenções de carácter estrutural. Quando eu digo de carácter estrutural, já houve quem dissesse que o POSEIMA não era estruturante e não é esta a realidade. Quando se diz de carácter estrutural, está-se a referir a fundos estruturais, como FEOGA-Orientação, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Nós estamos a referir a utilização deste fundos ao abrigo dos regulamentos que os instituem.

Ora, dentro desta lógica, o Programa POSEIMA teve duas iniciativas, uma no âmbito do artesanato e uma que recentemente ainda estamos a discutir em Bruxelas - infelizmente houve atrasos da própria Comissão na sua elaboração - que é a decisão do POSEIMA-Ambiente. Estas duas intervenções, Artesanato e Ambiente são de natureza clássica que se juntaram às intervenções do Quadro Comunitário de Apoio.

Temos uma intervenção inovadora que foi a intervenção da Energia. Foi uma intervenção, na medida em que foi, pela primeira vez, na Comunidade que regiões insulares beneficiaram de apoio especial para a Energia. Dentro desta lógica, a



Região Autónoma dos Açores tem vindo a receber um apoio, sensivelmente, à volta dos 900 mil contos/ano, durante um período de 3 anos, para apoiar também o investimento em energias alternativas, em que 50% das verbas vão reverter a favor do Orçamento da Região.

Dentro deste contexto, foram as intervenções de carácter estrutural previstas e havia também algumas intervenções de carácter estrutural no âmbito do FEOGA-Orientação que também foram definidas no âmbito do POSEIMA.

Este tipo de intervenção estrutural teve também um complemento, que forma as intervenções do âmbito do FEOGA-Garantia. Ou seja, da modelação das políticas comunitárias no âmbito da agricultura e por isso permitiu à Região, apoios específicos ao rendimento dos agricultores e aos abastecimentos que são financiados pelo Orçamento da Comunidade no âmbito da Garantia Agrícola.

Portanto e terminando esta parte relativa ao POSEIMA, quando no último Orçamento para 1994 da Comunidade, foram discutidos os novos grandes quadros para o desenvolvimento da política de integração europeia, ficou claramente definido que esta estratégia da parte da própria Comissão visaria a que todas as intervenções de carácter estrutural, dada a duplicação dos fundos estruturais, do volume financeiro acrescido que a Região vai ter em matéria de Fundos Estruturais, todas as intervenções do POSEIMA de carácter estrutural, ou seja, utilizando os Fundos Estruturais, as mesmas entrariam no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, ou melhor, seriam financiadas pelas linhas do Quadro Comunitário de Apoio.

Todas as outras intervenções decorrem normalmente e como tal continuarão a existir as medidas de apoio aos abastecimentos, das medidas de apoio ao rendimento dos agricultores, das medidas de apoio à melhoria das condições da actividade agrícola açoriana.

Dentro desta perspectiva, neste momento e como as negociações estão a terminar, porque no início de 1994 prevê-se a possibilidade de haver um acordo relativamente ao Quadro Comunitário para vigorar de 94 a 99 e para além das iniciativas comunitárias, estamos a discutir as formas de desenvolvimento do próprio programa POSEIMA na sua globalidade. Mas neste caso, quando digo POSEIMA, estou-me a referir a vários tipos de iniciativas que neste momento são financiadas por várias vias

e como o POSEIMA é uma base jurídica, vai agir essencialmente na modelação de determinadas políticas.

Termino relativamente a esta questão com o seguinte:

Na elaboração dos relatórios a apresentar em Bruxelas, tivemos o cuidado de contactar sistematicamente a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e a Federação Agrícola, pedindo pareceres relativamente sobre quais as áreas fundamentais de intervenção para o desenvolvimentos das acções POSEIMA.

Dentro desta lógica e concluindo:

O Plano e Orçamento para 1994 enquadra-se, perfeitamente, numa estratégia de desenvolvimento regional correcta que permite uma maior e melhor inserção no contexto do Mercado Único e da União Europeia, aguardando a retoma económica que, aliás, se faz já sentir nalguns países da Europa.

A execução do nosso próprio modelo de desenvolvimento regional, aqui definido e que é um modelo adaptado às especificidades da nossa Região, contrariando aspectos de afastamento de dispersão do arquipélago de pequena dimensão, valorizando os nossos potenciais de localização geográfica e da nossa capacidade de integração económica e social, poderemos lançar uma dinâmica de natureza sócio-económica na Região que permita vencer os desafios do futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancadas do Governo e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17:40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares, a fim de podermos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 18:30 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Carlos César (PS): O cardeal da palavra!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Pico merece e aspira desde há muito atingir um lugar cimeiro, que por direito próprio lhe é devido no contexto da Região, atendendo às excelentes aptidões e virtualidades que possui e que são reconhecidas como potenciadoras de melhores níveis de desenvolvimento, mas que continuam em alguns sectores carecidas de serem aproveitadas.

Razões várias se podem apontar, desde o reduzido volume de investimentos públicos e privados, passando por infraestruturas mal dimensionadas, não esquecendo o êxodo constante da população jovem para as outras ilhas mais desenvolvidas, porque não lhe são oferecidas condições de estudo e de emprego na sua ilha, e muitas outras. Mas tudo isto é dito e redito há vários anos. Então porque não se alteram positivamente estas premissas de modo a minorar progressivamente os seus efeitos nefastos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os 16 000 habitantes, onde nos incluímos, que continuam teimosamente a apostar em viver no Pico esperando e ambicionando pelo progresso da nossa ilha, vão sendo de ano para ano cada vez menos. A ilha serve apenas para gerar os seus filhos. Já não tem condições para os ver nascer, nem os pode acolher mais tarde depois de formados e especializados nas carreiras profissionais que escolheram, porque não existem empregos disponíveis.

É este o drama da maioria das famílias picoenses, com uma diferença, uns aceitam-no subjugados aos ditames que lhes são impostos de fora, por aqueles que, detendo o poder governativo adiam a seu belo prazer a concretização dos investimentos indispensáveis, há muito prometidos; outros, onde nos incluímos, clamam ano a ano pela sua concretização.

É triste, mas é ao mesmo tempo sintomático, ver representantes da população do Pico avalizarem ano após ano com o seu voto nesta Assembleia, Planos que sabem e

afirmam não serem os mais apropriados em relação à nossa Ilha. Então porque o fazem? A quem devem servir, perguntamos, a quem os elegeram ou àqueles outros que patrocinam a sua sobrevivência político-partidária?

Não julgamos nem esperamos resposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar sobre o Plano para 1994 que nos é apresentado pelo Governo Regional para aprovação e no que respeita à Ilha do Pico, é uma tarefa frustrante, para quem deseja ver a sua Ilha atingir rapidamente níveis de desenvolvimento e de emprego necessários à fixação da nossa juventude. Não temos a veleidade de pensar que só o Governo tem responsabilidades no êxodo que acima referimos, mas seriam com certeza diferentes para melhorar as condições de oferta de emprego, se a governação regional descentralizasse equitativamente os investimentos reprodutivos da sua responsabilidade.

Somos ilhas antes de sermos Região, mas só seremos Região se cada ilha tiver a sua própria identidade e dignidade, e condições próprias para oferecer aos seus habitantes em pé de igualdade com as outras mais desenvolvidas.

Vemos os nossos rendimentos tributados fiscalmente à mesma taxa dos que vivem nas ilhas desenvolvidas, mas não usufruímos das regalias que àqueles são oferecidas.

Somos procurados no Verão e acolhemos com a nossa natural e cavalheiresca hospitalidade os que gostam de férias calmas, sossegadas e tranquilas.

Esquecem-nos no Inverno quando, sem soluções alternativas, aguardamos horas e horas senão dias, em aeroportos ou em residenciais, o retorno à ilha, porque não nos querem dar o mínimo de condições de operacionalidade do nosso aeroporto, - que as pode e deve ter - apenas porque, nas ilhas que este Governo, considera de segunda ou terceira - aquelas que não têm cidades - independentemente das condições específicas favoráveis ou desfavoráveis de cada uma, todas devem ser e continuar pequenas, apesar da sua grandeza em área. Triste sina esta que nos vem do povoamento, continuou ao longo dos séculos, cimentou-se com os distritos e teima em não mudar com esta Autonomia.

Todos os Picarotos o sentem e sofrem. Muitos lutam, mas ainda há aqueles que aceitam. Estamos obviamente do lado daqueles que sofrem e assim continuaremos defendendo e lutando pela nossa terra.

Esquecem-nos ainda, principalmente no Inverno quando as mães do Pico são forçadas a sair da ilha, porque teimam em não equipar os nossos Centros de Saúde ou pelo menos um deles com as condições necessárias ao apoio na gravidez e no nascimento.

Apesar da nossa frustração, duas notas se impõem sobre este Plano.

No sector do Turismo começámos a ficar com alguma preocupação pois julgamos que os poucos projectos em curso dão a ideia de estarem atrasadas na sua execução e as verbas inscritas parecem-nos insuficientes para a magnanimidade das intervenções expressas, que referem, nomeadamente, a participação em capital social de empresas turísticas. Perguntamos como e onde? Também no Pico?

Ainda neste sector vem indicado o propósito de construção de miradouros. Está prevista a construção de algum para o Pico?

No sector das Construções Escolares, além da verba destinada à Escola Secundária da Madalena, continuam a marcar passo desde há anos, a adjudicação das obras de ampliação das escolas C+S de São Roque e Lajes. Ora entram ora saem dos planos do Governo. Que triste sorte esta. Não merecem os nossos jovens condições condignas. Não merecem os jovens que frequentam a de São Roque uma cantina, tal como acontece com tantas outras? E a ampliação da Escola Básica do Cais Pico? Prometem mas não cumprem.

Continuo a alertar e a manifestar a minha preocupação pelo ritmo lento a que estão sujeitas as obras do Centro de Saúde de São Roque. Já não nos bastava a redução drástica que o Projecto inicial sofreu. Agora até se insinua que a empresa construtora não completará esta obra. Será verdade? Continua o Governo sem querer responder.

E para quando a ampliação e alargamento da Pista do Aeroporto do Pico? São necessários mais estudos? Se os terrenos já estão adquiridos há anos, porque razão teimam em não nos dar esta obra que tanto beneficiaria todos aqueles que, quantas vezes por imperiosa necessidade e sem meios financeiros, se vêem retidos noutros aeroportos por inoperacionalidade do Aeroporto do Pico? Até quando vão teimar em

não beneficiar os Picarotos, Senhores Membros do Governo e Senhores Deputados do PSD?

Mais uma vez focamos aqui nesta Assembleia a necessidade urgente de se concluir o Porto Comercial do Pico na Vila de São Roque, com a consolidação de molhe acostável, ordenamento de toda a área portuária e estudo e execução da segunda fase para passageiros, da zona do Cais Velho. Não desistiremos desta importante obra para bem de todos os açorianos que principalmente no Verão utilizam o transporte marítimo dos Cruzeiros para as suas deslocações inter-ilhas.

Quanto à protecção da Orla Marítima, no caso concreto da Vila das Lajes, não podemos entender a demora do Governo em se decidir quanto ao tipo de obra a realizar, uma vez que, quanto a financiamento, o Governo no Plano a Médio Prazo 93/96 referia que o mesmo estava assegurado com o apoio do POSEIMA - Ambiente. Até quando terão de esperar os Picoenses das Lajes pela sua segurança e dos seus haveres?

No âmbito de defesa e protecção do património e em relação ao Pico é confrangedor acompanhar a evolução deste programa. Em 93 encomendavam-se os projectos do Museu do Vinho da Madalena e da consolidação, restauro e adaptação do Convento de S. Pedro de Alcântara, em São Roque, a Estalagem. Agora, para 94 aparece no Plano apenas o pagamento dos projectos, ou seja, passar um ano inteiro para processar o pagamento dos projectos. Será que, quando vierem a ser postos a concurso, terão de voltar à fase inicial por já estarem desactualizados os orçamentos? Será que, entretanto, o Convento de S. Pedro de Alcântara resistirá? Aqui fica mais uma vez o alerta. E a Igreja de S. Francisco nas Lajes? E o Forte de Santa Catarina nas Lajes? Foi já encontrada uma solução para estes imóveis degradados? Esperamos que sim.

Congratulamo-nos finalmente com o lançamento do concurso do Quartel de Bombeiros que faltava na ilha, o das Lajes, e esperamos agora que o sector agrícola sinta alguma estabilidade ressalvando aqui, porque é de justiça a situação aflitiva que continua a atingir a empresa de Lacticínios da Miragaia. Pedimos ao Governo que tenha um gesto de boa vontade para com esta empresa, pois estão em causa,

juntamente com ela, muitos dos grandes produtores de leite da ilha. Pensamos que os apoios não devem ser canalizados apenas para a Lacto Pico.

O matadouro do Pico continua sem as indispensáveis obras que permitam o escoamento de carne em carcaça. Será que vão ser efectuadas no próximo ano?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima) Não é possível!

O Orador: Os Picoenses pedem mais actividades no antigo posto agrícola Matos Souto, mas os responsáveis da Ilha assim não o entendem. Fica-nos tão só a Administração Florestal com os seus parques florestais de lazer. Um pequenos parêntesis para referir a nossa preocupação quanto ao futuro dos Estaleiros de Santo Amaro. Não será possível estudar a reconversão daquela estrutura?

Uma última palavra para o sector da Segurança Social. A nível da construção dos Polivalentes das Casas do Povo de Santa Luzia e Santo António, que segundo afirmou ontem o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social dependem das verbas do Orçamento da Segurança Social, não se compreende bem o que pretende o Governo. São efectuadas por empreitada ou por administração directa? Quem fiscaliza? Fica sempre a dúvida de quem é o dono da obra. Gostaríamos de ser esclarecidos sobre este assunto, bem como sobre o projecto que em tempos existiu para o Polivalente da freguesia de Santo Amaro. E a Casa do Povo das Lajes do Pico cujo prédio já entrou em expropriação há vários anos, quando terá finalmente solução?

Quem acredita nas verbas destinadas à rede viária e porquê, com menos 40 mil contos do que a verba destinada ao Faial? Não queremos criar qualquer guerrilha inter-ilhas, mas, atendendo as dívidas que este Departamento tem no Pico a fornecedores e ainda ao estado da rede viária da nossa ilha, ficamos descrentes quanto àquilo que se irá realizar, talvez ainda menos do que em 1993, que foi quase nada.

Por muito boa vontade política que tivéssemos, não podíamos aprovar este Plano, pois seriam os próprios Picoenses que não nos perdoariam.

Disse!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Se aprovassem é que eu ficava preocupado!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passadas que estão as actividades trepidantes que sempre envolveram umas eleições livres e democráticas, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma encontra-se a apreciar e a debater as propostas de Plano e Orçamento para 1994.

Num ano em que nos debatemos com conjunturas bastante adversas, quer pela recessão económica, que nem sequer poupou os chamados países mais desenvolvidos, quer pela retracção dos agentes tradicionalmente dinamizadores de uma sociedade, a Região Autónoma não teve outra opção senão a de procurar combater essa onda contraccionista nacional e internacional, ensaiando fórmulas de captação de confiança dos nossos concidadãos, abrindo-lhes perspectivas animadoras, num futuro que se quer cada vez mais perto e optimista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz o nosso povo que não há bem que sempre dure, nem mal que não se acabe.

E, se neste tempo, nos movemos num espaço pouco favorável à satisfação das sempre justas necessidades das populações que servimos, há que recorrer a outros meios, a outras soluções, para evitar que o casco do barco da Autonomia bata no fundo do mar, descredibilizando um processo que foi aspiração velha de séculos e que, por forma alguma, pode ser substituída por conjunturas ou por inércia dos seus responsáveis.

O acordo intercalar assinado entre o Governo dos Açores e o Governo da República, perspectiva um horizonte novo no relacionamento institucional, uma vez que se começa a equacionar a problemática das receitas regionais, definindo-se critérios, o que irá possibilitar à Região Autónoma saber com o que pode contar, para prosseguir a senda de desenvolvimento iniciada em 1975, com a consagração do regime autonómico, concretizando na actual geração a velho desejo da “livre administração dos Açores pelos Açorianos”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Um Plano é um plano e só terá eficácia, se surgir no momento certo, com as respostas adequadas às necessidades conjunturais.

E será tão mais coerente, quanto maior for a sua adaptabilidade a circunstâncias concretas.

Na introdução ao documento em discussão, considera-se o “significativo abrandamento da actividade económica”, “acompanhado por um aumento de desemprego”.

“As economias da Comunidade Económica desaceleraram”, ao mesmo tempo que, em termos nacionais, se refere o abrandamento do ritmo de crescimento da economia portuguesa.

Neste contexto, o comportamento da economia regional tem de necessariamente enquadrar-se nesses pressupostos que nos extravasam, mas que nos condicionam. E, apesar disso, a Região Autónoma consegue níveis de desemprego baixo, e, apesar de reduzir o ritmo de actividades, mantém em funcionamento sectores básicos de sustentação da sua economia.

Foi uma preocupação social não parar, em definitivo, com as infraestruturas e o seu simples abrandamento ameaçou provocar focos de instabilidade social, felizmente conjunturalmente afastadas, por via das decisões que, corajosamente, tiveram que ser assumidas e que, de uma forma genérica, se consubstanciam neste Plano para 94.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As acções preconizadas no Plano para 1994, enquadradas na política de apoio às comunidades Açorianas, merecem o nosso acordo e um pouco da nossa atenção.

A diáspora é uma realidade concreta e a sua ligação afectiva a essas ilhas de bruma, cada vez mais se consolida e, perdoe-se-me a tendência, esse contacto deverá ter um maior incremento por parte das autoridades regionais, por forma a reforçarmos cada vez mais os laços consanguíneos de amizade e de solidariedade.

Das vastas acções previstas para a efectiva simbiose entre residentes e emigrados, permito-me salientar as que mais irão contribuir para que quem parte, deixa de ter como madrasta a terra onde nasceu.

No sector das acções de sensibilização e informação destinadas à Juventude, destacamos o Curso de Férias para Estudantes Filhos de Emigrantes; o apoio a visitas

de estudo à Região Autónoma dos Açores; o Seminário “Portugal Atlântico e a Açorianidade”; Acções de Formação para Professores de Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro” e no que diz respeito aos pós-graduados e profissionais liberais, um acontecimento bienal que é a “Breve sobre os Açores”. Destinado a dirigentes associativos o Curso para Animadores Culturais, Curso de Folclore e Viola Regional e nos apoios à televisão, o envio para as comunidades de programas informativos via-satélite.

Na área da Rádio, o envio de programas “Na Rota das Ilhas” e na área da imprensa o fornecimento de jornais diários às Associações e Órgãos de Comunicação Social das Comunidades.

Para não referir ainda, a publicação em média de três obras, por ano, sobre temática do emigrante.

Quanto ao apoio a iniciativas das Comunidades que pela sua dimensão as ultrapassam projectando-se na própria Comunidade de Acolhimento, destaco o :

- “Festival Cabrilho”, em San Diego, Califórnia;
- As “Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra”;
- O Congresso sobre Educação, da União Portuguesa Continental, Nova Inglaterra;
- A Conferência sobre Educação, da Luso-American Education Foundation, Califórnia;
- O Simpósio “Filamentos da Herança Atlântica”, em Tulare, Califórnia;
- O “Ciclo da Cultura Açoriana”, em Toronto;
- O “Folklorama”, em Winnipeg, no Canada;
- A “Feira da Providência”, no Rio de Janeiro;
- “Os Açores, Um Elo Com o Passado”, em Florianópolis, Santa Catarina no Brasil;
- A “Semana Açoriana”, Rio Grande do Sul, também no Brasil;
- “Concurso literário “Raízes Açorianas”, em Porto Alegre também no Brasil;

E finalmente para não referir outras iniciativas mais importantes, porque “Conhecemo-nos melhor é importante”, percorrerão as Comunidades com a regularidade possível as exposições:

- “A Ilha do Mundo”;
- “Triologia Açoriana. O Espírito, o Povo e a Terra”;

- “Caminhos do Açoriano no Rio Grande do Sul”;
- “Açores, Um Elo Com o Passado”; - “Rogério Silva e a Sua Pintura”;
- “Um Olhar Sobre Angra”;

Por outro lado, com o fim de munir as Associações, escolas e instituições culturais de meios para que possam desenvolver com mais eficácia a sua acção de animação sócio-cultural das Comunidades, continuaram a serem fornecidas:

- Bibliotecas de autores ou de temática açoriana;
- Trajos regionais;
- Instrumentos musicais;
- Discos e cassetes de música popular;
- Diapositivos;
- Cassetes de vídeo;
- Bandeiras da Região Autónoma dos Açores;
- Livros escolares, mapas do Arquipélago e literatura infantil;

Incomodam as bandeiras, Sr. Deputado?!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não, absolutamente nada!

O Orador: Ótimo!

Finalmente, continuar-se-á com o trabalho que vem sendo desenvolvido junto dos candidatos à emigração, designadamente com os Cursos de Preparação de Emigrantes, o serviço de informações, a organização de processos, o esquema de apoio nas passagens e o serviço de assessoria jurídica, este já para emigrantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por experiência própria, tendo verificado o êxito das acções desenvolvidas pelo Governo dos Açores junto das nossas comunidades de emigrantes ou realizadas aqui na Região Autónoma.

Por isso, essencialmente por isso, é que me disponibilizo para votar, favoravelmente, este Plano para 94, atendendo aos condicionalismos presentes.

Os Açorianos, residentes nas ilhas ou em países de acolhimento, onde prolongam os nossos usos e costumes, merecem, nas várias vertentes deste documento, toda a nossa atenção, entusiasmo e dinamismo também. Eles merecem.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de anos de teimosa recusa em renegociar o relacionamento financeiro com o Estado, o Governo Regional revelou ontem o ponto em que se encontram as negociações que se pensa terem começado há alguns meses.

É significativo e negativo que seja apenas na abertura da discussão do Plano e Orçamento para 94 que tal informação seja dada. É significativo e negativo que tais acordos tenham sido desenvolvidos e negociados sem qualquer informação e consulta aos partidos da oposição. É significativo e negativo que o conteúdo dos entendimentos ontem anunciados configurem um caminho de abandono da Autonomia Financeira nos seus pontos definidores essenciais.

Antes porém de avançar na análise do que aqui foi anunciado referente ao Acordo Financeiro entre o Governo da República e o Governo Regional há que ver com clareza as razões porque se chegou a uma situação de tão acentuado recuo da Autonomia.

O PCP, com a frontalidade e objectividade que põe nas suas atitudes, responsabiliza total e integralmente a direcção do PSD/Açores e o Governo Regional, pela degradação da Autonomia que os acordos agora anunciados significam.

Por um lado o PSD/Açores, com o empenhamento directo do seu Presidente, recusou durante anos e anos, quando havia uma situação financeira equilibrada, que fosse estabelecido um quadro estável para o presente e para o futuro na relação financeira com o Estado.

Diziam os líderes reais do PSD que tal estabilização limitava a Autonomia.

Foram, até, marginalizados destacados elementos do PSD que defendiam, há cerca de 8 anos, a realização de Protocolos com o Estado.

Em alternativa a direcção do PSD defendia o princípio da negociação anual conduzida por princípios para-chantagistas.

Tanto de errado se disse e tanto de desequilibrado se proclamou, em nome da Autonomia Financeira, que o Governo de Cavaco Silva definiu como objectivo a atingir uma situação de controlo apertado das finanças regionais, controlo esse que a partir de agora passará mesmo a ter.

Por outro lado o Governo Regional, com a sua política imediatista, com as suas práticas sem rigor, com a sua visão limitada e com a sua única prioridade de ganhar eleições, gastou o que tinha e o que não tinha, criando um enorme buraco financeiro e instalou, por falta de resolução de questões essenciais, a estagnação na economia.

Assim sendo criou-se uma cadeia de posições e situações que levaram a Autonomia ao beco em que está.

A associação, sempre sobre a batuta dogmática do pequeno grupo que dirige o PSD/A, da recusa em encontrar um relacionamento financeiro estável com o Estado, com a tendência de estagnação da receita corrente derivada da dificuldade da economia, com a descida das receitas de capital provocadas por alterações em acordos internacionais e com o buraco financeiro irresponsavelmente aberto pelo Governo, levou a que durante este ano, de forma secreta e humilhante, mas sem glória nem humildade, esses mesmos dirigentes do PSD tivessem que engolir linha a linha a confissão do seu escandaloso erro político.

O PCP sempre defendeu a revisão do relacionamento financeiro com o Estado e há já muitos anos avançou com as mais diversas sugestões.

O PCP sempre se disponibilizou para que essa revisão fosse feita tendo como suporte uma posição de consenso regional. O PSD sempre agiu noutra sentido, porquanto consensos nessa matéria limitariam o aventureirismo da gestão financeira.

Não faz sentido ouvir o Secretário das Finanças vir ontem teorizar sobre autonomia financeira, exactamente quando se percebe que a sua missão prioritária na Secretaria que lhe foi recentemente atribuída é a de montar um sistema de gestão de recursos financeiros sem autonomia financeira.

Não faz sentido, em termos autonómicos, o Governo vir a esta Assembleia, cuja competência exclusiva na área das grandes decisões financeiras não pode ser contestada, anunciar alterações tão radicais de relacionamento com o Estado, apresentados como factos consumados.

Não faz sentido falar-se em relacionamento financeiro entre o Governo da República e o Governo Regional, porquanto esse relacionamento financeiro é realmente estabelecido entre o Estado e a Região e tem que ser em última análise regulado pelo Orçamento Geral do Estado e pelo Orçamento da Região.

A governamentalização das atitudes políticas, tão ao gosto do Governo Cavaco Silva e tão ao gosto do Governo Regional, aparece neste episódio das negociações secretas sobre o relacionamento financeiro, como sendo mais um instrumento de desarticulação da Autonomia em termos gerais.

Não há que ter dúvidas que quando se ignora deliberadamente a Assembleia Legislativa Regional, quando num simples acordo entre o Governo da República e o Governo Regional se põem em causa normas estatutárias, se definem orientações e limites para as despesas e se determina a evolução da dívida, está-se pura e simplesmente a cilindrar as instituições, apagar do Estatuto, a insultar a Assembleia da República e a reduzir a nada esta Assembleia.

Ao enorme erro dos últimos 10 anos cometido pela direcção restrita do PSD e que constou da recusa em procurar estabelecer, enquanto podia, regras justas no relacionamento financeiro com o Estado, junta-se agora outro erro histórico e que pode ser fatal para o nosso sistema político que é o de fazer acordos que ultrapassem a competência do Governo Regional, que desarticulem a autonomia financeira e que esmaguem a lógica do exercício dos poderes autonómicos, globalmente considerados. O caminho percorrido pelos líderes do PSD/A vai da provocação condenável à submissão inaceitável; vai do irrealismo absurdo ao mais doentio servilismo; vai da distorção impensável do sonho autonómico à destruição fria desse mesmo sonho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir e vamos votar um Orçamento e um Plano conforme é nossa competência exclusiva, mas na realidade já foram definidas todas as questões essenciais.

O acordo intercalar estabelece que a despesa corrente não aumenta em 94, com excepção de 4% no que diz respeito a pessoal e estabelece a liquidação de prerrogativa regional estabelecida pelo artigo 101.º do Estatuto.

O referido acordo também estabelece o pagamento da dívida à Caixa Geral de Depósitos o que, aparentemente, é um absurdo, pois as dívidas que existem são sempre para ser pagas.

O referido acordo consagra uma outra cláusula muito louvada pelo Secretário das Finanças, segundo a qual o Governo da República se compromete, no futuro, a rever o método de cálculo das transferências orçamentais, sendo no entanto associados a esse compromisso dois sectores - educação e saúde - o que limita desde logo o alcance do compromisso.

O Governo da República e o Governo Regional comprometem-se, nos termos da cláusula 2, a negociar, em 94 um Acordo Financeiro Plurianual.

Muito embora pensemos que tudo isto já foi longe de mais, pode eventualmente estar-se ainda a tempo de fazer alguma correcção essencial.

É imperioso que o Protocolo de Acordo Plurianual seja entendido como sendo entre a Região e o Estado.

Para que isso seja assim, é essencial que as soluções encontradas sejam limpidamente estatutárias.

Para o serem, esta Assembleia tem que ter não só conhecimento mas também decisão na matéria

Não é estatutário nem constitucional haver instrumentos de definição da receita e da despesa regional definidos à margem deste Órgão.

Não basta proclamar vigor na defesa da Autonomia.

Não basta vir para os jornais dizer “não vergamos”.

É necessário sim assegurar, no quadro nacional, os meios que esta Região tem direito para se poder desenvolver, mas tal necessidade tem que ser satisfeita com o respeito integral pelo Sistema Constitucional da Autonomia.

O que este ano se passou em matéria de Orçamento e Planos constitui um lapidar exemplo de que se não pode nem deve fazer.

O Plano para 94 não serve. O Orçamento para 94 não serve. O Acordo Intercalar é um documento de compromisso político e de submissão. O protocolo financeiro a negociar em 94 não promete nada de bom, à partida.

Caso a linha vigente não seja repensada é legítimo supor-se que, para a Autonomia e para as populações, o ano de 94 seja ainda pior que o ano de 93.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sendo por todos nós constatada a crise económica generalizada que tem vindo a afectar sobremaneira a economia mundial, inevitável seria que também o sector turístico - e fundamentalmente este - sofresse os respectivos efeitos negativos.

Trata-se, com efeito, de um sector por definição particularmente vulnerável a alterações negativas de conjuntura económica, a fenómenos de instabilidade política e social e a alteração da qualidade do meio ambiente.

E não sendo ainda um “produto” de consumo primário, é em regra, o primeiro sector a ressentir-se perante os eventos com flutuações desfavoráveis sejam elas de carácter endógeno ou exógeno.

Em consequência, a redução do poder de compra dos cidadãos - bem como os fenómenos psicológicos associados à conjuntura depressiva - e os insistentes apelos ao turismo interno nos principais mercados emissores de turismo para Portugal, determinaram certamente uma quebra de intensidade variável dos fluxos turísticos para os destinos de férias portuguesas, pese embora o volume de receitas na hotelaria açoriana durante o primeiro semestre não apontar para um decréscimo significativo.

Assim sendo, à semelhança da generalidade de outros destinos turísticos do País, os Açores vão encerrar o ano turístico com resultados globais inferiores aos dos anos anteriores, não obstante se constate não ter havido depreciação dos preços da hotelaria e demais serviços turísticos, o que é bem demonstrativo, mesmo neste quadro adverso, do actual vigor e consistência da operação turística para os Açores.

Por isso procuramos, mesmo num cenário orçamental desfavorável, executar um programa de acção promocional coerente e consistente atribuindo convenientemente forte prioridade ao mercado nacional onde tiveram lugar acções de promoção - incluindo a vertente publicitária - de elevado impacto e qualidade.



Não descuramos igualmente, como se impunha, nos limites dos recursos financeiros disponibilizados o acompanhamento dos numerosos projectos de investimento cuja realização procuramos assegurar em função da sua importância estratégica para a oferta turística regional.

Neste domínio a recente aprovação por esta Assembleia Legislativa do Orçamento Suplementar veio permitir a celebração de mais de uma dezena de novos contratos, alguns deles já em fase de execução e outros que se desenvolverão durante o próximo ano, sendo que os restantes serão executados no âmbito do presente Plano, que contempla uma verba superior a 2,3 milhões de contos para incentivos ao investimento turístico privado, ou seja, mais do dobro da verba no Plano do ano em curso.

De sublinhar ainda como testemunho do vigor do sector privado que em 1993 tiveram lugar as primeiras operações de alienação das participações públicas detidas em empresas do sector hoteleiro, perspectivando-se para o próximo ano idênticas operações ou soluções alternativas por forma a transferir para a iniciativa privada a titularidade ou a exploração dos respectivos empreendimentos.

A poucos dias de iniciar o ano de 1994 não poderemos garantir que este ano assinalará o fim da recessão económica, não obstante se prevejam alterações positivas no comportamento do mercado turístico internacional. Independentemente desse facto continuaremos, como sempre o temos feito, a porfiar um contínuo esforço de reestruturação e modelação da oferta açoriana nas vertentes do alojamento, restauração e animação turística, bem como a desenvolver em concertação com o sector privado, programas de actuação promocional mais eficazes, consistentes e porventura criativos junto dos mercados de intervenção prioritária.

No domínio da oferta, tendo já presente a actual dimensão e grau de diversificação, procurar-se-á contribuir o melhor quadro de incentivos e apoios diversos ao investimento privado, sendo certo que os critérios de avaliação deverão considerar essencialmente a necessidade da maior selectividade em função das tipologias turísticas consideradas prioritárias e do grau de qualificação requerido para o Turismo dos Açores.

A aplicação à Região do Sistema de Incentivos que vier a substituir o actual SIFIT II, bem como a extensão à Região dos financiamentos directos praticados pelo Fundo de Turismo serão instrumentos de intervenção de que o sector passará a dispor já no próximo ano, estando prevista ainda a reformulação dos sistemas de incentivos regionais que igualmente se orientarão para a melhoria da qualidade da oferta e passarão a contemplar de uma forma mais ajustada às necessidades presentes do sector investimentos na área da promoção e do “Marketing” turístico conduzidos preferencialmente por agências de viagens e turismo.

Tendo em vista a melhoria da qualidade das instalações e serviços turísticos os sistemas de incentivos e a acção de sensibilização da Direcção Regional do Turismo procurarão fomentar o investimento na remodelação e beneficiação dos empreendimentos existentes no sentido da obtenção dos níveis de qualidade exigidos ao turismo açoriano. Concomitantemente, encontra-se em curso uma acção global da Direcção Regional de Turismo visando determinar a eventual necessidade de reclassificação dos empreendimentos turísticos, de forma a obter uma mais perfeita correspondência entre as classificações actuais e os níveis de qualidade das instalações e serviços que elas indiciam. Porque como desde sempre tenho afirmado, um destino de qualidade constrói-se por referência à oferta nas suas diversas vertentes e só em função disso é possível aspirar a movimentos turísticos de maior qualidade económica e cultural.

Ao nível dos investimentos infraestruturais de interesse estratégico para a oferta regional, atribuir-se-á especial prioridade no decurso do Plano agora em discussão, à conclusão do Campo de Golfe da Batalha e à elaboração de projecto e aquisição de terrenos do Campo de Golfe do Faial.

No que concerne à procura e tendo presente a actual configuração e dimensão da oferta, cujo crescimento reclama um acrescido esforço promocional, o “Marketing” e a promoção turísticas apresentam-se como um dos principais vectores estratégicos do desenvolvimento turístico.

Procurar-se-á, por conseguinte, desenvolver e consolidar a imagem turística dos Açores nos mercados interno e externo através de um investimento global bastante superior ao dos anos anteriores, dividido por acções múltiplas nomeadamente na

reformulação e produção de materiais de informação e divulgação dos Açores e acções diversas no campo das relações públicas e publicidade.

Preparar-se-ão e executar-se-ão, parcialmente, por conseguinte, durante o ano de 1994 a edição de materiais promocionais genéricos e especializados procurando também a pré-promoção de novos produtos em formação mas não ainda em fase de comercialização, de que são exemplo o golfe, o turismo em espaço rural e actividades náutico-desportivas.

Nos mercados nacional, alemão e britânico, principalmente, em virtude do seu interesse especial e peso específico na estrutura da procura para os Açores serão lançadas acções de carácter publicitário dirigidas ao “Trade” e ao consumidor final, assim como se diversificará a presença dos Açores em certames e outros eventos turísticos internacionais, bem como se intensificarão as viagens, visando a sua sensibilização ou conhecimento do destino Açores e, desta forma, proporcionando melhores níveis de comercialização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A execução do presente Plano estou certo que virá a marcar uma nova fase no processo de desenvolvimento turístico da Região. Com efeito, os investimentos em curso que serão concluídos neste período, bem como a consolidação dos numerosos projectos entrados em funcionamento nos últimos tempos, pela sua importância em termos qualitativos e quantitativos, anunciam uma continuada reestruturação da oferta açoriana e virão a influenciar decisivamente a próxima fase do claro redimensionamento da procura turística para os Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que concerne ao sector do ambiente, começarei por transcrever parte do relatório sobre “Examens des Performances Environnementales” de Portugal feito pela OCDE, na sequência de visitas efectuadas por uma equipa de especialistas daquela organização ao nosso País, e que nesta Região reuniu com representantes de vários departamentos governamentais.

Sob o título “Gestão Ambiental na Madeira e nos Açores”: um exemplo positivo de integração”, o mencionado relatório refere-se aos Açores da seguinte forma:

“Um bom exemplo de desenvolvimento responsável na área do Ambiente”, salientando fundamentalmente o equilíbrio que se verifica entre as necessidades da indústria turística e a preservação do ambiente.

A concluir cita:

“O Arquipélago dos Açores tem conseguido preservar a qualidade do seu ambiente. As autoridades estão, contudo, plenamente conscientes de que embora novas medidas sejam necessárias para manter o desenvolvimento económico, deve-se, ao mesmo tempo, preservar o bom ambiente”.

Presidente: Sr. Secretário, conforme tinha pedido, informo que atingiu os 10 minutos.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

O teor do presente relatório da responsabilidade de um organismo internacional, como é a OCDE, vem confirmar que as medidas que têm vindo a ser tomadas na área do Ambiente, estão correctas e têm contribuído para a protecção do nosso maior património natural, em harmonia com o desenvolvimento. Com efeito, ao longo dos últimos anos, várias têm sido as acções visando a consciencialização das diferentes autoridades e da população para a necessidade de preservação do ambiente.

Entre outras, de salientar as que estão relacionadas com a educação ambiental e sensibilização, nomeadamente, junto das escolas e da realização de seminários sobre diversos temas sensíveis, dos quais mereceram destaque os relacionados com a eutrofização das lagoas e da poluição sonora.

Para 1994 está prevista a implementação de clubes de ambiente em vários estabelecimentos de ensino, permitindo assim, uma maior consciencialização por parte da juventude para os problemas relacionados com a defesa do ambiente.

Em colaboração com as associações ecológicas continuaremos a apoiar as iniciativas que neste domínio sejam apresentadas à Direcção Regional de Ambiente e que venham a merecer a sua aprovação. A entrada em funcionamento na Calheta de S. Jorge, no mês de Novembro, do primeiro aterro sanitário foi, sem dúvida, um importante passo que marca a Região na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, e que é o resultado do trabalho desenvolvido e do apoio concedido pela Direcção Regional de Ambiente junto das Autarquias.

No próximo ano está prevista a entrada em funcionamento de novos aterros sanitários, esperando que a recente eleição de novos responsáveis para determinadas autarquias venha finalmente resolver graves problemas que algumas das ilhas vêm sentindo, com enormes prejuízos para a saúde pública da população, bem como o impacto negativo na imagem das mesmas no exterior com especial relevo para a sua promoção turística.

Em colaboração com Universidade dos Açores e outros institutos e organizações de carácter científico continuaremos a celebrar protocolos no âmbito da investigação, nomeadamente nas áreas da fauna e da flora endémicas, assim como manter as análises das águas balneares, com vista não só à candidatura da bandeira azul da Europa, como igualmente proporcionar aos utilizadores das praias um conhecimento da qualidade das respectivas águas.

A recente aprovação por esta Câmara do Novo Quadro Legislativo, que cria a Rede Regional de Áreas Protegidas, vai permitir a classificação de diversas áreas, bem como a reclassificação de outras, garantindo de uma forma mais eficaz a protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais. Neste particular será organizado um sistema de fiscalização compatível com as áreas que forem sendo criadas e que serão objecto de discussão pública de acordo com a legislação.

O conjunto de medidas e acções a implementar na vigência da presente proposta terão, decerto, um impacto positivo na melhoria da qualidade de vida dos açorianos, uma vez que visa, não só o enraizamento de uma verdadeira consciência ambiental de todos, como também a defesa do meio ambiente e conservação da natureza, por forma a proteger o património natural que, nestas nossas ilhas, acaba por constituir a nossa principal riqueza, a única verdadeiramente nossa e que não é importada.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho tempo, porém queria fazer-lhe uma pergunta que é a seguinte:

V. Ex<sup>a</sup>. já esqueceu completamente o Plano Director de Turismo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não esqueci a proposta do Plano Director do Turismo que já foi elaborada, foi apresentada em devido tempo aos parceiros sociais que se pronunciaram. Recebemos as propostas e, neste momento, estamos a discutir com eles as mesmas, por forma a que o documento conjunto esteja em conformidade e em consonância com os diferentes interesses, os públicos e os privados.

Neste momento, têm decorrido reuniões com os representantes da Câmara do Comércio e na próxima semana decorrerão novas reuniões, no sentido de se chegar ao documento final.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura continua sendo a principal fonte de riqueza da Região e o grande suporte ao desenvolvimento sócio-económico das populações rurais das nossas Ilhas. Duma forma geral, pode até afirmar-se que o bem ou mal estar da população açoriana tem o epicentro na Agricultura, pois quando este sector está em crise esta acaba por reflectir-se em muitos outros.

Em época não muito distante, a terra apenas proporcionava o indispensável ao sustento da maioria das famílias. Foi a tenacidade dos homens do mundo rural que permitiu enfrentar toda a ordem de adversidades, desde as mais precárias condições de trabalho, à obrigação de sobreviver com muito pouco. Isto contribuiu para moldar-lhes o carácter fazendo brotar de tanto sacrifício o conhecimento profundo da

realidade da vida, dotando-os daquela sabedoria que permite ser-se calmo e paciente até limites insuspeitados.

Encararam o 25 de Abril e conseqüente surgir da autonomia numa forma especial: embora satisfeitos, foram quiçá menos eufóricos do que outros trabalhadores, pois quem não tinha horário de trabalho, quem não tinha direito a férias, quem não cumpria feriados, quem não gozava fins de semana, quem não tinha assistência social, etc. não estava preparado para reivindicar o que quer que fosse.

Todavia, o sentir que alguém, vivendo o mesmo isolamento, suportando condições idênticas de ostracismo poderia finalmente olhar mais de perto os reais problemas que afectavam os Açorianos, fez acender na alma desta gente a esperança na chegada de dias melhores.

E todos eles, e cada um em particular, desejou a autonomia para a sua freguesia, para o seu Concelho, numa forma especial para a sua Ilha e por conseguinte para a Região; sonharam com melhores dias, imaginaram-se com melhores condições de trabalho e com maiores rendimentos; pensaram que seria melhor haver um Governo da Região, em suma: “Acreditaram na Autonomia”

Leram avidamente as notícias que o primeiro Plano lhes trazia, as verbas que lhes estavam destinadas, os melhoramentos que se preconizavam, os caminhos, a água, a luz, o emparcelamento, a facilidade para aquisição de terras pelos rendeiros, e pensaram que, sendo esta uma terra tão pequena, em breve teriam as suas explorações transformadas em lugares onde fosse apetecível trabalhar.

Só que, plano após plano, foram verificando que quase sempre a verba gasta, ficava muito aquém da verba atribuída inicialmente e dos melhoramentos prometidos pouco ia sendo concluído. De todos os milhões gastos na Região, não era atribuído à Agro-Pecuária o suficiente para resolver definitivamente as carências primárias do sector.

Afinal os milhões iam sendo gastos, mas pouco em algo que beneficiasse qualquer tipo de produção.

É neste contexto que surge a integração Europeia, que veio pôr a nu a falta numa política de orientação para a Agricultura Regional.

Estimulou-se à pressa a produção leiteira, e os resultados estão bem visíveis no milhão quinhentos e dez mil contos que serão gastos neste Plano de Médio Prazo em ajuda às 451 explorações em dificuldades financeiras.

No que respeita à ovinicultura, parece-nos exagerada a verba de 2.085.000 contos dispendidos desde 1991 até agora, para a existência actual de apenas 6.000 ovinos em toda a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na iminência de verem os seus produtos serem confrontados com a alta qualidade dos produtos comunitários, sujeitos a todas as exigências a que as Directivas da Comunidade obrigam, os lavradores observam agora com redobrada apreensão a falta de infra-estruturas existentes a nível das suas explorações.

Já não é só a falta de condições de trabalho que está em causa, mas a falta de meios indispensáveis para que o produto do seu trabalho seja valorizado. Mais do que nunca confrontados com um mercado concorrencial de há longos anos dotado de infra-estruturas que respondem às actuais exigências Comunitárias, os lavradores sentem que deviam ter merecido mais atenção por parte do Governo Regional durante os últimos 16 anos.

Nesta altura, já não deviam existir os péssimos caminhos de acesso que ainda existem; a falta de água indispensável à mais elementar higiene e beberagem do gado; a falta de energia que para além de proporcionar a iluminação nas manhãs de Inverno, resolve também o problema da refrigeração; a dispersão das parcelas que cada vez complica mais o trabalho nas explorações e a incerteza de venderem a preços condignos aquilo que produzem.

De acordo com a Directiva 46/92 as regras de higiene nas explorações serão fiscalizadas a partir de Janeiro de 1994. Aquelas onde não exista água e condições de higiene sanitária, terão dificuldades na comercialização dos seus produtos a nível do Mercado Comum

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Perímetros de Ordenamento Agrário abrangem 35.000 ha dos 118.000 ha de S.A.U. da Região.



Destes 35.000, apenas 20.535 ha estão previstos ficarem concluídos até finais de 1996. Os restantes 14.465 ha, bem como os 83.000 ha fora dos Perímetros terão assim de esperar longo tempo pela criação das estruturas necessárias, vindo assim a complicar drasticamente a capacidade competitiva dos nossos lavradores.

Aguardamos com expectativa a execução do abastecimento de água ao Perímetro do Paúl e Serra do Cume. Veremos se desta vez é para cumprir, ou se não passou de mais uma ajuda a Joaquim Ponte em véspera de eleições, como aliás já tinha sido prestada em 1989.

A promessa anterior era mais ousada, pois tratavam-se de 3,5 milhões de contos e para abastecimento a toda a Ilha Terceira.

Do Ordenamento Agrário fora dos Perímetros, dos cerca de 83.000 ha já mencionados a situação é dramática. Já são as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais que perante a situação por vezes desesperada da falta de água e melhoramento de caminhos se comprometem nos seus programas a dar uma ajuda aos lavradores. É a demonstração evidente do que tem sido o papel do Governo nesta área durante os anos anteriores.

Perante a urgência que existe na conclusão de todas as estruturas e infra-estruturas referidas, afigura-se-nos bastante reduzida a verba atribuída no Plano ao Ordenamento Agrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lavoura debate-se ainda com graves problemas no âmbito da produção devido aos elevados custos das matérias primas e da mecanização, sem a qual já é impensável o trabalho nas explorações.

As ajudas Comunitárias tem desempenhado um papel importante nesta área mas não se tem revelado suficientes. É necessário um grande empenhamento do Governo Regional para que os factores de produção possam chegar a níveis compatíveis com os rendimentos reais dos lavradores e criar mecanismos necessários a uma actualizada e atempada informação sobre essas ajudas. As associações poderão desempenhar aqui um papel importante. É necessário dotá-las de meios que torne isso possível. Espera-se que as Associações com projectos no âmbito do Proagri tenham já satisfeito as condições para que os mesmos sejam aprovados.

Os programas da Comunidade no âmbito das reformas da PAC poderão contribuir de forma decisiva para o bem estar futuro de todos os que vivem da Agricultura. É necessário que o Governo Regional não trave nem retarde a sua aplicação.

A diversificação de produtos originários da Região, bem como a aposta na qualidade do leite e da carne poderão contribuir de forma decisiva para o aumento do rendimento dos lavradores que tem vindo sucessivamente a decrescer.

A produção de carne, estimulada pela aplicação do Regulamento 2066/92 de CEE, se bem integrada no desenvolvimento da Agro-Pecuária através da Construção de Matadouros Industriais onde necessários, poderia fomentar o acabamento final de engorda na Região, contribuindo para que a quase totalidade do gado fosse aqui abatido, com todos os benefícios daí resultantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para isso, seria necessário que por exemplo na Ilha Terceira as obras encetadas não se ficassem pelo meio termo e tivessem a necessária complementaridade.

Se o Porto da Praia da Vitória não tivesse nascido apenas para dar suporte moral a outras obras, se o Parque Industrial fosse a sequência lógica ao que está feito, se o Matadouro Industrial estivesse em vias de se tornar realidade, então poderíamos pensar que se estava trabalhando a sério naquilo que seria uma boa solução para a Terceira e algumas Ilhas do Grupo Central desde que um sistema de transportes adequado, para isso contribuísse.

Mas neste Plano, tudo é retardado:

Para o Porto da Praia apenas existe a verba de 15 mil contos que servirá certamente para pagar o atestado de incompetência e má vontade com que este Governo encara a realidade da Ilha Terceira.

A produção extensiva preconizada no Regulamento 2078/92, contribuirá de forma irreversível para a qualidade da carne e do leite, proporcionando alternativas à utilização da Terra para fins não agrícolas. Com este contributo à promoção da qualidade (carne e leite produzidos à base de erva) compete ao Governo Regional zelar por todos os meios ao seu alcance para que esta seja de todo insuspeita.

A verba atribuída neste Plano à reforma antecipada afigura-se-nos diminuta uma vez que pensamos vir o Regulamento 2079/92 dar um valioso contributo ao

redimensionamento das explorações. Dotando-se este programa com verbas suficientes poder-se-ia avançar na ordem do emparcelamento com maior rapidez tanto nos Perímetros como fora deles.

Na área da Florestação, os 29 mil contos que constam do Plano são manifestamente insuficientes, se entendermos que o Regulamento 2080/92, integrado nas medidas que os anteriores Regulamentos preconizam deverá ter uma grande aderência por parte dos lavradores e contribuirá inegavelmente para a melhoria do nosso meio-ambiente.

De todos estes Regulamentos o Governo não tem feito o trabalho de divulgação que se impõe. Há que enviar técnicos às localidades explicando com cuidado e interesse todos os elementos aos lavradores para que estas medidas não acabem por contemplar só alguns. É que em todos os casos a participação da Região são 25% e os atrasos e dificuldades na aprovação de outros projectos lançam suspeitas quanto ao verdadeiro interesse em corresponder a estes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

- A extensão a todas as explorações do sistema de contabilidade (realista),
- O estudo sobre o rendimento dos Agricultores,
- O estudo sobre a viabilidade económica das Industrias de Lacticínios, para que se evitem as sempre nocivas suspeitas por parte dos produtores,
- A elucidação rápida de todos os programas comunitários e sua aplicação,
- Zelar para que sejam os produtores a beneficiar de imediato das ajudas do Poseima,
- Solução rápida dos projectos elaborados no âmbito do PEDAPA e outros,
- Criação de condições que conduzam ao abate local da totalidade do gado criado na Região, que eliminará o risco que permanentemente se abate sobre a economia dos nossos lavradores, como tem acontecido um pouco por todas as Ilhas com a exportação de gado vivo,
- A criação de linhas de crédito bonificado para aquisição de terrenos ou compra de efectivos leiteiros,
- O avanço rápido na criação das infra-estruturas nas explorações e acesso a elas,
- Garantir a qualidade da carne e derivados do leite,
- Conquista de mercados para os produtos Regionais,

São medidas que ajudarão a ultrapassar a crise em que mergulhou a Lavoura Açoriana, contribuindo para a elevação do seu nível social e não para a sua manutenção precária.

Para as realizar, é necessário um esforço muito maior do que o esboçado neste Plano e este Governo já demonstrou não ser capaz de o executar. Plano após Plano se vai verificando que a ineficácia é o denominador comum de todos eles. Plano após Plano, os lavradores desta Região vão concluindo que se benefícios houve com a autonomia, não foi com certeza na sua área, pois poucas melhoras tiveram na sua vida. Alguém vai beneficiando com o trabalho deles, mas não propriamente as suas famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por estas razões, tal como eles, dizemos não a este Plano e tal como eles esperamos por outro projecto de Autonomia, menos utópica, menos centralista e menos opressora, para voltarmos a sonhar com ela em cada uma das nossas Ilhas, administrada duma forma real, honesta, interessada e vocacionada para resolver os problemas de fundo das populações.

Tenho dito!

(Aplausos das bancadas do PS e PCP).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para uma intervenção.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O ano de 94 encerra grande significado, quer político, quer económico, para a agricultura e pescas da Região.

A entrada em ano cruzeiro da aplicação do POSEIMA, o início da aplicação das medidas de acompanhamento da Reforma da PAC, e também, como é óbvio, dos mecanismos decorrentes da própria Reforma, a implementação do Novo Quadro Comunitário de Apoio e, conseqüentemente, do novo Plano de Desenvolvimento Regional, são por si só, acontecimentos de significativa repercussão política, económica e social na nossa agricultura, bam como nas nossas pescas.

No caso das pescas, no ano de 94, independentemente dos efeitos económicos, decorrentes no novo Plano de Desenvolvimento Regional, deverá ser estabelecido, pela primeira vez na Região, um regime de quotas de pescas para algumas das nossas espécies demersais, como se deverá assistir ao crescimento da batalha política no seio comunitário, pela eliminação de determinadas artes de pesca, concretamente a das “redes de emalhar de deriva”, aplicadas na captura de tunídeos.

Continuando a minha intervenção no sector das pescas, refira-se que um reforço orçamental para 94, permite um aumento do número de embarcações a construir destinadas à modernização da pesca costeira e seus reflexos, portanto, na chamada frota artesanal.

Também as áreas das obras portuárias nos pequenos portos de pesca, e o importante financiamento dos custos resultantes das campanhas de promoção em curso das conservas da Região, assim como o suporte das operações de warrantagem das mesmas, serão aspectos importantes a considerar neste sector.

Os problemas que actualmente enfrentamos nas áreas da comercialização/distribuição das nossas conservas, a par de um aumento desenfreado da concorrência no mercado comunitário, exigem uma atenção redobrada por parte dos operadores da Região.

Política e economicamente, volto a referir, o estabelecimento de um sistema de quotas para algumas das espécies demersais, será o facto mais relevante da política de pescas em 1994. As consequências destas medidas serão fundamentalmente importantes no contexto das negociações com a CE relacionadas com os regimes de pesca a estabelecer a partir de 1996.

Termino, com uma breve referência à formação profissional. Iremos assistir à retoma de acções relacionadas com os cursos de aptidão pescas, tendo como objectivo fundamental a inscrição marítima de arrais e motoristas, a par de outras acções, envolvendo as organizações de produtores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao sector agrícola, e referido o enquadramento político do mesmo relacionado com as nossas obrigações comunitárias, será importante fazer notar que o Plano apenas reflecte uma parte das disponibilidades financeiras colocadas ao serviço dos produtores, uma vez que, como já tive oportunidade de referir publicamente, são

significativas as transferências da CE, quer do POSEIMA, quer dos mecanismos da própria PAC.

Como sabemos a evolução de curto-médio prazo do sector agrícola regional está associada obviamente a quadros de exigência de política agrícola bem definidos:

- O reforço da eficiência e competitividade ao nível da produção.
- Ajustamento do sector ao quadro político produtivo e ambiental expresso na reforma da PAC, aliás, como uma alteração significativa, hoje estão criados meios que vão levar à gradual substituição dos suportes dos preços para ajudas directas ao rendimento.
- A entrada em vigor do mercado único, as suas exigências organizativas e da capacidade concorrencial dos produtores e empresas agro-industriais associadas.

Neste contexto, a política agrícola para a Região Autónoma dos Açores, visa grandes metas e objectivos, que se centram e decorrem do PMP na defesa das vantagens comparativas da produção regional na melhoria da eficiência produtiva, na modernização do aparelho transformador e racionalização das estruturas de transformação e comercialização.

Estas metas e objectivos, terão expressão pragmática ao nível da intervenção técnica e financeira, através de 4 áreas chave de acção:

- Ordenamento Agrário
- Produção Agrícola e Pecuária
- Florestas
- Transformação e Comercialização

Uma vez que no plano estão referidas as diversas acções destas áreas chave, permitam-me que destaque o Ordenamento Agrário, quer pela sua enorme importância para o sector, quer porque estamos finalmente a entrar em anos cruzeiro da sua implementação na Região. É aliás, uma área onde, automaticamente, podemos implementar acções de grande vulto. Concretamente, os objectivos do Programa de ordenamento Agrário encerram 5 projectos tipo.

Um projecto ao nível da estrutura das explorações, visando a sua reorganização.

Um projecto ao nível dos caminhos agrícolas e rurais.

Um projecto de electrificação agrícola.

Um projecto ao nível da cessação da actividade agrícola, para dar cumprimento à aplicação do Regulamento (CEE) 2079/92, que faz parte do pacote de medidas de acompanhamento da Reforma da PAC.

São projectos que envolvem elevada carga técnica e financeira e que, num quadro da melhor gestão dos recursos existentes, terão forma de implementação diferenciada e obedecerão, por isso mesmo, a critérios de prioridade.

O primeiro critério diz respeito às áreas físicas de trabalho. Embora tenham uma incidência regional, os projectos deverão concentrar-se por agora nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e S. Jorge e nas zonas agrícolas de maior potencial produtivo. O segundo critério diz respeito ao impacto relativo de cada projecto. Tendo em linha de conta os estrangulamentos físicos existentes, dar-se-á prioridade de execução às infraestruturas viárias e ao abastecimento de água.

Para o período 93-96, realizar-se-á um esforço de investimento público que, da articulação do orçamento regional com os fundos comunitários a canalizar através do PDR/FEOGA-Orientação e das medidas de acompanhamento da reforma da PAC/FEOGA-Garantia, (no caso específico da cessação da actividade agrícola), terá uma grande expressão orçamental em 1994 de 1.338.000 contos. Ou seja uma duplicação em relação às verbas do Orçamentado para 92.

Em 1994, goitaria de referir algumas obras concretas que no âmbito deste projecto se irão efectuar. Este último de execução, como disse, engloba uma duplicação do orçamento em relação a 92.

Reportando-me exclusivamente às infraestruturas agrícolas, as metas de realização serão as seguintes, para as ilhas de S. Miguel e Terceira e aoenas nos perímetros de ordenamento.

Construção de mais de 50 Km de caminhos agrícolas e rurais, que significam um investimento de 632.000 C.

Obras no domínio do abastecimento de água, no valor de 500.000 C.

Arranque da execução de projectos de electrificação das explorações agrícolas no valor de 35.000 C.

Porque o rendimento dos agricultores é uma das nossas preocupações, é com alguma satisfação e segurança que chegamos ao fim de 1993.

Aliás, este é um ano de retoma dos rendimentos dos agricultores. assim, de seguida, vou tentar referir um dos exemplos mais frisados

No caso concreto do leite, quero aqui referir as conclusões a que chegamos através de estudos recentemente efectuados.

O aumento do preço do leite ao produtor de 1\$70 por litro (4,8%) e do preço da carne, 15\$00 por quilo de peso vivo em vitelos/novilhos (6,2%) associados a uma ligeira redução dos encargos (1,3%), permitiu um acréscimo do resultado líquido da exploração de 13,4 % de 1992 para 1993.

As ajudas ao rendimento (IC's e POSEIMA) representam cerca de 15 % líquido da exploração.

Estes são os factos concretos. Aliás, esta tendência verificou-se em quase todas as produções agrícolas.

Estou convicto que o ano de 94 será um ano de confirmação destas tendências, proporcionando ao produtor agrícola dos Açores uma maior tranquilidade, pela consolidação dos seus rendimentos.

Por último, uma referência ao sector da transformação.

As modificações substanciais recentemente introduzidas no mercado, transferiram para as zonas da comercialização/distribuição dos preços, quer no produtor, quer no consumo.

A influência nos mecanismos dos preços que hoje exercem as grandes superfícies, veio alterar profundamente as estratégias das empresas, e o binómio qualidade do produto/distribuição, pode ser decisivo no sucesso económico das mesmas.

As empresas transformadoras do sector primário da Região tem procurado percorrer o duro caminho da adaptação às novas circunstâncias.

Ascende a valores superiores aos 2 milhões de contos o esforço de investimento que está sendo efectuado neste momento, por empresas regionais, com projectos que se candidatam a apoios comunitários.

O produto da Região, graças ao esforço dos sectores privado e cooperativo, devidamente acompanhado por apoios regionais e comunitários, é hoje melhor e mais adaptado às circunstâncias do mercado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:



Falo com a confiança de que não haverá retrocesso nesta matéria, e que o diálogo até agora estabelecido entre produção, transformação e administração, conduzirá ao sucesso que todos ambicionamos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Num prazo de menos de seis meses o V Governo Regional dos Açores apresentou o PMP-96, o Plano para 1993, uma revisão do mesmo Plano e agora o Plano para 94 - façamos votos que não haja necessidade de fazer mais revisões, porque são assuntos demasiado importantes para serem tratados em tão pouco espaço de tempo.

O Plano para 94 apresenta uma grande novidade relativamente ao originalmente programado, ou seja, um acréscimo de 10 milhões de contos. Já o Plano para 93 foi revisto também com um acréscimo de 10 milhões de contos.

Assim, a política agrícola para os próximos anos, deverá também assentar em dois grandes eixos de intervenção:

- Uma política moderada de investimentos; e
- Uma política de apoios aos rendimentos.

Este último ponto far-se-á com apoios comunitários e aproveitava para perguntar ao Sr. Secretário se as ajudas directas ao agricultor têm chegado, mas aquelas em que há participação regional para a modernização e investimento têm estado suspensas há 14 meses? Porquê?

Faço votos que a partir de 94 os agricultores tenham esse instrumento de modernização e investimento comunitário ao seu alcance.

Questiona-se de novo: se se admite que a concorrência externa impõe exigências de competitividade e agressividade e que é preciso proceder a um ajustamento

tecnológico, produtivo, social e estrutural, como se pretende fazer tudo isso com uma política moderada de investimento?

Com efeito, a agricultura dos Açores está agora mais seriamente confrontada com necessidades tremendas de ajustamento como resultado da política agrícola comum - para já não falar no GATT e no Uruguai Round - de aceleração da eliminação das restantes barreiras ao livre comércio dos lacticínios, cujas consequências acabam por reflectir-se directamente na produção do leite. Tanto é assim que a própria Comunidade reconheceu que os apoios normais previstos nesta sua política não eram suficientes para fazer face aos problemas causados nesta Região.

Estes programas de apoio ao rendimento são indispensáveis para que não surjam problemas económicos e sociais de extrema gravidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes não são, no entanto, programas que fomentam o desenvolvimento do sector, pois visam apenas indemnizar os agentes deste sector por danos causados pelas políticas adoptadas, em que os agricultores são os, menos responsáveis.

Se se pretende que o sector continue a ocupar um espaço significativo na economia dos Açores, e a prudência assim o aconselha, não podemos ficar por uma política moderada de investimentos. Realce-se que Michael Porter, no seu recente estudo sobre a construção da competitividade de Portugal, considera para os Açores o desenvolvimento do “Cluster” dos lacticínios. Abro aqui um parênteses para explicar que Michael Porter foi um Senhor que foi contratado pelo Ministro Cavaco Silva para estudar as realidades da competitividade de Portugal. E em relação aos Açores foi bem clara a sua definição.

Os objectivos não podem ser de uma política moderada de investimentos, mas sim de uma política adequada de investimento.

Os números, contudo, indicam o seguimento de uma política efectiva de redução dos investimentos no sector. Em 1993 dos 10 milhões de contos adicionais afectos ao Plano apenas - depois de tanto barulho e do esforço de sensibilização dos agricultores perante a sociedade e os seus responsáveis - 250 mil foram para a agro-pecuária.

No Plano de 1994, dos 10 milhões adicionais, apenas 870 mil contos são afectos ao sector - tanta sensibilidade de quem governa, não sei para quê!

O peso relativo do programa P1 - Agricultura cai assim, no programa original de 17% para 12% e no Plano de 94, cai de 17% para 14%.

Aquando da discussão do Plano 93/96, considerou-se que o programa 1 - Agricultura, necessitaria de 21 milhões de contos para que se considerasse razoável. Não era nem mais nem menos do que se exigir que se levasse o mesmo tempo, ou seja, 89/92 o que, e se tivermos uma redução de 7 milhões de contos, contando com a inflação, esses 7 milhões de contos são muito mais.

Os dados mais recentes podem lançar uma certa dúvida sobre a adequação deste montante.

Para 1994, e face à necessidade de compensar a reduzida correcção de 1993, seria necessário um reforço na ordem dos 3 milhões de contos e não dos tais 800 mil contos. Está em falta para este sector, fazendo-se uma política necessária, 2 milhões e 300 mil contos. Faço outro parênteses para aconselhar que essa verba fosse desagregada para que, finalmente, a estrutura agrícola (o ordenamento agrário) fosse uma realidade nas nossas ilhas e, principalmente, na Ilha de S. Miguel tão carenciada e com grandes responsabilidades, sobretudo em posições a serem tomadas no futuro, como é o caso duma futura classificação do leite.

Se o Plano é suficiente em termos de dotação global para o sector agrícola, a sua inadequação torna-se ainda mais acentuada quando se analisa a desagregação proposta para o mesmo.

Um dos sub-programas do P1, refere-se à transformação e comercialização. Este sub-programa contempla não a produção ou a pecuária, mas os circuitos comerciais e industriais. Trata-se, em rigor, de apoios ao comércio e à indústria que bem poderiam estar colocados nos programas 7 (Comércio) ou no 4 ou 5 (Indústria) e não na Agricultura e na Agro-pecuária.

Este sub-programa é contemplado em 1994, com uma dotação de 1,3 milhões de contos.

Em rigor, portanto, o Plano de 1994 para o sector agro-pecuário não tem uma dotação - como disse ainda hoje, aqui, o Sr. Secretário Regional das Finanças e também o Sr. Secretário Regional da Agricultura - de quase 5 milhões de contos, mas sim uma soma irreal e inadequada de 3,7 milhões de contos.

Em termos percentuais, conclui-se que a transformação e a comercialização passam a ter, em 1994, um peso de 26% do programa da agricultura, uma subida de 13% em 93.

Este passa a ser, portanto, um dos sub-programas mais importantes na área da agricultura, superado apenas pelo apoio à produção e distanciado do terceiro sub-programa mais importante que é a experimentação, vulgarização e formação agrícola que conta 10,5% do total em contraste com 16% em 1993. A componente estritamente agrícola está a ser nitidamente desvalorizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim, o Plano é reforçado com mais de 10 milhões de contos, sendo estes repartidos por forma a que o sector primário perde relativamente aos demais sectores.

O Plano revisto, embora implique uma dotação maior para a agricultura, não recupera a situação que se considerou a mais adequada (21 milhões de contos para o PMP) ficando aquém da meta em 2,300 milhões de contos, considerando que em 1993 houve um acréscimo apenas de 250 mil contos.

A desagregação sectorial revela ainda que 1,3 milhões de contos são efectivamente para o sector de comércio e indústria.

O sub-programa ordenamento agrário, está diminutamente dotado considerando as necessidades mais importantes a este nível.

A lavoura tem vivido, nos últimos tempos, um clima de instabilidade social derivada das crescentes dificuldades económicas e financeiras, sem que se vislumbre uma situação melhor.

O programa destinado ao sector agrícola deve ser reforçado em 2,3 milhões de contos. Esta mesma dotação do sub-programa do ordenamento agrário é excessivamente reduzida, face às necessidades a esse nível e a dotação para a transformação e comercialização não é de facto, e em rigor, para o sector agrícola mas sim para o comércio e para a indústria.

A política de investimentos para o sector não deve ser uma política moderada, mas sim uma política adequada às necessidades desse mesmo sector.

A distribuição da despesa adoptada não é de forma a atingir-se qualquer dos objectivos operacionais propostos, ou seja, a consolidação da actividade produtiva, especialmente a do sector primário e, sobretudo a manutenção do equilíbrio social.

Pergunto:

Para que foi tanto esforço este verão, para sensibilizar os responsáveis da Região?

Os agricultores respondem:

- Nada valeu a pena!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel António Martins.

Obviamente, algumas das afirmações feitas pelo Sr. Deputado necessitariam de uma leitura atenta do documento que o Sr. acabou de ler, para nós podermos precisar bem onde responder e como, o que não é possível.

De qualquer maneira, há três questões que, pela sua importância, gostaria de prestar um pequeno esclarecimento.

As ajudas que foram suspensas, têm a ver, aliás em declarações por mim prestadas a todas as associações agrícolas da Região e aos agricultores em geral, no sentido de que as dificuldades financeiras de 93, levaram à sua suspensão, porque continuar com ajudas que depois não seriam pagas, é pior do que suspendê-las - na minha opinião pessoal.

Quanto ao problema das consequências das negociações do GATT, sobre aquilo que é a economia agrícola açoriana, atrevo-me a dizer que nem o Sr. Deputado nem eu sabemos, neste momento, o que é que se vai passar.

Por último, em relação a um aspecto conceptual e em que estamos diametralmente em posições diferentes, refere-se ao problema de conceito sobre onde é que se devem localizar as ajudas directas aos rendimentos, sejam elas indemnizações compensatórias ou, por exemplo, ajudas do POSEIMA.

Vamos a ver se nos entendemos sobre esta matéria.

Ao reconhecer-se que nos Açores existe uma situação específica, que determina que os rendimentos dos agricultores sejam mais baixos que noutras zonas comunitárias, a Comunidade decide, para além da concessão das indemnizações compensatórias, dar - no caso concreto do leite - uma ajuda directa ao rendimento.

Na minha opinião pessoal e em termos conceptuais, essa ajuda directa não pode ser desgarrada do restante rendimento do agricultor, ou seja, ela faz parte dum todo do rendimento desse agricultor e, portanto, essa ajuda é parte integrante desse mesmo rendimento...

Presidente: O Sr. Secretário Regional tem mais um minuto.

O Orador: E isso é, em termos conceptuais, uma questão extremamente importante.

Quando se refere ao chamado investimento moderado, eu quero explicar-lhe - para ver se nos entendemos - que em determinados momentos da história económica das diferentes situações com que nos defrontamos, concretamente no caso da agricultura, é necessário ter muito cuidado com o investimento ao nível de exploração. Ou seja, um excessivo endividamento do sector, poderá ser extremamente perigoso a médio e a longo prazo, se ele não é moderado. Isso não tem nada a ver com o chamado investimento público e aí sim, as coisas poderão ter outro tipo de análise.

Finalmente, quando refere que o dinheiro do Plano - o dinheiro que há é o que há, não há outro! - não reflecte, clara e objectivamente, aquilo que são as transferências da Comunidade para a Região, eu quero referir que os cerca de 5 milhões de contos da agricultura, geram, na realidade, em transferências directas para o sector agrícola e para o agricultor, cerca de 12 milhões de contos em 1994. E isto, de facto, é que é a realidade concreta.

Ora bem, se é possível ir buscar dinheiros comunitários para colocar ao serviço do agricultor, obviamente há que despenalizar o orçamento dessas mesmas verbas, senão entramos num ciclo vicioso, toda a gente pede mais, põe-se lá mais dinheiro e cada vez mais nos endividamos.

Portanto, é necessário ter-se a noção de que esses 5 milhões de contos reflectem, claramente, a parte do investimento da Região, que origina por sua vez, uma transferência substancial de verbas para o agricultor. Só em ajudas dessas aos

rendimentos, podemos estar a falar, em 1994, de mais 3,5 milhões de contos. Isso é extremamente importante e faz parte, obviamente, do reconhecimento que a Comunidade tem de que a agricultura da Região precisa de ter um suporte específico. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha opinião é lamentável que o Sr. Secretário tenha trazido, novamente, tenha feito uma afirmação infeliz acerca dos 12 milhões.

Eu penso que desses 12 milhões de contos há que ver que praticamente 6 milhões e 300 mil, a maior parte dele, são ajudas directas ao agricultor, são medidas superficiais e momentâneas e os agricultores são os menos culpados, devido às constantes alterações de políticas decididas na Comunidade, ou seja, como por exemplo a abertura plena das barreiras, quando nós não tínhamos as condições suficientes para poder aguentar esse choque em relação à competitividade dos nossos produtos.

Se formos ver bem, estas medidas não têm nada a ver com verbas para o investimento e a modernização.

Portanto, a nossa preocupação é que ainda possamos fazer alguma modernização e investimento com aquilo que fica ao nosso alcance, atendendo ao facto de existir uma verba que foi desviada para o comércio e para a indústria, ficando o montante de 3 milhões e 700 mil, o que é muito pouco, em nosso entender, porque está fora da nossa realidade e está fora do espírito que os agricultores têm em sensibilizar os que mandam nesta terra. Portanto, nós esperávamos muito mais, pois há muito a fazer em relação à modernização e ao investimento para que amanhã o choque não seja demasiado violento e não haja ainda mais desequilíbrios.

O instrumento de valor que temos ao nosso alcance é de 3 milhões e 700 mil, não tem nada a ver com 12 milhões, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Nélia Figueiredo para uma intervenção.

Deputada Nélia Figueiredo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise do Plano e Orçamento para o ano de 1994, que agora se faz, e no que concerne ao programado para a Ilha de Santa Maria, merece considerações muito similares, aquelas que aqui proferi em Maio passado aquando da apreciação e discussão do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para o corrente ano.

As directrizes que norteiam as opções do Governo para a Ilha de Santa Maria mantem-se, estando conseqüentemente adiados problemas que na nossa óptica urge resolver.

De uma breve análise feita a alguns dos programas sectoriais, cabe-nos tecer os seguintes considerandos:

#### Programa - Agricultura

O programa supracitado apresenta-se com uma dotação insuficiente, não contemplando situações que necessitam de uma intervenção imediata da Secretaria da tutela, designadamente:

implementação de mecanismos que permitam o fornecimento de água à lavoura;

-Construção de uma casa de matança num local apropriado, permitindo assim a demolição da existente, que quer pela localização no interior de um conjunto arquitectónico classificado, quer pela falta de um sistema de esgotos adequado se encontra em completa contradição com os propósitos patentes nos objectivos do Governo em prol da Defesa e Preservação do Património e do Ambiente.

#### Programa 3 - Desenvolvimento Turístico

O turismo tem sido apontado pelo Executivo Regional como um dos elementos relevantes para o nosso desenvolvimento económico. Para o efeito é necessário criar circuitos turísticos que englobem a Ilha de Santa Maria. Se é um facto que cabe aos agentes de viagem um papel preponderante na definição desses circuitos não é menos verdade que os Organismos Oficiais podem e devem conjuntamente com os empresários locais sensibilizar esses agentes, para incluírem nos seus roteiros as Ilhas que ainda não integram os circuitos tradicionais.

O desenvolvimento turístico não se faz apenas com boa vontade é necessário o empenhamento, quer de privados, quer dos organismos oficiais na criação das



estruturas essenciais ao desenvolvimento desta actividade. No entanto nas Ilhas com menores recursos o papel destes últimos é preponderante afim de colmatar as assimetrias existentes e proporcionar um desenvolvimento similar, respeitando, no entanto, as particularidades de cada uma das parcelas do arquipélago.

No âmbito deste programa consideramos irrisório o quantitativo de 500 mil escudos, para a criação de estruturas físicas turísticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta feita pelo Governo na área de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, em que se enquadra a procura de melhoria de sistema de ensino através do desenvolvimento dos programas de construções escolares e do apetrechamento dos mesmos com equipamento adequados aos diferentes níveis de ensino. No que concerne à ilha de Santa Maria no capítulo das construções escolares, não vê contemplada com dotação orçamental a Escola EB 2 3/S Bento Rodrigues de Vila do Porto com as verbas necessárias para se proceder à sua vedação. Durante cinco anos não se vedou porque se ia construir um novo bloco, agora que o mesmo se encontra construído, não se veda porque se considera que é muito oneroso. No entanto, a vedação é fundamental para que haja uma maior protecção e segurança na escola.

No que concerne aos equipamentos escolares também nada consta, no entanto estes são fundamentais para o sucesso educativo. Neste sector são fundamentalmente as escolas do primeiro ciclo do ensino básico que se encontram mais carenciadas de material didáctico, urge por isso, apetrechá-las, de modo, a que os professores encontrem aí os meios de apoio de complementares para porem em prática, com sucesso, os princípios consignados na Reforma Educativa.

No programa relativo aos transportes congratulamo-nos com as verbas inscritas para reabilitação da rede viária, dado que a mesma permitirá o reinicio das obras. O mesmo não podemos dizer dos transportes marítimos pelo facto do molhe cais de Vila do Porto continuar a não merecer das identidades regionais a devida atenção. A dotação de 20.000 contos para o ano de 94, embora apresente um aumento de 100%, relativamente ao que estava preconizado no Plano a Médio Prazo, é contudo insuficiente para proceder ao reforço necessário. E isto meus senhores não é alarmismo do Partido Socialista. É do conhecimento geral que a situação do porto é

instável e de que ondas superiores a 7 m podem fazer perigar a referida estrutura. Os 20.000 contos inscritos no Plano são por isso manifestamente exíguos, para uma obra que segundo consta rondará um milhão e setecentos mil contos.

No que concerne aos transportes terrestres não estão previstas verbas, contudo a Empresa de Transportes Públicos Colectivos necessita renovar a sua frota, de modo, a poder garantir a segurança dos passageiros, passageiros esses que são quase exclusivamente os alunos da Escola Bento Rodrigues, que já em diversas circunstâncias passaram por situações de perigo devido ao mau estado dos autocarros e à super lotação dos mesmos.

No capítulo relativo a Defesa e Preservação do Património, apraz-nos registar o facto da recuperação do Forte da Praia Formosa ter sido contemplado com a dotação de 4.000 contos. Contudo lamentamos que não se encontrem previstas verbas para a conclusão dos trabalhos da Casa Etnográfica dado que os consecutivos atrasos a que tem estado sujeitos tem-se traduzido num inegável prejuízo, pelo facto, das peças se estarem a deteriorar por não se encontrarem convenientemente guardadas.

Em conclusão o programa agora apresentado, e no que concerne à Ilha de Santa Maria fica aquém do desejável, e surpreendentemente sofre um corte na área do Desenvolvimento Industrial que passa de uma previsão de 6.500 contos para 1994 no plano a Médio Prazo, para a misera quantia de 77 mil escudos, no Plano agora em discussão. Será porque o Governo considera que já apoiou suficientemente o desenvolvimento Industrial na Ilha de Gonçalo Velho?

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim das inscrições para o debate do Orçamento e Plano para 1994, além disso estamos também no termo da nossa hora regimental. Vamos suspender os nossos trabalhos e amanhã daremos continuidade ao debate do Orçamento e Plano para 1994, com as intervenções finais, conforme foi combinado. Intervirão o representante do CDS/PP, do PCP, do Partido Socialista, do PSD e será encerrado pelo Governo.

Os tempos que ainda estão disponíveis para estas intervenções finais são os seguintes:

Governo - 28 minutos e 40 segundos

PSD - 2 horas, 52 minutos e 25 segundos

PS - 15 minutos e 35 segundos

CDS/PP - 1 minuto e 41 segundos

PCP - 7 minutos e 20 segundos

Dep. indep. - 2 minutos e 35 segundos

Para além da conclusão do debate do Plano e Orçamento para 1994 que continuará amanhã, ainda serão apreciados os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Aplicação do Decreto-Lei N.º 52/91, de 29 de Janeiro - Regime de Recrutamento e Selecção de Pessoal para os Quadros da Administração Local”.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a “Aplicação do Decreto-Lei N.º 498/88, de 30 de Dezembro - Regime de Recrutamento e Selecção Pessoal”.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a “Aplicação do Decreto-Lei N.º 198/91, de 29 de Maio - Estatuto de Pessoal Dirigente da Administração Local”.

Será esta a nossa ordem de trabalhos para amanhã.

Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje e retomá-los-emos, portanto, amanhã às 10,00 horas da manhã.

Srs. Deputados, boa noite e muito obrigado.

(Deputados que entraram durante a Sessão: PS - Carlos César, Rui Pedro Ávila; Deputado Indep. - Manuel António Martins).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Jorge Valadão dos Santos; PS - Mário Machado).

A Redactora de 2ª Classe: Ana Cristina Bettencourt Marcelino